UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

ANTÔNIO DE CÍSTOLO RIBEIRO

Provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias: gerenciamento de resultados contábeis no
Brasil

ORIENTADORA: Prof.^a DR.^a MAÍSA DE SOUZA RIBEIRO

RIBEIRÃO PRETO - SP

2018

Prof. Dr. Marco Antônio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Amaury José Rezende
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

Prof. Dr. Fabiano Guasti Lima
Chefe do Departamento de Contabilidade

ANTÔNIO DE CÍSTOLO RIBEIRO

Provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias: gerenciamento de resultados contábeis no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências.

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a MAÍSA DE SOUZA RIBEIRO

Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEA – RP/USP.

RIBEIRÃO PRETO – SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ribeiro, Antônio de Cístolo

Provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias: gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. Ribeirão Preto, 2018.

115 p.: il.; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de Concentração: Contabilidade Financeira.

Orientadora: Ribeiro, Maísa de Souza

1. Provisões Previdenciárias 2. Provisões Trabalhistas 3. Provisões Tributárias 4. Gerenciamento de Resultados. 5. Provisões.

Título: Provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias: gerenciamento de resultados contábeis no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento

Para Livia, Lucas e Rafael

AGRADECIMENTOS

À minha família.

À minha orientadora Profa. Dra. Maisa de Souza Ribeiro

Ao Prof. Dr. Fabiano Guasti Lima.

Ao Prof. Dr. André Carlos Busanelli de Aquino.

A todos os professores,

Aos colaboradores da FEA-RP, principalmente aos das Secretarias.

Às Profs. Dra. Maureen McNichols e Dra. Julia Zicke pelo incentivo a continuar pesquisando esse tema.

.

“Nenhum pessimista descobriu jamais os segredos das estrelas, nem velejou a uma terra inexplorada, nem abriu um novo céu para o espírito humano”

Helen Keller (1903, p.54)

RESUMO

Ribeiro, A. de C. **Provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias: gerenciamento de resultados contábeis no Brasil**. 2018. 115 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2018.

As empresas no Brasil estão sujeitas à alta carga tributária, encargos trabalhistas e previdenciários e grande volume de processos trabalhistas. A complexidade de aplicação de algumas legislações, bem como, à ausência de tratamento legal para certos temas, pode gerar incertezas nas mensurações de obrigações fiscais e abrir oportunidades para prática de gerenciamento de resultados com o uso de contingências e provisões contábeis. As provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias (PTTs) são presença comum nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras, independentemente de seu porte, setor econômico a que pertençam ou do seu grau de governança. Em termos contábeis, as provisões pioram o resultado das empresas quando de sua constituição e o melhoram se forem revertidas. Devido a esta característica, a tese que sustentou esta pesquisa afirmou que as provisões PTTs podem ser usadas como instrumento de gerenciamento de resultado contábil no Brasil. O objetivo geral da pesquisa foi analisar se há indícios de que os resultados das empresas, apurados antes da constituição das provisões PTTs, interferiram nas decisões de constituí-las ou não, configurando possível prática de GR. A tese estabelecida foi que as provisões PTTs podem ser usadas pelas empresas brasileiras para prática de GR. As provisões PTTs foram analisadas de forma desagregada dos demais accruals contábeis, no período de 2010 a 2015. A pesquisa se concentrou nas provisões de 128 empresas participantes dos índices SMLL e MLCX da Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Para análise dos dados utilizou-se do programa estatístico STATA. Os dados foram analisados por regressão em painel pelo *generalized method of moments* (GMM), opção robust, tendo como variáveis dependentes as provisões PTTs e, as explicativas, foram extraídas do ambiente contábil. A pesquisa teve abordagem exploratória e quantitativa e, testou hipóteses que investigavam GR empregando alisamento de resultados (*smoothing*) ou big bath accounting (bba). O diferencial deste trabalho é que não foram usados drivers para calcular as provisões não discricionárias. Considerando que os valores das provisões PTTs são derivados de autos de infração ou de ações trabalhistas, as provisões PTTs foram totalmente tratadas como discricionárias. Os dados analisados demonstraram evidências de possível prática de GR com débitos fiscais, seja pela reversão de provisões PTTs, e/ou, pela manutenção dos processos como contingências até momentos mais convenientes para reconhecimento contábil. Nas análises de resultados por tamanho de empresas verificou-se indicações de possível prática de GR, tanto com alisamento de resultados quanto com bba, não tendo sido encontrado o mesmo resultado por setor de atividade econômica. Há fortes possibilidades de prática de GR tanto nas empresas menos capitalizadas (SMLL) quanto nas médias e grandes (MLCX). Este fato deve ser devido ao alto custo financeiro vigente no Brasil e falta de fontes alternativas de financiamento para estas empresas, o que as levaria a buscarem se financiar assumindo o risco de postergar recolhimento de tributos.

Palavras chave: Provisões Previdenciárias. Provisões Trabalhistas. Provisões Tributárias. Gerenciamento de Resultados. Provisões.

ABSTRACT

Ribeiro, A. de C. *Social Security, labor and tax provisions: management of accounting results in Brazil*. 2018. 115 p. Thesis (Doctorate) School of Economics, Business Administration and Accounting of Ribeirão Preto. University of Sao Paulo. Ribeirão Preto. 2018.

Companies in Brazil are subject to high tax burden, labor and social security charges, and a large volume of labor lawsuits. The complexity of applying some legislation, as well as the lack of legal treatment for certain issues, can generate uncertainties in the measurement of fiscal obligations and open opportunities for practice of results management with the use of contingencies and accounting provisions. Social security, labor and tax provisions (PTTs) are common presence in the financial statements of Brazilian companies, regardless of their size, economic sector to which they belong or their degree of governance. In accounting terms, the provisions worsen the results of the companies when they are constituted and improve them if they are reversed. Due to this characteristic, the thesis that supported this research stated that the provisions PTTs could be used as an instrument of management of accounting result in Brazil. The general objective of the research was to analyze if there are indications that the results of the companies, verified before the constitution of the PTTs provisions, interfered in the decisions of constituting them or not, configuring possible practice of GR. The established thesis was that Brazilian companies to practice GR. PTT provisions were analyzed on a disaggregated basis from other accruals in the period from 2010 to 2015 could use the PTT provisions. The research focused on the provisions of 128 companies participating in the SMLL and MLCX indices of the São Paulo Stock Exchange (B3). Statistical software STATA was used to analyze the data. The data were analyzed by panel regression using the robust method of moments (GMM), having as dependent variables the PTT provisions and the explanatory variables were extracted from the accounting environment. The research had an exploratory and quantitative approach and tested hypotheses investigating GR using smoothing or big bath accounting (bba). The differential of this work is that drivers were not used to calculate non-discretionary provisions. Considering that the value of the PTT provisions are amounts derived from tax assessment notices or labor lawsuits, the PTT provisions were fully treated as discretionary. The data analyzed showed evidence of possible practice of GR with tax debts, either through the reversal of PTT provisions, and / or, through the maintenance of the processes as contingencies, until more convenient moments for accounting recognition. In the analysis of results by size of companies it was found indications of possible practice of GR, either with smoothing or bba, it was not found the same result when data were analyzed by sector of economic activity. There are strong possibilities for GR practice in both the least capitalized (SMLL) and medium and large companies (MLCX). This fact must be due to the high financial cost in Brazil and lack of alternative sources of financing for these companies, which would lead them to seek financing by assuming the risk of postpone taxes collection.

Keywords: Social Security Provisions. Labor Provisions. Tax Provisions. Results Management. Provisions

ABREVIATURAS E SIGLAS

B3	Brasil, Bolsa e Balcão
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CIDERE	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CLT	Consolidação da Legislação Trabalhista
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COVENANTS	Cláusulas contratuais que criam objetivos para a empresa
CP PATRONAL	Contribuições Previdenciárias Patronais
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GMM	<i>Generalized Method of Moment</i>
GR	Gerenciamento de Resultados
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IBRx100	Índice Brasil 100 da B3
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
MLCX	Índice <i>Medium and Large Caps</i> da B3
NPC	Normas e Procedimentos contábeis
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLS	<i>Ordinary Least Squares</i>
PIS	Programa de Integração Social
PTTs	Previdenciárias, trabalhistas e tributárias
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RPC	Regime de Previdência Complementar
RPPS	Regime de Previdência do Servidor Público
SMLL	Índice <i>Small Caps</i> da B3
STATA	<i>Software</i> de Análise Estatística de Dados

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Condições para contabilizar uma provisão.....	36
Quadro 2 - Lista de hipóteses e variáveis	65
Quadro 3 - Descrição das Possíveis Variáveis	67
Quadro 4 - Resumo dos Pressupostos	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Série histórica da movimentação de processos	46
Gráfico 2 - Execução fiscal / taxa de congestionamento de processo	46
Gráfico 3 - Autuações RFB 2010 – 2015	48
Gráfico 4 - Teste Shapiro-Wilk	82

FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 Testes Estatísticos

70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Provisão em % de itens das Demonstrações Financeiras 2015 - R\$ Mil	18
Tabela 2 -Amostra por índice	21
Tabela 3 - Relevância das provisões PTTs em relação às demais provisões	39
Tabela 4 - Carga Tributária por ente Federativo 2010 a 2015 (% do PIB)	43
Tabela 5 - Evolução das Taxas de Juros Mensais	43
Tabela 6 - Autuações pela Receita Federal	49
Tabela 7 Autos de Infração impostos às empresas em 2015 no Estado de São Paulo	50
Tabela 8 Dados de Inspeção em Segurança do Trabalho no Brasil, de 2000 a 2014	53
Tabela 9 Comparativo de processos trabalhistas Brasil/outros países	53
Tabela 10 Quantidade dos débitos Administrativos com a Previdência Social	55
Tabela 11 Valor dos débitos Administrativos com a Previdência Social.....	56
Tabela 12 Composição da Amostra.....	66
Tabela 13 Correlação entre as Variáveis	72
Tabela 14 Teste de Auto Correlação – Wooldridge	74
Tabela 15 - Breusch-Pagan/Cook-Weisberg – Heterocedasticidade	74
Tabela 16 Estimações em nível – TRABALHISTAS	76
Tabela 17 Estimações em nível – TRIBUTÁRIAS.....	77
Tabela 18 Estimações em nível PROVTOT.....	78
Tabela 19 Teste de Hausman.....	78
Tabela 20 Teste VIF Multicolinearidade.....	81
Tabela 21 Normalidade dos resíduos.....	82
Tabela 22 – Regressão GMM - Robust	84
Tabela 23 – GMM Robust – SMLL	85
Tabela 24 – GMM Robust – MLCX	85
Tabela 25 - Resultados das tabelas 22, 23 e 24	86
Tabela 26 Regressão GMM por setor - TOTADD	89
Tabela 27 - Regressão GMM por setor - TOTREV	89
Tabela 28 - Regressão GMM por setor - PROVTOT.....	90
Tabela 29 Regressão GMM por setor - PROVTOT	90
Tabela 30 - Composição do índice SMLL - março/2014	106
Tabela 31 - Composição índice MLCX - março/2014	108
Tabela -32 - Estatísticas Descritivas – Amostra total.....	110
Tabela 33 - Estatísticas Descritivas – MLCX.....	111
Tabela 34 - Estatísticas Descritivas – Amostra total.....	112
Tabela 35 - Correlação entre as variáveis – Amostra total.....	113
Tabela 36 - Correlação entre as variáveis – MLCX.....	114
Tabela 37 - Correlação entre as variáveis – SMLL.....	115

Sumário

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Motivação ao Tema	17
1.2 Problema.....	20
1.3 Objetivo	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1 Gerenciamento de Resultados	23
2.2 A informação contábil	32
2.3 Teoria da Agência.....	35
2.4 - Provisões	36
2.4.1 Especificidades das provisões PTTs.....	39
2.4.2 Processos Tributários.....	40
2.4.3 Processos Trabalhistas	50
2.4.5 Características das Situações que podem gerar PTTs	56
3 -METODOLOGIA	58
3.1 Introdução.....	58
3.2 Tipologia da pesquisa	59
3.3 Estratégia da pesquisa.....	60
3.4 Tese e hipóteses	60
3.4.1Tese.....	60
3.4.2 Hipóteses	60
3.4.3 Definição da Amostra e coleta de dados	65
3.4.4 Definição das variáveis.....	67
4 ANÁLISES ECONOMETRICAS	71
4.1 Análises Econométricas.....	71
4.2 Estratégia de Estimação.....	73
4.3 Resultados.....	83
5. CONCLUSÕES	92
6 - REFERÊNCIAS	98
7 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	106

1 INTRODUÇÃO

1.1 Motivação ao Tema

O interesse em efetuar este estudo surgiu a partir de investigações realizadas por Ribeiro (2012). Na ocasião, ao entrevistar auditores, advogados e juristas concluiu-se que, era possível gerenciar resultados contábeis (GR) com provisões no Brasil. Como a metodologia da pesquisa foi qualitativa, ficou uma inquietação quanto à análise desse tema de forma quantitativa para confirmar estatisticamente, com dados efetivos das empresas, indícios de prática de GR.

A lacuna que se pretendeu preencher com esta pesquisa foi estudar estas provisões como *accruals* específicos, analisando seu comportamento quando confrontados com variáveis contábeis explicativas. Com os resultados obtidos, espera-se despertar a atenção dos agentes do mercado para a importância das provisões PTTs no Brasil, e sua representatividade nos demonstrativos financeiros das empresas. No caso das provisões PTTs percebeu-se que era inviável separar seus valores em componentes discricionários e não discricionários, portanto foram totalmente consideradas como discricionárias.

Na abordagem tradicional de análise de resultados, geralmente são considerados dois conjuntos de variáveis; aquelas que explicam a evolução normal dos *accruals*, ou seja, *accruals* não discricionários, e aquelas que são discricionárias, normalmente o resíduo da equação de regressão. Há também pesquisas que definem *accruals* não discricionários com base em algum driver, quando este é possível de ser definido. Conforme o modo operacional de cada empresa e os riscos que ela assume, há uma carga não discricionária de provisões esperada. No entanto isto varia para cada empresa e no final quem decide se reconhece ou não uma provisão é a administração. A possibilidade de GR foi verificada, confrontando as provisões existentes, com variáveis definidas em literatura, em função de sua significância.

A gestão das empresas deve definir se as provisões serão contabilizadas ou não, e o critério para julgamento sobre necessidade ou não de seu pagamento, embora a decisão deva ser tomada nos limites da norma contábil, há uma grande discricionariedade nos seus cálculos. No caso das provisões PTTs, contribui para sua discricionariedade o julgamento se a obrigação de pagar é provável, possível ou remota, a morosidade para julgamento dos processos pelos órgãos competentes, e das várias possibilidades de recursos judiciais, que consomem longo período até

a emissão de sentença judicial em última instância de apelação, além das incertezas inerentes a todo o processo.

Assim, essa pesquisa foi inovadora porque se propôs a estudar as provisões PTTs de forma desagregada dos demais *accruals* contábeis. As variações das referidas provisões foram coletadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras das empresas e correspondem às despesas ou reversões de provisões ocorridas em cada ano. Este estudo, ao contrário de outras pesquisas nesta área, analisou especificamente as provisões PTTs.

Os estudos sobre GR, notadamente aqueles derivados do modelo de Jones (1991), consideraram os *accruals* de forma agregada, separando-os por algum critério em discricionários e não discricionários. Os modelos seguidos trazem como variáveis explicativas a variação em vendas, duplicatas a receber e total do ativo. Quando o valor das provisões PTTs tem participação elevada em relação aos demais *accruals*, relacionados com as variáveis explicativas citadas, pode ocorrer de os resultados dos testes estatísticos serem distorcidos, uma vez que não consideram todos os *accruals* como variável explicativa destes modelos. Esta observação aplica-se especialmente ao caso brasileiro, onde há grandes acumulações de provisões PTTs. Um item do balanço patrimonial é tão mais relevante e tem mais importância quanto maior for a sua participação em relação a certos parâmetros, tais como: total do ativo e receita líquida. Em pesquisa realizada no banco de dados da Economática, no final do ano de 2015, por exemplo, as provisões estudadas representavam para as empresas negociadas na B3 os percentuais apresentados na tabela 1.

Tabela 1- Provisão em % de itens das Demonstrações Financeiras 2015 - R\$ Mil

Contas das Demonstrações Financeiras	Todas as Empresas da amostra		Excluindo empresas Vale e Petrobrás	
	Valores	%	Valores	%
Provisão	240.260.039		77.475.800	
Receita	2.053.116.575	12%	1.645.979.391	5%
Ativo total	7.648.163.055	3%	6.402.478.620	1%

Fonte: Banco de dados Economática

Analisando-se as provisões PTTs em relação a importantes indicadores contábeis, tais como total do ativo, total da receita e fluxo de caixa operacional, verificou-se que no Brasil as provisões estudadas apresentam valores materiais em relação a qualquer desses indicadores, sendo este um dos fatos que justificam o seu estudo. Pela tabela 1 verifica-se que em média, as

provisões foram de 12% em relação ao total de receitas e 3% do total do ativo de todas as empresas em 2015. Se desconsiderar a participação da Vale e da Petrobrás, que tiveram aumentos de despesas não redundantes com provisões em 2015, os mencionados percentuais foram 5%, e 1% respectivamente. As provisões têm efeito direto de redução do lucro líquido. Como o lucro líquido é a base inicial para cálculo e pagamento de dividendos, uma vez que a lei 6404/76 estabelece que os dividendos devem ser pagos pelo lucro líquido ajustado, qualquer valor que reduza o lucro líquido, reduz também a remuneração dos acionistas, fato que acontece quando se reduz o resultado do período, praticando GR com contabilização de maiores despesas com provisões.

Mesmo desconsiderando as empresas estatais Vale e Petrobrás, que tiveram várias provisões não recorrentes constituídas em 2015, os valores de provisões ainda são muito significativos em relação aos itens das demonstrações financeiras pesquisados. Embora o percentual em relação ao Ativo total seja de 3% (ou 1% sem a Petrobrás e a Vale) este número é muito significativo, uma vez que corresponde ao total dos bens, de todas as empresas da amostra. Em relação às receitas totais 12% (ou 5% sem a Petrobrás e a Vale) representariam ganhos de margem bruta que influenciariam diretamente no lucro líquido apurado. As provisões PTTs são constituídas para fazer face às demandas de processos trabalhistas e seus encargos e, também, de autos de infração previdenciários ou tributários, ou seja, são transações não esperadas na operação normal das empresas.

Diariamente, agentes do mercado, tais como pessoas físicas, corretoras, fundos de investimentos, bancos e empresas em geral tomam decisões de investimento de suas economias nos mercados primário ou secundário das bolsas de valores. No mercado primário, o investidor compra as ações diretamente da empresa emissora, no mercado secundário, os investidores negociam estes papéis entre si. Os agentes destes mercados têm entre suas fontes para tomada de decisão, as informações e notas explicativas das demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas. O entendimento correto dos números contábeis e o julgamento sobre fatos reportados nas notas explicativas é o que nivela o conhecimento dos agentes e ajuda a reduzir assimetrias das informações para tomada de decisão quanto aos investimentos.

1.2 Problema

Para nortear o desenvolvimento desta pesquisa, foi proposta a seguinte questão problema: há evidências de que as empresas brasileiras participantes dos índices MLCX e SMLL da B3 utilizam a contabilização de provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias como objeto de GR, visando praticar alisamento de resultados (smoothing), big bath accounting (bba), ou para evitar pequenas perdas de valores ao exercício?

1.3 Objetivo

O objetivo geral da pesquisa foi analisar se há indícios de que os resultados das empresas, apurados antes da constituição das provisões PTTs, interferiram nas decisões de constituí-las ou não, configurando possível prática de GR.

Com o propósito de ajudar no desenvolvimento do trabalho foram estabelecidos objetivos específicos, que são, analisar se: há evidências de que (i) as empresas constituintes da amostra usam provisões PTTs para fazer alisamento de resultados; (ii) as empresas com pequenos resultados positivos, antes de constituir provisões, contabilizam menos provisões PTTs; (iii) as empresas com resultados negativos antes de constituir provisões, contabilizam mais provisões PTTs (*bba*); (iv) a existência de passivos contingentes relacionados a PTTs gera mais contabilização de provisões PTTs.

1.4 Período, Universo e Método

O período analisado compreendeu 2010, ano que iniciou a obrigatoriedade de reportar conforme as normas vigentes do IFRS, até 2015. Os dados foram coletados em 2016 do banco de dados Economatica e da B3. As empresas analisadas são as participantes dos índices SMLL que é composto pelas empresas pequenas ou menos capitalizadas e MLCX, que compreende empresas médias ou grandes, no mês de abril de 2014, que foi tomado como base por ser o período inicial de levantamento dos dados. Conforme consta nas páginas da B3, os dois índices pesquisados são considerados de retorno total, ou seja, procuram refletir não apenas as variações nos preços dos ativos integrantes do índice no tempo, mas também o impacto que a distribuição de proventos por parte das companhias emissoras desses ativos provoca no retorno do índice.

O índice MLCX compreende as ações consideradas médias e grandes cujo valor acumulado refere-se a 85% do valor das empresas negociadas na B3. As demais empresas são candidatas a participarem do índice SMLL, algumas não participam por não terem as movimentações necessárias. A amostra final foi composta por 128 empresas sendo 73 empresas do índice SMLL e 55 empresas do índice MLCX. A quantidade de empresas acima restou após exclusão de 10 empresas do índice SMLL e 4 empresas do índice MLCX. Estes dois índices foram escolhidos, porque em conjunto compreendem o maior universo de empresas, que divulgam regularmente suas informações, por imposição da CVM. A maior parte das empresas pertencentes ao principal índice da B3 o IBOV, estão compreendidas também dentro desta amostra.

Foram efetuadas análises em separado para as empresas pertencentes a cada índice e para o total conjunto, conforme demonstra a tabela 2 a seguir.

Tabela 2 -Amostra por índice

	SMLL	MLCX
Empresas por índice	83	59
Exclusões:		
Abril, ALL, Alpargatas, Autometal, Bematech	-10	
CCX, Daycoval, HRT, JHSF, Le Lis Blanck		
Anhanguera, Arteris, Brookfield, Souza Cruz		-4
Total das Excluídas	-10	-4
Amostra utilizada	73	55

Fonte: Autoria própria

OBS: As exclusões correspondem a empresas que não tinham a série completa de dados necessários para a pesquisa.

1.5 - Contribuição do trabalho

Este estudo soma à literatura existente ao analisar possível prática de GR por empresas de grande e de pequeno porte, inclusive por setor de atividade, com provisões específicas em uma economia emergente. Healy e Wahlen (1999) sugeriram que a contribuição para a literatura de GR deve vir dos estudos de *accruals* específicos. Esta pesquisa é pertinente, uma vez que analisa *accruals* específicos compostos pelas PTTs. A exploração da influência econômica na contabilidade, tanto pelo lado da legislação tributária, quanto pela exploração das singularidades da legislação trabalhista e previdenciária, mostra a influência do ambiente econômico no universo contábil. Espera-se que este trabalho traga como contribuição o destaque de uma situação especial existente no Brasil, que permite que resultados contábeis

sejam gerenciados com contingências passivas em empresas de todos os portes da amostra e pertencentes aos vários setores de atividade.

O restante deste trabalho é composto pelos seguintes capítulos: capítulo 2: Fundamentação teórica, 3: Metodologia, 4: Resultados, 5: Conclusões, 6: Referências, e capítulo 7 que apresenta informações adicionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gerenciamento de Resultados

Conforme a *Securitiy and Exchange Commission* (SEC), órgão regulador da bolsa de valores dos Estados Unidos, em documento datado de 31 de janeiro de 2000, GR é a prática de distorcer a verdadeira performance financeira da companhia. A definição da SEC, embora singela, é abrangente pois inclui na definição de GR todas as práticas que distorçam a verdadeira performance financeira. Neste sentido, qualquer mecanismo usado, para provocar alterações em resultados contábeis para apresentá-los de forma mais conveniente caracteriza-se como GR.

Healy e Wahlen (1999) definiram que

[...] o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores usam do julgamento na autoria dos relatórios financeiros e na estruturação das transações com o intuito de alterar os relatórios financeiros e não chamar, ou chamar atenção de alguns *stakeholders* sobre o desempenho econômico financeiro da empresa ou para influenciar os resultados de eventuais contratos que dependem dos números contábeis divulgados. (HEALY e WAHLEN, 1999, p. 368).

Quando a interferência nos resultados é feita dentro do campo de abrangência da norma contábil, entende-se que houve GR. Se a interferência for feita à margem da norma, a mesma está fora do escopo desta pesquisa. Schipper (1989) alargou o conceito de GR para gerenciamento de informação. A autora entendeu *earnings management também como disclosure management*. Para ela, GR é interferir nos componentes do resultado, ou em qualquer informação suplementar. Assim, gerenciamento pode ocorrer em qualquer parte do processo de *disclosure*, podendo assumir qualquer forma. Com base no explicado pela autora, pode-se entender que a empresa que é a detentora da informação pode decidir a forma e a época de sua divulgação. Ela afirma que entre as oportunidades para GR oferecidas pelo sistema contábil, os gestores podem selecionar métodos contábeis, dentro dos princípios aceitos, ou aplicando os métodos de uma forma particular.

As pesquisas sobre GR fixam-se, basicamente, nos modelos com base em *accruals* e no conservadorismo contábil. O desenvolvimento desta linha de pesquisa iniciou mais fortemente na década de 1970, voltado para o mercado de ações. Watts e Zimmerman (1978) lançaram seu trabalho sobre contabilidade positiva, que foi um dos guias para a pesquisa entre as décadas de 1980 e 2000. Neste período, foram estudados principalmente os incentivos para a prática de GR e o comportamento dos *accruals* contábeis. Após o ano 2000, voltou-se a dar atenção ao

relacionamento da contabilidade e seus *accruals* com o mercado de capital. Os modelos básicos de Jones (1991) e Jones modificado, de Dechow e Dichev (2002), continuam a ser largamente utilizados para cálculo dos *accruals* discricionários.

McNichols (2000) investigou os *trade-offs* de três formatos de pesquisas usados para GR, sendo eles: *accruals* agregados; específicos; e na distribuição dos lucros gerenciados. Um tema chave do artigo é que os procedimentos empíricos para a compreensão de *accruals* agregados estavam atrasados tanto nas teorias de incentivos para GR quanto no conhecimento institucional sobre o seu comportamento. As afirmações empíricas sugeriram que modelos que não consideravam a variação de lucros a longo prazo eram potencialmente errados, e podiam resultar em inferências enganosas sobre o comportamento de GR. A autora reforçou que futuros desenvolvimentos na literatura são mais prováveis de virem de aplicações de *accruals* específicos. Confirmando as previsões da pesquisadora, vários estudos realizados a partir do ano 2000 foram realizados com o uso de *accruals* ou provisões específicas.

Os modelos KS, de Kang e Sivaramakrishnan (1995) e DD, de Dechow e Dichev (2002), Ball E Shivakumar (2006), também estimam, primeiramente, o total de *accruals*, depois, a parcela discricionária e se baseiam em contas do Balanço Patrimonial. Esses modelos trazem um erro conceitual, pois capturam apenas os acréscimos líquidos dos *accruals*, não capturando as reversões e inclusões das mesmas separadamente. Esta abordagem também foi seguida por Deangelo (1986), Dechow, Sloan e Sweeney (1995), Burgstahler e Dichev (1997), Healy E Wahlen (1999), Martinez (2001), Zendersky (2005), Pae (2005) e Almeida (2006). Esses pesquisadores também consideram que os *accruals* não discricionários correspondem a operações normais da empresa, enquanto que os discricionários seriam uma proxy para GR.

Há vários motivos e formas de se gerenciar resultados contábeis. Os motivos variam de esquema de remuneração de executivos (JENSEN E MECKLING, 1976; HEALEY 1996), *debt covenants* (PALEPU, HEALY e BERNARD, 2004). Custos políticos, que afirma que grandes empresas tendem a melhorar seus resultados para parecer menos suspeitos perante as autoridades reguladoras (MULFORD e COMISKEY, 2002; JONES 1991). Os executivos podem gerenciar resultados por não querer falhar em atingir previsões efetuadas e com isto manchar sua reputação.

Entre as formas de gerenciamento de resultados, esta pesquisa analisou “big bath”, que conforme Healey (1996) consiste em no ano que o resultado esteja negativo, e não seja possível atingir resultados previstos, pode-se aumentar despesas ou reduzir receitas com a intenção de criar reservas a serem revertidas e melhorarem resultados futuros. A outra estratégia seria os gerentes deliberadamente reduzirem as receitas de forma a alisar os resultados, ou seja, evitarem grandes oscilações nos resultados. Esta estratégia é também chamada de “*cookie jar*” nesta pesquisa será usada a denominação de alisamento de resultados. Esta estratégia geralmente é aplicada no último trimestre do ano e é justificada alegando prática do conservadorismo contábil (antecipar reconhecimento de despesas e estudar receitas mais detalhadamente antes de reconhecer).

2.2 Estudos de Gerenciamento de Resultados

Algumas condições são necessárias para que se caracterize o GR. A primeira, como vimos, é que haja um agente interessado em praticá-lo, fato que encontra explicações na teoria da agência. A segunda é que haja um fato, com possibilidade de ser gerenciado. Para isto é necessário que a norma proporcione ao agente a possibilidade de fazer escolhas contábeis.

Griffiths (1987), após apresentar as definições e motivos para GR, exemplifica que não há dúvida de que a empresa, que para quatro anos sucessivos apresenta os lucros de 1, 2, 4 e 8 milhões de libras, será olhada de melhor modo pelo mercado do que outra, que no mesmo período produza lucros de 4 e 15, e prejuízos de 1 e 3. O resultado líquido nos dois casos é 15 milhões de libras, mas a primeira revela lucros que dobram a cada ano, enquanto a segunda, para dizer o mínimo, apresenta resultados erráticos. Segundo Griffiths (1987),

[..]pode ocorrer que os resultados da segunda empresa representem um reflexo mais acurado de seus negócios. Infelizmente, o mercado de ações não tolera grandes flutuações nos resultados e prefere muito mais a fantasia de um crescimento estável dos resultados, do que a realidade de uma performance operacional casuística (GRIFFITHS, 1987, p. 3).

Este interesse do mercado por resultados estáveis leva gestores a reterem lucros, nos anos de abundância, para liberá-los em anos de necessidade. A atividade de analisar e interpretar os resultados de uma empresa exercida pelos analistas de mercado e por investidores, fica mais fácil quando apresentam uma certa estabilidade. O mercado encara positivamente empresas que informam resultados positivos e que apresentam uma certa constância.

Coelho e Lopes (2007) escreveram que:

[...] a Teoria Positiva da Contabilidade estabelece como hipótese que as práticas contábeis tendem a obedecer a dois objetivos básicos. De um lado, atendem à postura de eficiência econômica dos proprietários, na direção de maximização do valor da empresa; neste sentido, estes sempre escolhem aquele regime contábil que minimize custos contratuais e de transação para a firma. Por outro lado, os gestores, agindo na maximização de seus próprios interesses, podem assumir posição oportunista, escolhendo aquelas práticas contábeis que assegurem tal objetivo (COELHO e LOPES, 2007, p. 122).

Stolowy e Breton (2004) indicaram que os gerentes de empresas, em certas situações especiais, motivados por incentivos próprios, externos ou até hierárquicos, interferem nos resultados, de forma a alcançar o resultado desejado. Estes autores afirmam que, uma das principais razões para se manipular resultados é o desejo de chegar a um resultado que atenda às expectativas dos acionistas.

A pesquisa sobre GR visa analisar se há indicações de uso abusivo de *accruals* discricionários por parte dos gerentes. Quando os gerentes alargam as fronteiras das normas, usam-nas de forma discricionária e podem estar, de alguma maneira, gerenciando seus resultados. Embora práticas de GR não sejam ilegais, se efetuadas dentro do limite da regra contábil, elas originam-se de uma interpretação particular, que pode configurar comportamento oportunista de quem as pratique. Deste modo, ninguém assume que tenha praticado GR e os resultados das pesquisas efetuadas nesta área acabam sendo indicativos de probabilidade de prática de GR, pois não há confirmação dos mesmos. O GR é praticado de várias formas e utilizando de metodologias diferentes, assim, para facilidade didática, foram atribuídos nomes diferentes, de acordo com o procedimento utilizado.

Desta forma, entende-se por *alisamento de resultado*, a realização de escolhas contábeis discricionárias que levam o resultado a um valor pré-definido pela gerência e que fica estável em relação a resultados já atingidos em períodos anteriores. No caso denominado na literatura sobre GR como *bba*, a gerência, considerando que o resultado de um período já está negativo e não se conseguirá mais revertê-lo, de forma que metas previamente determinadas sejam atingidas, aproveita, então, para levar ao resultado despesas pendentes de reconhecimento, entre elas, a constituição de provisões, de tal forma que esses valores talvez possam ser revertidos em anos futuros, ajudando a melhorar os resultados. No caso das pequenas perdas, a empresa pode vir a reverter alguma despesa, inclusive PTT, deixando o resultado com valor positivo.

Pinches (1987) apontou que o pagamento de dividendos pelas empresas está subordinado a dois fatores, quais sejam, a ocorrência de resultado positivo e a disponibilidade de recursos para o pagamento. Assim, a empresa que gerencia negativamente os resultados contábeis pode frustrar a expectativa dos investidores de receberem dividendos, pois reduz seus lucros líquidos. Pode ainda ocorrer uma avaliação negativa da empresa pelos investidores, o que reduz o preço de suas ações e, consequentemente, o seu valor de mercado.

Nos estudos prévios, o GR e suas motivações foram abordados por vários critérios. O grupo de estudiosos que afirmou que, particularmente, se a performance não alcança metas especificadas, os gerentes podem tentar ajustar os resultados para reduzir a visibilidade de suas fraquezas, é composto por Burgstahler e Dichev (1997), Degeorge, Patel e Zeckhauser (1999), Moehrle (2002), e Mard (2004).

Assim, Burgstahler e Dichev (1997) baseando-se nas teorias do *stakeholder*, fundamentada em Freeman (1984) e do *prospect*, proposta por Kahneman e Tversky (1979) encontraram evidência de que os gerentes das firmas reportam artificialmente ganhos para evitar queda no resultado e perdas. Conforme Healy e Wahlen (1999) evidenciaram, muitos pesquisadores apontaram o papel de GR na estruturação operacional de transações para alterar os relatórios financeiros e para prejudicar alguns acionistas sobre a performance econômica da empresa.

Degeorge, Patel e Zeckhauser (1999) consideraram que o resultado fornece informações importantes para decisões de investimentos. Por isso, os gestores que são, de alguma forma, avaliados com base nos resultados alcançados, têm fortes incentivos para manipulá-los. Moehrle (2002) investigou se gerentes revertem despesas de reestruturação previamente provisionadas, com intenção de melhorar o resultado. Os resultados obtidos mostraram que as empresas usam a reversão de valores para evitar prejuízos e atingir o *forecast* de analistas. Mard (2004) realizou pesquisa na França e observou que empresas praticam GR para evitar reportar perdas. Baber et al (2011) estudaram a análise conceitual e empírica de reversão de *accruals* em contexto de GR. Eles assumiram que os *accruals* iniciados em um exercício, são revertidos em exercícios futuros. A análise mostrou que a extensão que as reversões caracterizam GR depende do tamanho dos *accruals* e da velocidade de sua reversão.

Modelos de detecção de GR foram estudados por Martinez (2001) e Buckmaster (2001); *accruals* específicos foram estudados por Moehrle (2002). Leuz, Nea e Wysocki, (2003) e Marquardt e Wiedman (2004) investigaram GR com *accruals* de forma agregada. Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) e Paulo (2007) investigaram GR com decisões operacionais. Keung e Shih (2014) fizeram seus estudos com modelos tipo Jones, em comparação com os cálculos com base em *performance matching*. Eles chegaram à conclusão de que o segundo modelo calcula os *accruals* a menor e pode levar a erros, ao se operacionalizar as regressões, com base nestes cálculos. Dechow, Sloan e Sweeney (1995, 2013); fizeram uma abordagem aos testes de *accruals* como base para GR. Sua abordagem considera que GR, com base em *accruals*, deve ser revertido em outro período. Se o pesquisador souber o tempo do gerenciamento e o tempo da reversão, o poder do teste pode ser melhorado em torno de 40% e fornece solução robusta para mitigar a má especificação de modelos, que envolvem variáveis correlacionadas.

Paulo (2007) em extensivo trabalho, verificou a validade teórica e empírica dos modelos operacionais para mensurar os *accruals* discricionários utilizados na detecção de GR. Inicialmente, apresentou e discutiu a informação contábil e sua importância na avaliação do desempenho empresarial e no estabelecimento das relações contratuais. Além disso, pesquisou o processo de mensuração e as características institucionais e organizacionais que afetam as escolhas contábeis, características e consequências da qualidade das informações contábeis, e a discricionariedade dos gestores em relação às perspectivas oportunistas e de eficiência das informações contábeis. Ele concluiu que os modelos operacionais de estimação dos *accruals* discricionários presentes na literatura da época do estudo, de modo geral, não apresentavam fundamentação teórica adequada e, alguns desses modelos, eram fracamente especificados e tinham baixo poder preditivo, sendo significativamente afetados pelo ambiente econômico. Além disso, os resultados comprovaram que o modelo operacional proposto em seu trabalho para estimar os *accruals* discricionários para detecção de GR tem maior poder explicativo do comportamento dos *accruals* nos ambientes econômicos analisados.

Torres et al, 2010 encontraram, em seus estudos, que as empresas que se envolvem em *alisamento de resultado* recebem melhores *ratings* nas ofertas públicas de ações. Eles concluíram que esta prática é um sinalizador de informações e impacta o *rating* dos títulos.

O resultado da pesquisa de Formigoni et al (2012) é importante pois mostra que o interesse das empresas não está relacionado com redução da carga tributária. Até porque os valores dedutíveis são muito bem definidos na legislação tributária. Estes resultados mostram que carece de investigação, a motivação existente para prática de GR. Ribeiro (2012) efetuou pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com contadores, auditores, advogados e juristas tendo constatado ser possível a prática de GR com uso de provisões no Brasil.

Almeida et al (2012) ao estudarem práticas de *alisamento de resultado* em empresas negociadas na B3, afirmaram que as empresas reduzem seus resultados com a finalidade de estabilizá-los e que isto elimina futuras oportunidades de praticar o conservadorismo contábil, ou seja, o reconhecimento de futuras perdas econômicas. Eles observaram forte relação entre *alisamento de resultado* e o conservadorismo condicional, e que o desenvolvimento do mercado de capitais permite grandes *insights* sobre as perdas econômicas contidas nos resultados contábeis. Martinez (2008) aplicou o modelo de Kang e Silvaramakrishnan (1995) diagnosticado como o tecnicamente mais acurado para o Brasil. Para atestar a validade do modelo aplicado, investigou as circunstâncias em que o incentivo para GR é particularmente forte. Os resultados de sua pesquisa corroboram as hipóteses de GR para: a) evitar reportar perdas; b) sustentar o desempenho recente; e c) piorar o resultado presente, em prol de resultados futuros (*bba*)).

Dobre, Brad e Ciobanu (2014) analisaram o valor dos *accruals* discricionários, considerando que o padrão contábil da Romênia mudou para o padrão internacional, a partir de 2012, para as empresas que tinham ações negociadas. Usaram na pesquisa os métodos de valor presente, e totais realizados, mas encontraram informação pertinente sobre o valor de *accruals* discricionários. Fizeram comparação estatística entre a média e a variância dos *accruals* discricionários nos dois regimes, mas os resultados não foram significativamente importantes e não se detectou diferença. Embora os estudos de Dobre, Brad e Ciobanu (2014) não tenham apresentado diferença significativa entre os dois padrões contábeis, isto não significa que os resultados não tenham sido gerenciados.

Os autores Chalayer e Dumontier (1996) em suas pesquisas sobre GR, encontraram evidências de ajustes de *accruals* para melhorar resultados durante períodos difíceis (resultados negativos) e, para piorar resultados, durante períodos bons (resultados positivos) confirmando práticas de *alisamento de resultado* e *bba*. Em meta análise efetuada no período de 2003 a 2013,

os autores Vladu e Cuzdriorian (2014) observaram em seus trabalhos de pesquisa que, neste período, aconteceram 18 publicações que trataram sobre o uso das variáveis contábeis pelos gerentes, sendo os *accruals* discricionários o item mais abordado nos estudos sobre GR. Friedlan (1994) assumiu que o *accrual* total escalado pelas vendas é constante durante períodos, de acordo com esta definição, os *accruals* sujeitos à discricção dos gerentes seriam calculados como:

$$DA_t = (TA_t / \text{Vendas } t) - (TA_{t-1} / \text{Vendas } t-1) \quad (1)$$

Onde:

DA_t = *Accruals* discricionários no período t
 TA = *Accrual* Total

Esta fórmula é aplicável quando os *accruals* evoluem proporcionalmente às vendas.

Sun e Rat (2010) revisaram publicações sobre GR e afirmam que o mesmo é praticado com uso de *accruals* totais ou específicos e, entre estes, apontam formas específicas de valorizar estoques, métodos de depreciação ou cálculo de provisão para devedores incobráveis. Apesar disso, para Ahmed, Mohamed e Adisa (2014) que consideraram como *accruals* específicos as provisões para perdas de empréstimos em bancos da Nigéria, os modelos tradicionais para pesquisa de GR, com *accruals* totais, não se encaixam nos trabalhos que analisam provisões específicas. Isto, porque seu comportamento precisa ser bem conhecido pelo pesquisador, para poder desdobrá-las em discricionárias e não discricionárias. Esta observação está coerente com as pesquisas de: Petroni (1992) que verificou como os gerentes realizam provisões para perdas em seguradoras; McNichols e Peter (1998) estudaram o GR com a provisão para devedores incobráveis; Chang et al (2011) investigaram provisões discricionárias para perdas com empréstimos em bancos; Rodrigues e Martins (2010) questionaram as provisões técnicas das empresas seguradoras; e Norden E Stoain (2013) também desenvolveram pesquisas de GR com uso de provisões para perdas em bancos.

Dani et al (2017) analisaram com dados em painel se a constituição de provisões para garantias, benefícios a empregados e riscos fiscais estavam sendo utilizadas para provocar algum efeito de *accruals* específicos que evidenciavam gerenciamento de resultados. Eles argumentaram que as contas de provisões, por suas características oferecem oportunidades para gerenciar *accruals* específicos com o propósito de melhorar parâmetros de solvência e reduzir pagamentos dos impostos, por exemplo. Nesta pesquisa os autores confirmaram hipótese de GR com provisões para garantia e para benefícios a empregados, tendo sido evidenciada a

prática de alisamento de resultado. Não foi constatada prática de GR com provisões fiscais. Os autores também sugeriram que as provisões fiscais fossem analisadas novamente, com utilização de outras variáveis. O estudo embora tenha relacionamento com a presente pesquisa teve uma abordagem diferente ao analisar as provisões trabalhistas e as provisões fiscais.

Os estudos de GR com *accruals* específicos, se apresentam como um caminho a ser seguido. Pesquisas com números agregados indicam se houve possibilidade de GR, mas não indicam com qual conta dos demonstrativos financeiros ou como o resultado foi gerenciado. Nas pesquisas com *accruals* específicos são definidas quais operações poderão estar sujeitas a gerenciamento. As verificações efetuadas com *accruals* específicos exigem uma profundidade de análise, além do conhecimento do comportamento operacional do *accrual* e sua regulação.

Em linha com os questionamentos efetuados no presente trabalho, Peek (2004) e Zicke e Czermin (2014) analisaram GR com provisões. Esses autores desenvolveram uma metodologia para análise de GR com provisões, que foge dos modelos tradicionais de detecção de GR por *accruals* contábeis. Coerente com o proposto por McNichols (2000) eles verificaram provisões específicas, tendo em vista que cada tipo de provisão tem um modelo de comportamento e um driver diferente. Peek (2004) analisou as provisões para garantia de produtos, riscos sub segurados e provisão para manutenção. Zicke e Czermin (2014) estudaram as provisões para garantia de produtos, para despesas com pessoal e despesas com ativos descontinuados. Nos dois casos, os autores analisaram provisões específicas em seus países, mas não testaram as provisões aqui definidas como PTTs. Estes autores segregaram as provisões discricionárias e não discricionárias, sendo as primeiras indicadoras de GR. Eles usaram drivers para calcular o valor das provisões não discricionárias e as discricionárias foram calculadas por diferença.

O uso de *drivers* implica assumir que as provisões não discricionárias são repetitivas e evoluem proporcionalmente a algum direcionador. Notadamente, no caso de garantia com produtos, as provisões podem evoluir em um certo percentual das vendas e pode ser comprovado por dados históricos da empresa. Despesas com pessoal podem ser relacionadas com o número de empregados e descontinuidade de ativos, em relação ao total do ativo da empresa. As PTTs por sua vez dependem do julgamento da gestão sobre sua exigibilidade futura ou não, são, portanto, totalmente discricionárias. Neste caso o conceito tradicional de provisões

discricionárias serem proxy de GR não se aplica e a prática de GR deve ser verificada em relação a variáveis contábeis.

Quando se pensa em analisar provisões PTTs, não se localiza um driver com o qual elas possam ser relacionadas. E não é por acaso. As provisões PTTs têm como origem operações geradas no interior das empresas, de forma consciente ou não. Mas o seu aparecimento é gerado por eventos externos, na maior parte das vezes fora do controle da empresa, tais como autuações fiscais e previdenciárias, ou ações de reclamações trabalhistas. As autuações também podem ser geradas por problemas de interpretação de legislação. Quando há um conflito entre a interpretação do fisco e a do contribuinte, o mesmo é resolvido na esfera judicial.

Ao relacionarmos os estudos sobre GR com *accruals* e as provisões PTTs, verificamos que as mesmas oferecem vários os atributos necessários à prática de GR. Entre estes atributos, pode-se destacar a materialidade de seus valores, o longo período que podem permanecer nas demonstrações contábeis, o grande número de estimativas necessárias para determinar seus valores e o poder discricionário dos gerentes no seu cálculo e julgamento sobre a exigibilidade futura.

Devido ao processo de disseminação do uso das normas contábeis internacionais, em anos mais recentes houve preocupação com o aspecto normativo, mudança dos padrões contábeis, qualidade das auditorias e controle institucional.

Uma característica desta pesquisa é ter investigado *accruals* específicos o que permite estudar com profundidade seus comportamentos. O objetivo geral foi analisar se houve indícios de que os resultados das empresas, apurados antes da constituição das provisões PTTs, interferiram nas decisões de constituí-las, configurando possível prática de GR.

2.2 A informação contábil

O entendimento da teoria contábil e de seus princípios é importante para se compreender os procedimentos relativos ao reconhecimento de valores pela contabilidade. Neste sentido, é bom que se entenda o conservadorismo, também chamado princípio da prudência, que faz com que despesas e receitas sejam reconhecidas assimetricamente no tempo, o que gera variações nos resultados contábeis. A estimativa e constituição das provisões contábeis faz parte dos mecanismos de exercício do conservadorismo. Usado há muito tempo e tendo sobrevivido a

muitas mudanças na contabilidade, o conservadorismo ou prudência faz com que as despesas sejam contabilizadas prontamente e as receitas analisadas com mais critério, antes de sua contabilização.

Com a aplicação do conservadorismo, acontece uma não linearidade na formação dos resultados contábeis. Assim, as despesas são reconhecidas anteriormente às receitas. Por meio dos *accruals*, despesas potenciais não desembolsadas pelo caixa, ou receitas não recebidas, são reconhecidas nos resultados, imediatamente. As provisões, incluídas nos *accruals* contábeis fazem parte da diferença entre o saldo de caixa e o resultado das empresas.

Os estudos iniciais sobre os efeitos do conservadorismo na contabilidade datam da década de 1990, quando Basu (1997) afirmou interpretar o conservadorismo, como consequência de os resultados refletirem más notícias mais rapidamente que boas notícias. Ele afirmou ainda que esta interpretação implica em diferenças temporais sistemáticas entre más e boas notícias, na linha do tempo e na persistência dos resultados. Ele também previu e confirmou que mudanças negativas nos resultados são menos persistentes que mudanças positivas. Ball e Shivakumar (2006) estudaram os efeitos do reconhecimento assimétrico no tempo de despesas e receitas. Eles ponderaram que este procedimento tem importantes implicações para a contabilização de *accruals* e que pesquisadores fazem estimativas de *accruals* discricionários, GR e qualidade dos resultados para a interpretação de modelos lineares mal especificados. Verrechia (2001) ao escrever sobre a teoria da divulgação da informação, afirmou que o interessado em um ativo descontará o seu valor, até que não seja mais interessante para a parte vendedora esconder informações privilegiadas. Depreende-se desta afirmação, que o mercado se previne contra assimetria de informação. Se houver suspeita de que alguma informação não foi devidamente divulgada, ou que a empresa ao divulgar seus resultados esteja retendo informações privilegiadas, os analistas incluirão um fator de desconto nos valores de suas ações. Este desconto será crescente até que seja mais vantajoso divulgar as informações do que continuar a ter os valores descontados.

Iudícibus (2004) afirmou que a finalidade da contabilidade é fornecer informação aos diversos usuários. Acontece que a sensibilidade dos indivíduos à informação divulgada varia de acordo com seu grau de conhecimento e de interesse. Assim, para um usuário institucional mais agressivo, é importante conhecer os fluxos de caixa futuros descontados e fazer a previsão do valor justo da ação da empresa, na data corrente. Para um investidor particular, pode ser

interessante conhecer o valor do dividendo que receberá pelo seu investimento. Assim, entender o que representam os números contábeis e qual o grau de credibilidade que se pode depositar nestas informações é primordial para a realização de uma boa análise.

Em pesquisas recentes, pode-se notar uma preocupação com mecanismos de prevenção contra atitudes de gerenciamento de resultados por parte dos gerentes. Huang (2017) estudou a reação dos gerentes ao uso de processos legais para conter práticas de gerentes oportunistas. Chan et al (2014) estudaram os efeitos de ações de *claw back*, ou seja, responsabilizar os gerentes pelos erros nos relatórios financeiros. Silva, Pinto e Paulo (2017) estudaram os níveis de prática de GR por empresas que publicam e não publicam suas previsões de resultados, ou *guidance*. Favoretto et al (2017) investigaram possíveis indicativos da existência de manipulação com suavização dos resultados por meio do controle de provisões, com base na teoria da agência. Os autores utilizaram uma abordagem quantitativa com modelo de regressão com dados em painel em uma amostra de 49 companhias abertas brasileiras no período de 2007 a 2016. Eles encontraram evidências de suavização de resultados por meio de controle de provisões. Usaram o lucro como variável explicativa.

Awidat et al (2014) e Sellami (2015) fizeram revisões de literatura existente sobre gerenciamento de resultados, discutindo os tipos e as práticas de GR.

Palepu, Healy e Bernard (2004) alegaram que, frequentemente, os investidores não possuem informações para decidirem onde aplicar seus recursos, portanto, devem confiar em intermediários da informação para tomarem suas decisões. Estes intermediários são os analistas e profissionais afins, que ajudam a reduzir a assimetria informacional contábil e, é acompanhada por analistas financeiros, bancos de investimentos e empresas de classificação de riscos. Segundo Yu (2008) os analistas afetam o fluxo de informações das corporações e, consequentemente, a discricionariedade dos administradores nos números contábeis. Então, um alto grau de incerteza sobre os números divulgados corresponde a um maior fator de desconto a ser aplicado para se chegar ao valor justo da ação da empresa. A desconfiança do mercado em relação à integridade dos números divulgados e do processo que levou a estes números definirá o fator de desconto a ser aplicado.

Como se pode ver, a contabilidade é importante instrumento que, quando feita dentro da boa técnica e em observância aos princípios contábeis, reduz as assimetrias de informação

entre o usuário interno e externo da empresa. O usuário externo tem acesso aos dados após o fato (*ex post facto*) e uma representação fiel da situação financeira é a melhor fonte de comunicação dos resultados. Nesse sentido, a certeza que a informação divulgada está isenta de GR e reflete mais fidedignamente a situação econômica e financeira da empresa é a melhor fonte de esclarecimento para os usuários. O IFRS (2017) lançou um documento para discussão da estrutura conceitual assinalando que a mesma não é um *standard*, no entanto foi ressaltado que é reintroduzida a noção de prudência, sendo que a mesma se refere ao cuidado a ser tomado quando for usado julgamento em condições de incerteza.

2.3 Teoria da Agência

Nas pesquisas sobre GR, a preocupação com os motivos que levariam gerentes a administrarem os resultados contábeis tem tido presença constante. A necessidade de se estabelecer sustentação teórica para esta área da pesquisa contábil invariavelmente leva à teoria da agência estudada por Jensen e Meckling (1976). Em seu artigo, estes autores discutem a relação entre propriedade e controle e relatam que as especificações de direitos dos indivíduos em uma organização são feitas por contratos. Estes por sua vez podem ser implícitos ou explícitos. Nestes contratos, o proprietário assume o papel de principal, e os administradores que são contratados para cuidar dos interesses do principal, passam a ser os agentes. Como o agente está muito mais envolvido nas operações do dia a dia ele passa a deter informações que o principal não tem e vice-versa, esta diferença de nível de informação é chamada de assimetria de informação e gera os chamados conflitos de agência. As relações contratuais afetam o comportamento das partes, inclusive dos gerentes, cujo comportamento vai depender da natureza das cláusulas estabelecidas. O agente pode tomar decisões de interesse próprio buscando maximizar seus objetivos. Neste sentido, um gerente pode tentar influenciar no resultado, de forma a atingir o especificado ou até para esconder a sua fraqueza, quando os resultados efetivamente não estiverem como o esperado. Assim, a assimetria de informações entre a gerência e o proprietário, além do conjunto de incentivos pelos quais os gerentes se guiam em suas tomadas de decisões, são uma das explicações básicas para a prática de GR. Há ainda a preocupação em como os resultados serão recebidos pelos usuários das informações, entre eles: analistas, credores, acionistas e investidores. Se os resultados efetivos das operações não atenderem às expectativas dos agentes externos à empresa, os gerentes podem ser tentados a gerenciá-los, de forma a atingirem as metas, evitando expor suas fraquezas ou para preservar a sua reputação.

2.4 - Provisões

O IFRS por meio de uma norma denominada IAS 37 regula internacionalmente a contabilização de provisões. Esta norma foi traduzida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC, e lhe foi atribuída a denominação de pronunciamento CPC 25 que define que uma provisão é constituída, quando é mais provável que sim do que não, que haverá uma saída futura de caixa, relacionada a algum evento ocorrido no passado.

Para eventos cuja saída de caixa é possível, não se constitui provisão, mas divulga-se em nota explicativa a existência da contingência. Para os eventos cuja possibilidade de pagamento é remota, não há contabilização nem precisam ser divulgados. O quadro 1 sumariza as condições estabelecidas para contabilizar, ou não, uma provisão.

Quadro 1 - Condições para contabilizar uma provisão

	Condição	Artigo CPC 25
01	Existência de obrigação presente legal ou construtiva	10 e 14
02	Uma obrigação construtiva (não formalizada) surge, quando o comportamento passado de uma entidade cria certas expectativas que a entidade irá liquidar uma obrigação	10
03	Obrigação com terceiros, resultante de evento passado	14 e 17
04	Saída futura de caixa provável	14 e 23
05	Valor pode ser razoavelmente estimado	14

Fonte: Autoria própria com base no CPC 25

Segundo o IFRS (2013) o reconhecimento de provisões sobre processos legais:

If, taking account of all of the available evidence, it is probable that the entity will lose the court case then the entity is deemed to have a present obligation and hence a liability of uncertain timing or amount (a provision). If, taking account of all of the available evidence, it is probable that the entity will successfully defend the court case then the entity has a possible obligation and hence a contingent liability (IFRS, 2013).

Uma provisão PTT é constituída com base em evidências, se as disponíveis indicarem que a empresa provavelmente será responsabilizada, isto indica que ela tem uma obrigação presente. Neste caso, constitui-se uma provisão. Mesmo que se tome os devidos cuidados e que as evidências indiquem que a empresa será responsabilizada, ela ainda poderá lançar mão de vários recursos legais, tanto no sentido de não pagar, como de postergar ou de reduzir o valor a ser pago.

O CPC distingue as provisões de outros passivos, tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência, porque há incerteza sobre o valor do desembolso

futuro e a sua liquidação. Assim, o CPC estabelece, por contraste, que contas a serem pagas são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos, e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor. Os passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) são estimativas de valores a pagar. Embora, algumas vezes, seja necessário estimar o valor ou prazo desses passivos, a incerteza é, geralmente, muito menor do que nas provisões. No caso das provisões PTTs, as incertezas aumentam, pois dependem de decisão judicial para confirmar se deverão ser pagas ou não.

Ao relacionar provisões com contingências, o CPC estabelece que, em sentido geral, todas as provisões são contingentes, porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, no Pronunciamento Técnico – CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos como provisão, porque a sua exigência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento como provisão, ou seja, de exigência possível ou remota.

Ao se constituir uma provisão ou fazer a sua reversão, o resultado contábil do período fica reduzido ou aumentado pelo valor constituído ou revertido. Uma provisão PTT constituída pode afetar resultados futuros da empresa, caso ocorra sua complementação ou se a mesma for revertida. No caso de ser constituída a menor, afetará negativamente o resultado em que for paga pela diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente pago. Se a provisão for constituída a maior ou mesmo, desnecessariamente, influenciará favoravelmente o exercício em que for revertida, melhorando o resultado deste exercício pelo valor revertido.

Neste sentido, Allen, Larson e Sloan (2013) afirmaram que *accruals* (assim como provisões) não são constituídos com a intenção de serem revertidos e não deveriam influenciar em resultados futuros; na prática, no entanto, os autores mostraram que *accruals* extremos exibem alta frequência de reversões subsequentes que impactam resultados futuros especialmente, a provisão tributária envolve a empresa e o ente arrecadador do governo que, apesar do interesse em arrecadar, é bastante burocrático, lento e sujeito a muitos controles. As provisões trabalhistas e previdenciárias, além do órgão normatizador do governo e administração da empresa, têm a forte e atenta participação das partes interessadas, quais sejam,

o empregado demitido que moveu a ação, o sindicato, os órgãos de classe, que fazem acompanhamento detalhado do desenvolvimento do processo.

No Brasil, as legislações que regulam as relações trabalhistas e previdenciárias, como também a legislação tributária, são complexas. A geração constante, senão casuísta de novas jurisprudências, o acúmulo de processos a serem julgados e a demora para o julgamento dos mesmos podem permitir a prática de GR, usando estas provisões.

Os eventos considerados inicialmente como possíveis de serem exigidos podem no transcurso do tempo vir a tornar-se de exigência provável, dependendo de mudanças no cenário legal, ou na criação de novas jurisprudências, o que obriga a empresa a constituir provisão para pagamento do mesmo. Enquanto um evento permanece não contabilizado, constitui as contingências passivas da empresa e deve ser divulgado em notas explicativas. No caso das provisões PTTs constituídas, a divulgação deve compreender o saldo inicial, os acréscimos do período, as utilizações para pagamentos e as reversões de provisões. A norma determina, ainda, que uma provisão deve ser usada, exclusivamente, para a finalidade com que foi constituída e, no caso de não utilização, ela deve ser revertida. Este procedimento é importante, pois traz mais clareza à contabilização de provisões.

As empresas constituem provisões para atender a dois princípios contábeis básicos, que são competência e o conservadorismo. Conforme consta no site da B3, além das provisões PTTs, as empresas ainda fazem provisões para benefícios a empregados, processos cíveis, participação nos resultados, reestruturação, passivos ambientais, desativação, garantias e outras provisões. Constatou-se na pesquisa que as provisões representam valores materiais, em relação a indicadores contábeis estruturais das empresas brasileiras, totalizando 240 bilhões de reais em 2015, sendo que só as provisões PTTs perfizeram 61 bilhões de reais ou 26% do total. Se desconsiderarmos as empresas Petrobrás e Vale do Rio Doce, que constituíram montantes anormais de provisões nesse ano, o total das provisões passa a ser 77 bilhões de reais e as PTTs 60 bilhões de reais ou 78% desse valor. Este alto percentual mostra a relevância das provisões PTTs no Brasil mesmo em relação às demais provisões. Essas informações estão detalhadas na tabela 3

Tabela 3 - Relevância das provisões PTTs em relação às demais provisões

	Trabalhistas e Previdenciárias	Tributárias	Total PTTs	Total Provisões
Provisões 128 empresas	-32.305.043	-28.987.886	-61.292.929	-240.260.039
Participação em relação ao total das provisões	13 %	12%	25%	100%
Petrobrás	-51.441	-61.062	-112.503	-96.816.000
Vale	-327.146	-173.216	-500.362	-65.968.239
Soma Petrobrás e Vale	-378.587	-234.278	-612.865	-162.784.239
Provisões 126 Empresas	-31.926.456	-28.753.608	-60.680.064	-77.475.800
Participação em relação ao total das provisões	41%	37%	78%	100%

Fonte: Autoria própria com dados da Econômica.

Os expressivos valores das provisões PTTs justificam estudos detalhados para se entender as suas origens.

2.4.1 Especificidades das provisões PTTs

As provisões PTTs são, em sua maioria, geradas por eventos não esperados ou indesejados pelas empresas. Estes eventos compreendem, por exemplo, uma verificação nos livros da empresa pela fiscalização, com detecção de operações que não foram tributadas, ou valores que não foram recolhidos aos cofres públicos. Podem decorrer, também, de processos movidos por empregados demitidos. Algumas empresas relutam em constituir provisões sob a alegação de que a constituição das mesmas seria um reconhecimento de culpa, porque assumem que, de acordo com as melhores alternativas possíveis, há risco de que tenham que pagar os valores discutidos. Conforme Paoletti (2009) quanto à publicação em notas explicativas dos riscos classificados como de perdas possíveis ou prováveis pelos advogados, a opinião de parte dos seus entrevistados é de que há possibilidade que tais informações sejam levadas a conhecimento do judiciário. Se isto ocorrer, poderá influenciar, negativamente, o julgamento do processo. Por ocasião da publicação da dissertação de Paoletti (2009) o processo de introdução das normas internacionais, no Brasil, estava apenas no início. O risco de que informações divulgadas pela empresa sejam usadas contra ela nos julgamentos aumentou com a introdução das normas internacionais, pois as mesmas exigem um nível muito maior de *disclosure* de informações. A este respeito, o IFRS (2017) lançou um documento para revisão da estrutura conceitual, no que concerne à divulgação da informação.

The Board further tentatively decided that:

- (a) consistent with this approach, the revised Conceptual Framework should not prescribe a 'probability criterion', ie it should not prohibit the recognition of assets or liabilities with a low probability of an inflow or outflow of economic benefits;*
- (b) the concepts proposed in the Exposure Draft should be enhanced to provide more direction on the recognition of assets and liabilities with a low probability of inflows or outflows of economic benefits; and*
- (c) the revised Conceptual Framework should identify only two criteria for recognition relevance and faithful representation. The need for benefits that exceed the costs should not be identified as a third distinct recognition criterion. Instead, the revised Conceptual Framework should explain that, as with all other areas of financial reporting, cost constrains recognition decisions and the benefits of the information provided to users of financial statements by recognition of an asset or a liability (and any related income, expenses or changes in equity) must be sufficient to justify the costs of providing that information IFRS (2017).*

É enfatizado o conceito de reconhecimento, que é definido como o processo de capturar valores de elementos para inclusão nos relatórios financeiros ou nos relatórios de performance financeira. Para o reconhecimento de provisões PTTs são importantes estes conceitos pois poderão contrabalançar a discricionariedade existente para a constituição das mesmas.

Considera-se que pode haver diferentes graus de probabilidade de GR com provisões PTTs. Uma de suas características é que elas estão relacionadas a um fato singular, seja um auto de infração ou um processo. Se a perda referente a esses processos for provável, o valor terá que ser provisionado em sua totalidade, nesse caso, não há como desdobrar o valor em uma parcela obrigatória e outra discricionária.

O mecanismo para prática de GR pode ser o uso de processos contingentes trabalhistas, previdenciários ou tributários para provisionar valores quando for de interesse da empresa piorar o resultado e reverter estes valores, ao precisar melhorá-los. Estas possibilidades mostram-se favoráveis à prática de bba ou *de alisamento de resultado*, visto que as empresas podem reverter provisões PTTs ou constituí-las em valores menores que o necessário para evitar reportar pequenas perdas.

Nos tópicos seguintes foi efetuado um estudo detalhado das provisões tributárias, trabalhistas e previdenciárias. Procurou-se entender seu volume e materialidade, tanto na esfera federal como na estadual.

2.4.2 Processos Tributários

A legislação tributária brasileira está definida na Constituição Federal. Conforme Carrazza, em entrevista a Ribeiro (2012) este fato torna o Brasil singular em relação a quase todos os demais países, os quais incluem algumas diretrizes gerais de tributação em suas constituições, mas as normas operacionais não fazem parte do texto constitucional. O fato da legislação tributária estar definida na constituição, que estipula a competência de cada ente federado para criar tributos e sua distribuição, diminui a flexibilidade para mudar a lei tributária ou criar tributos, pois são necessários processos mais demorados, uma vez que, dependendo da situação, necessita-se de alteração constitucional, o que demanda ritos mais complexos.

Scheffler (2010) afirmou que o Brasil cria leis sem que as existentes sejam aplicadas. Com isto, tem-se na área tributária mais de 20.000 leis, 120.000 decretos e 1.500.000 atos normativos. Além da base tributária estabelecida na constituição, existem ainda, o código tributário nacional e uma coleção infindável de leis, decretos e instruções que criam, para os contribuintes, obrigações principais e acessórias de difícil entendimento e aplicação, o que resulta em multas até para as empresas de melhores níveis de governança corporativa.

As autuações pelas fiscalizações federal, estadual e municipal se constituem em um dos responsáveis pelos importantes valores das provisões PTTs nas empresas brasileiras. É importante que se entenda o histórico da legislação tributária e seu efeito na arrecadação fiscal, para compreender o motivo do grande volume de processos judiciais e de contingências tributárias nas empresas.

Conforme Varsano (1997) A história do direito tributário no Brasil, data da época imperial, quando se pagava imposto por exemplo sobre o pau brasil extraído e sobre o quinto do ouro, à coroa de Portugal. Esta herança foi transmitida ao Brasil republicano. Em 1891 foi instituída a Constituição da República que adotou os impostos vigentes no final do período imperial. Naquela época já se separou os impostos por competências discriminando os que eram federais e estaduais. Aos Estados cabia fixar quais impostos eram de competência municipal. Apenas em 1924 foi criado o imposto de renda geral. No período anterior à Constituição de 1934, o imposto de importação manteve-se como a principal fonte de receita da União. Até o início da Primeira Guerra Mundial, ele foi responsável por cerca de metade da receita total da União, enquanto o imposto de consumo correspondia a aproximadamente 10% da mesma. Durante a segunda guerra mundial, caíram muito as receitas sobre o comércio exterior que eram as mais importantes fontes de rendas do governo, com isso iniciou-se um processo de tributar

o consumo interno. Aos estados cabia o imposto de exportação que tributava tanto os produtos mandados para o exterior como os produtos enviados internamente para outros estados.

A Constituição de 1934 e diversas leis desta época promoveram importantes alterações na estrutura tributária do país, deixando-o em condições de ingressar na fase seguinte da evolução dos sistemas tributários, aquela em que predominam os impostos internos sobre produtos. As principais modificações ocorreram nas órbitas estadual e municipal. Os estados foram dotados de competência privativa para decretar o imposto de vendas e consignações, ao mesmo tempo em que se proibia a cobrança do imposto de exportações em transações interestaduais e limitava-se a alíquota deste imposto a um máximo de 10%. Quanto aos municípios, a partir da Constituição de 16 de julho de 1934, passaram a ter competência privativa para decretar alguns tributos. Outra inovação da Constituição de 1934 foi repartir a receita de impostos entre diferentes esferas de governo. Tanto a União como os estados mantiveram a competência para criar outros impostos, além dos que lhes cabiam, o Imposto de licenças, imposto predial e territorial urbanos, imposto sobre diversões públicas e imposto cédular sobre a renda de imóveis rurais, além de taxas sobre serviços municipais (VARSANO, 1997 p. 1-40)

Varsano (1997) ainda ensina que nas décadas de 1950 e 1960 o governo fixou esforços no desenvolvimento Industrial e Regional. Neste período foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, que buscou atrair capital estrangeiro para o país, por meio de favores financeiros e cambiais e pela transformação do imposto de importação, àquela altura com participação desprezível no financiamento dos gastos públicos, em instrumento de proteção à indústria doméstica. Em 1959, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) teve início o apoio sistemático ao desenvolvimento regional. O apoio à industrialização e ao desenvolvimento regional gerou um crescimento das despesas que não pode ser acompanhado pelas receitas. Assim, a despesa do Tesouro Nacional, ao redor de 8% do PIB no final da década de 40, elevou-se para 11% a partir de 1957 e, no início dos anos 60, atingiu a marca dos 13% do PIB.

Ainda, conforme Varsano (1997) entre 1964 e 1966 foi implantado um novo sistema tributário visando prioritariamente a reabilitação das contas federais e, também, a atender reclamações dos setores empresariais que eram a base de sustentação do regime vigente. Neste período foi reorganizada a administração fazendária, o imposto de rendas foi revisado aumentando em muito a sua arrecadação e foi incorporado o Código Tributário à Constituição. Nesta reforma foram ainda eliminados os impostos cumulativos e reformulada a legislação do imposto sobre produtos industrializados. Pela primeira vez o Brasil teve um sistema organizado de tributação. A partir de 1970 o governo começou a sentir necessidade de reforçar suas receitas, criando então o programa de integração social (PIS) e trazendo de volta a cumulatividade de impostos. Na década de 1980 foi emitida uma grande quantidade de novas

leis tributárias, com o objetivo de manter ou aumentar a arrecadação. De 1984 a 1988 a carga tributária geral era entre 23,4 e 24,3 % do PIB, em 1986 com o plano cruzado, atingiu 26,5% do PIB. A tabela 4 mostra a evolução da carga tributária em relação ao PIB no período de 2010 a 2015, vemos que o processo de aumento da carga continuou em andamento, até que em 2010, se atingisse o que foi de 32,4% e chegando a 32,7% em 2015.

Tabela 4 - Carga Tributária por ente Federativo 2010 a 2015 (% do PIB)

Ente Federativo	2010	2011	2012	2013	2014	2015
União	22.40%	23.40%	22.60%	22.50%	22.20%	22.30%
Receitas Tributárias Federais, Exc. Previdência	16.40%	17.30%	16.50%	16.50%	16.20%	16.40%
Receitas Previdenciárias Federais	6.00%	6.10%	6.10%	6.00%	6.00%	5.90%
Estados	8.30%	8.20%	8.20%	8.30%	8.20%	8.30%
Municípios	1.80%	1.80%	1.90%	1.90%	2.00%	2.10%
Total	32.40%	33.40%	32.70%	32.70%	32.40%	32.70%

Fonte: Receita Federal do Brasil

A elevação da carga tributária aconteceu para cobrir déficits constantes de arrecadação dos governos. As despesas geralmente são previstas nos orçamentos e depois são aumentadas por emendas parlamentares, sem que haja uma base adicional de arrecadação para supri-las. Com isto a pressão em arrecadar mais aumenta e pior, incide sobre a mesma base de contribuintes trabalhadores e empresas. Paralelamente a isto o país tem sofrido ciclos de alta inflação e elevadas taxas de juros. A tabela 5 é um exemplo das taxas de juros mensais e anualizadas no período de junho de 2014 a janeiro de 2015, onde pode se ver que ficaram na média mínima de 50,06% a 54,11% ao ano. Esta taxa não considera correções pela inflação; *spread* bancários e taxa individual de risco por empresa, o que faz com que na prática sejam bem maiores, principalmente para as empresas menos capitalizadas.

Tabela 5 - Evolução das Taxas de Juros Mensais

ITENS	jun./14	jul./14	ago./14	set/14	out/14	no/14	dez/14	jan./15
TAXAS ANUALIZADAS								
Capital de giro	24,16%	25,05%	25,05%	25,05%	25,78%	26,23%	26,82%	28,32%
Desc. de duplicatas	34,80%	35,12%	35,28%	35,12%	34,80%	35,44%	36,07%	37,03%
Conta garantida – cheque especial	100,76%	99,40%	98,73%	98,50%	98,28%	99,86%	101,68%	106,76%
TAXA MÉDIA	50,06%	50,23%	50,06%	49,89%	50,06%	50,93%	51,81%	54,11%

Fonte: <https://crc-sp.jusbrasil.com.br/noticias/167030954/taxas-de-juros-para-pessoa-fisica-e-juridica-apresentam-nova-elevacao>

Um dos motivos para a existência de altos valores de autuações fiscais são as altas taxas de juros vigentes no país. Assim, empresas que estejam passando por estresse financeiro podem optar por não recolher aos cofres públicos os tributos devidos para melhorar seu capital de giro. Pode ocorrer também que o governo conceda um perdão fiscal, cancelando multas e juros, ou que seja lançado um programa de financiamento de longo prazo como o Refis, o que facilita o pagamento a ser realizado pela empresa e reduz seus custos. Conforme Fajardo, Martins e Levy (2015).

As empresas estão muito acostumadas a não pagar o imposto para se autofinanciar, evitando empréstimos com os juros bancários, impraticáveis. Elas usam os recursos em caixa, pagam os vencimentos mais urgentes, como salários e fornecedores e esperam o Refis (Programa de Recuperação Fiscal), uma espécie de regime opcional e especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais proposto às empresas, com dívidas perante a Receita Federal e o INSS para refinarciar as dívidas em outros períodos (FAJARDO, MARTINS E LEVY, 2015, p.1).

Há algum tempo, o governo vem emitindo leis que perdoam certos débitos fiscais, ou então programas de parcelamento em condições vantajosas, como longos prazos de financiamento e perdão ou redução de multas e juros. Ao considerar os custos e riscos envolvidos na sonegação fiscal e o custo de captação de recursos no mercado financeiro, o empresário opta pela primeira opção e com isto, se for pego pela fiscalização, inicia-se o processo de defesa administrativa, depois judicial e as constituições de contingência ou provisões contábeis. Como concluiu Resende (2015)

No geral, as empresas usam primeiro o lucro, depois empréstimos bancários e em seguida o mercado de capitais para se financiar. No Brasil, em linhas gerais, isso é verdade, mas temos um indicativo de que, antes de tudo, vem a renúncia fiscal. Os incentivos fiscais deveriam ser concedidos com o propósito de corrigir as deficiências de mercado, mas não é isso o que se pode afirmar categoricamente, porque as evidências indicam que eles não alteram o modelo de gestão das empresas. (RESENDE, 2015, s.p.)

Resende (2015) afirmou ainda que “A importância crescente do Refis para as empresas, é surpreendente. Parece que há um ciclo no Brasil, a empresa deixa de pagar determinados tributos esperando o parcelamento”. O parcelamento comentado por Resende (2015) é o concedido frequentemente pelo governo federal. Fora este, há ainda parcelamentos ou perdão fiscal concedidos pelos governos estaduais e municipais. Em 13 de julho de 2017, por exemplo, o governo federal, publicou a Portaria de nr.400 que fixava o seguinte, sobre parcelamento de multas e juros fiscais (REFIS)

Art. 2º O devedor poderá liquidar os débitos abrangidos pelo PRD e administrados pela PGF mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

I - Pagamento da primeira prestação de, no mínimo, cinquenta por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e pagamento do restante, com **redução de noventa por cento dos juros e da multa de mora**, em uma segunda prestação;

II - Pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, **com redução de sessenta por cento dos juros e da multa de mora**, em até cinquenta e nove prestações mensais;

III - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, **com redução de trinta por cento dos juros e da multa de mora**, em até cento e dezenove prestações mensais; e

IV - Pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, sem descontos, em até duzentas e trinta e nove prestações mensais.

§ 1º Para fins de parcelamento do restante a que se referem os incisos I a IV do caput, o pagamento das prestações terá início em janeiro de 2018.

§ 2º As reduções previstas nos incisos I a IV do caput se aplicam exclusivamente à multa de mora, não alcançando eventuais multas isoladas ou de ofício, observadas as definições previstas nos §§ 2º a 4º do art. 1º da Portaria AGU nº 247, de 2014. § 3º Não se aplica aos créditos constituídos administrados pela PGF a possibilidade de utilização de créditos próprios de mesma natureza e espécie, prevista nos §§ 1º a 3º do art. 2º da Medida Provisória nº 780, de 2017. Brasil, DOU de 20/07/2017 (nº 138, Seção 1, pág. 13) “grifo nosso”.

O trecho extraído da portaria acima, exemplifica um dos programas de financiamento de débito sancionados pelo governo federal. Apesar de conter uma facilitação para a quitação financeira de débitos, estes programas acabam motivando que empresas com grande estresse financeiro prefiram administrar seu fluxo de caixa e aguardar um momento mais propício para efetuar os pagamentos em condições mais favoráveis, são também um fator de frustração para os contribuintes que pagam pontualmente suas obrigações.

Os valores de PTTs deixados de recolher pelo contribuinte e reclamados pelo governo caracterizam as contingências passivas, que de acordo com os critérios para reconhecimento, podem vir a ser convertidas em provisões. Em períodos de desaceleração da economia, ou em que as empresas passem por necessidades de caixa, pode ocorrer de aumentar a sonegação de impostos. Paralelamente a isso há um aumento da fiscalização e são lavrados autos de infração. Com isso, as contingências e as provisões tendem a aumentar nos relatórios contábeis. O reconhecimento de uma provisão pode ser imediato ou pode ser postergado para uma época mais oportuna à empresa. O grande número de processos acumulados na justiça e a demora para julgamento dos mesmos, pode ser um facilitador para a prática de gerenciar estes valores.

O poder judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publica, anualmente, o relatório chamado “Justiça em números” que, em sua edição de 17 de outubro de 2016, mostra que há uma taxa de congestionamento de 73,9 milhões de processos pendentes de execução, em primeira instância, sendo que, no período, entraram mais 27,3 milhões de novos processos, enquanto que 28,5 milhões foram julgados. No gráfico 1 é mostrada a série histórica de movimentação de processos no período de 2009 a 2015.

Gráfico 1 - Série histórica da movimentação de processos

Fonte: Relatório CNJ 11ª. Edição – 17/10/2016

Para avaliar a influência dos processos de natureza fiscal, o relatório ressalta que, se fossem retirados deste conjunto os processos de execução fiscal, o congestionamento cairia de 91,9% para 63,4%, conforme pode ser visto no gráfico 2.

Gráfico 2 - Execução fiscal / taxa de congestionamento de processo

Fonte: Relatório CNJ 11ª. Edição – 17/10/2016

A demora para julgamento dos processos e as várias mudanças de leis, além da criação de novas jurisprudências no transcorrer do período, resultam em alterações nas interpretações de consultores jurídicos sobre as possibilidades de perdas e ganhos de processos. Embora adaptar a situação contábil das empresas às novas leis ou jurisprudências não caracterizem por si só prática de GR, o fato de elas ocorrerem com frequência pode fazer com que a gerência aguarde um momento mais oportuno para constituir ou reverter provisões, quando tiver um suporte legal para isso ou quando for interessante fazê-lo.

Como os contribuintes recolhem valores de seus clientes ou empregados, a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuições previdenciárias, para repasse ao governo, mesmo que deixem de recolher a parte dos tributos que são de sua competência, em geral elas tomam cuidado em repassar esses valores retidos de terceiros, pois o não repasse pode caracterizar apropriação indébita, levando os membros das mesmas a serem processados criminalmente. Conforme Costa (2005) no código penal Art. 168-A:

Apropriação Indébita Previdenciária. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e na forma legal ou convencional" Pena: reclusão de 2 a 5 anos, e multa. Nas mesmas penas incorre quem deixar de: a) recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurado, a terceiros ou arrecadada do público; b) recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços; c) pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social;

No caso dos tributos que não foram retidos de terceiros e que devem ser recolhidos pela empresa, para fugir das altas taxas de juros, as mesmas podem optar pelo não recolhimento e correr o risco de serem flagradas e autuadas pela fiscalização. Agindo assim, o direito de o Estado cobrar estes débitos pode vir a prescrever sem que sejam fiscalizadas e elas se verem livres de recolhê-los. Se forem autuadas, podem recorrer primeiro administrativamente, depois judicialmente e, usando de recursos previstos na lei, prorrogar o prazo de pagamento durante a tramitação do processo que pode chegar a até 20 anos. Martins (2015) subsecretário de fiscalização da Receita Federal, corrobora com a constatação de que o prazo de tramitação dos processos tributários e previdenciários é longo:

(...)em média, 7% das autuações são pagas no primeiro ano após a autuação, o que resultaria em cerca de R\$ 6,6 bilhões arrecadados neste ano, no total das autuações do primeiro semestre. "Depois de autuado, o contribuinte tem 30 dias para pagar ou regularizar a forma de pagamento. Depois desses 30 dias, a Receita tem mais 30 dias para cobrar administrativamente. Se o contribuinte contestar, começa um processo

administrativo, que dura até 6 anos ou judicial, que pode durar até 15 anos. Fajardo, (MARTINS e LEVY, 2015, p. 1)

As constatações do subsecretário são importantes para demonstrar como os valores das provisões crescem nos demonstrativos financeiros das empresas. Apenas 7% das autuações fiscais são pagas no primeiro ano; isso significa que os demais 93% se transformam em provisões ou em contingências em seus demonstrativos financeiros. O gráfico 3 mostra o total anual dos autos de infração efetuados pela Receita Federal.

Gráfico 3 - Autuações RFB 2010 – 2015

Fonte Secretaria da Receita Federal

Na tabela 6 pode-se ver parte da variedade de tributos a que estão sujeitas as empresas e sua representatividade nas autuações emitidas pela autoridade fiscal federal. Vale lembrar que esta tabela abrange apenas tributos federais. As empresas ainda estão sujeitas a vários tributos de competência municipal e estadual.

Tabela 6 - Autuações pela Receita Federal

<i>Resultados em 2015</i>				
Tributo	Quantidade de autuações mil	%	Valor das Autuações R\$ milhões	%
IRPJ	2162	10,8%	44115	36%
COFINS	1733	8,6%	16822	14%
CSLL	1862	9,3%	17899	15%
CP PATRONAL	2832	14,1%	9611	8%
IRRF	260	1,3%	11881	10%
IPI	517	2,6%	5798	5%
PIS	1724	8,6%	3442	3%
IRPF	3150	15,7%	3159	3%
CIDERE	42	0,2%	2747	2%
Outros	5823	29,0%	5694	4%
Total	20105	100,0%	121168	100%

Fonte: Autoria própria com dados da SRF

Fonte: Autoria própria com base em dados da SRF – Planejamento fiscal 2016.

Em 2015, por exemplo, consta como valor arrecadado 121 bilhões de reais. Considerando que o Imposto de Renda de pessoas físicas perfaz 3,1 bilhões, então as autuações impostas às empresas montam 117,9 bilhões. Considerando, ainda, que 7% são pagos dentro de um ano, a partir do segundo ano existe um potencial de 109,6 bilhões a serem considerados como provisões ou contingências nos balanços empresariais, apenas para as multas tributárias.

Os valores de multas e acréscimos acumulados anualmente geram os débitos administrativos. Estes débitos têm relação direta com as provisões e as contingências tributárias existentes nas empresas. Os débitos administrativos são aqueles oriundos de recursos feitos pelas empresas contra autuações fiscais ou representam negociações efetuadas entre administração tributária e os contribuintes, dentro dos programas federais de financiamento de débitos. Em termos de provisões, os débitos que estão em discussão são contingências ou provisões, dependendo de a probabilidade da empresa perder o processo. Os débitos negociados com o fisco e cujos valores do principal, juros e multas assim como as datas de pagamento estejam fixados, já não são provisões e devem ser tratados como contas a pagar. A Receita Federal não disponibiliza o valor total do contencioso fiscal existente, mas para se ter ideia do montante envolvido, conforme consta nos dados abertos do site da Receita Federal, em contencioso administrativo, consultado em 28.02.2018, no ano de 2015 foram julgados administrativamente 42673 processos fiscais, num total de 117,2 bilhões de reais. O fato do processo ser julgado na esfera administrativa, não significa que o contribuinte fará o pagamento, pois ele ainda poderá recorrer em várias esferas judiciais.

Na esfera estadual não é diferente. Como o Estado de São Paulo é o que tem maior atividade econômica, seja industrial, comercial ou de serviços e na inviabilidade de relacionar todos os estados, nesta pesquisa, se relaciona este como exemplo. As multas de tributos estaduais impostas em 2015 às empresas, no Estado de São Paulo, constam na tabela 7.

Tabela 7 Autos de Infração impostos às empresas em 2015 no Estado de São Paulo

Mês	Valores em R\$ reais			Autos Lavrados
	Multa	Juros	Total	
TOTAL 1º TRIM	1.338.738.645	2.818.465.439	651.037.986	4.808.242.070
TOTAL 2º TRIM	1.641.330.781	3.342.756.667	793.850.581	5.777.938.029
TOTAL 3º TRIM	1.541.076.847	3.801.651.246	866.423.659	6.209.151.752
TOTAL 4º TRIM	3.021.808.990	8.605.738.335	1.728.432.363	13.355.979.688
TOTAL	7.546.318.670	18.573.254.137	4.041.100.282	30.160.673.089

Fonte: Base de dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, dados coletados em 28.02.2018.

2.4.3 Processos Trabalhistas

Ao se discutir o acúmulo de volume dos processos trabalhistas no país, não se pode deixar de examinar os processos históricos que levaram a uma legislação protecionista e parcial, que incentiva a demanda entre patrões e empregados, com enormes volumes de processos na Justiça do Trabalho.

Costa (2005) esclareceu que foi do final do século XIX até início dos anos de 1930, que ocorreu o início do sistema de regulação do trabalho no Brasil. A adoção da política de substituição das importações, planejada e implantada numa época de governo forte e centralizador fez incorporar, especialmente a partir de 1945, o padrão produtivo e tecnológico dominante nos países mais industrializados, o que facilitou a acumulação capitalista pelo controle e a integração limitada da classe operária. O governo passou a controlar os sindicatos em troca de uma legislação, minimamente, protetora. O Estado preparava as bases para a expansão do capitalismo no Brasil. Assim, a ordem liberal estabelecida na Constituição de 1891 é rompida em 1926, com emenda constitucional que põe termo ao preceito de liberdade das profissões e das atividades industriais, sendo que, de 1931 a 1934, uma série de decretos passou a regulamentar a exploração do trabalho, ampliando a intervenção do Estado, já caracterizando o princípio do espírito tutelador.

Costa (2005) explica ainda que, a Constituição de 1934 assegurou a autonomia e a pluralidade dos sindicatos, mas o Estado restringia a atividade sindical, não apenas pelo fato de que cabia a ele o reconhecimento das associações, mas também pela natureza da articulação política com as lideranças sindicais. Com o golpe de Vargas, em 1937, rompeu-se de vez com a liberdade sindical, estabelecendo que os sindicatos só teriam representação se fossem reconhecidos pelo Estado. Em contrapartida, o Estado impôs, legalmente, às empresas uma série de reivindicações trabalhistas elementares, objeto de décadas de lutas, direitos reconhecidos e que se estenderam apenas aos trabalhadores urbanos, representados pelos sindicatos aprovados legalmente. Os trabalhadores rurais permaneceram submetidos ao livre poder de seus feitores e patrões, sem a cobertura dos direitos legais por, praticamente, mais de duas décadas. Nesta época, nasceu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que já veio com viés seletivo. Consolidava muitas leis e restringia a liberdade de contratação das empresas.

A memória destes fatos históricos é importante, porque com o conhecimento dos fatos que nos trouxeram à legislação atual chegamos a compreender a quantidade de processos e provisões trabalhistas. O papel tutelador do Estado gerou, a princípio, uma legislação protecionista ao empregado. A isto somou-se o fato de a Justiça do Trabalho ser gratuita, fazendo com que houvesse motivação para que cada empregado demitido pelas empresas fosse tentado a recorrer a processos trabalhistas, na tentativa de conseguir alguma indenização adicional, uma vez que em caso de perda a ele não caberia custo adicional. O fato da justiça do trabalho ser grátis para os empregados tendia a aumentar o número de processos trabalhistas e previdenciários e as correspondentes provisões.

A CLT garantia limitação da jornada de trabalho em 48 horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, regulamentação do trabalho feminino, remuneração obrigatória da hora extra, descanso e férias remuneradas, condições de salubridade e proteção contra acidentes de trabalho, e elevada indenização por dispensa imotivada, entre outras garantias. Estas garantias legais regulam a estabilidade no emprego. Por meio da CLT, o Estado delimitou o poder de atuação dos sindicatos e transferiu para a esfera da Justiça do Trabalho a regulação dos conflitos trabalhistas.

Ao efetuar auditoria na empresa, a fiscalização do trabalho pode achar que ela deixou de recolher algum valor devido e aplicar um auto de infração. Este auto de omissão de recolhimento pode ser contestado administrativa e judicialmente pela empresa, estando sujeita

a todos os trâmites e prazos dos processos judiciais. As verbas em discussão nos processos administrativos ou judiciais passam a fazer parte das contingências previdenciárias ou das provisões constituídas pelas empresas.

Pastore (2014) ao analisar a situação atual do Brasil em relação à legislação trabalhista e o grande número de processos na justiça, diz que a causa da explosão de processos não pode ser atribuída ao pessoal do Judiciário. Segundo ele, parte do aumento dos processos decorre de empregadores que descumprem a lei, mas a principal causa está no extremo número de detalhes e na moldura gigantesca e complexa de nosso quadro legal. O pesquisador diz que nossa Constituição Federal tem 67 dispositivos no campo trabalhista, além de mais 14 regras transitórias. Nossa Consolidação das Leis do Trabalho relaciona quase mil artigos, que se desdobram em centenas de parágrafos e incisos. Os códigos civil e penal, por sua vez, têm dezenas de dispositivos no campo do trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho já editou mais de quatrocentos atos jurisprudenciais.

O Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social possuem uma imensidão de regras detalhadas e precedentes administrativos que aumentam a cada dia. O Ministério Público do Trabalho igualmente tem inúmeras exigências. No campo internacional, são 82 as Convenções da OIT ratificadas e em vigência no país. Pastore (2014) afirmou que, com tamanha complexidade, o sistema processual trabalhista é um verdadeiro convite ao litígio. Quanto mais detalhes, maior é a probabilidade de impasses. Mas isto não é tudo, pois outra fonte de ações decorre do fato de que entrar com uma ação na Justiça do Trabalho não gera risco para os reclamantes – que só têm vantagens, comenta. Pode-se ver na tabela 7 que há uma ação educadora, refletida no número de notificações, que no ano de 2014 eram de 70.480. Nestes casos, auditores públicos visitam a empresa, verificam os livros e notificam o que encontraram, se o problema não for sanado faz-se a autuação.

A tabela 8, transcrita da página do Ministério do Trabalho e Emprego, ilustra como são geradas as Provisões PTT, no caso, provisões trabalhistas em um de seus componentes, que são as multas impostas pela fiscalização do Ministério do Trabalho, na área de acidentes do trabalho no período de janeiro a agosto. Não foram encontrados os dados complementares até dezembro de 2015.

Tabela 8 Dados de Inspeção em Segurança do Trabalho no Brasil, de 2000 a 2014

ANO	NR Trabalhadores	Ações Fiscais	Média de Trabalhadores	Notificações	Autuações	Embargos e interdições	Acidentes
2010	17.033.658	135.621	126	95.263	58.085	4.602	1.944
2011	17.534.078	138.143	127	103.08	75.628	4.512	1.957
2012	18.810.932	154.361	122	146.072	91.404	5.108	1.902
2013	22.100.810	143.263	154	135.546	112.977	5.68	2.489
***2014	11.172.679	78.226	143	70.480	72.359	3.688	1.351

* Concessão, pelo auditor fiscal do trabalho, de prazo para regularização

** Início do processo administrativo que pode resultar na aplicação de multa

***Dados parciais de janeiro a agosto de 2014

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, pesquisada 28.02.2018

Por outro lado, há também uma ação repressora, refletida nos 3.688 embargos e nas 72.359 atuações. Estas atuações comporão as contingências trabalhistas das empresas e, de acordo com o julgamento da gerência quanto à probabilidade de perda, elas serão transformadas em provisões. Ao ser demitido, um empregado no Brasil tem até dois anos de prazo para reclamar qualquer direito no qual ache que tenha sido lesado, podendo reclamar retroativamente até cinco anos. Em consequência da evolução histórica e do acumulado de leis trabalhistas, há no Brasil uma situação favorável ao litígio entre patrões e empregados o que tem influência geral nas provisões e nas contingências contábeis. Isso é mostrado na tabela 9 quando se compara o número de processos trabalhistas no Brasil com alguns países desenvolvidos.

Tabela 9 Comparativo de processos trabalhistas Brasil/outros países

País	Número de Processos
Brasil	2.000.000
USA	75.000
França	70.000
Japão	2.500

Fonte: Pastore (2014)

Pastore (2014) ressaltou que os processos trabalhistas, no Brasil, tendem a crescer. Este crescimento gerará para as empresas a contabilização de mais provisões. Tal como no caso dos processos tributários, os processos trabalhistas também são de longa duração.

No dia 11 de novembro de 2017 entrou em vigor no Brasil a reforma trabalhista, que introduziu atualizações na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. As alterações

introduzidas pela reforma trabalhista trazem mais clareza em pontos de longa data controversos na relação entre patrões e empregados e deverão contribuir para reduzir as incertezas que o empreendedor enfrenta ao investir no Brasil, devendo também reduzir parte das provisões PTTs trabalhistas e o número de processos trabalhistas na justiça.

2.4.4 Processos Previdenciários

A previdência social compulsória no Brasil é custeada pelas contribuições efetuadas com base de cálculo na folha de pagamento de salários e pela contribuição dos empregados. A obrigatoriedade das empresas está estipulada na Constituição Federal que, em seu artigo 195, I, “a”, dispõe que:

[..] as contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei devem incidir sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pago ou creditado, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. (BRASIL, 1988).

A contribuição dos empregados é retida pelas empresas quando do pagamento dos salários, que depois a repassam ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Silva (2012) comentou o Sistema Previdenciário Brasileiro afirmando que, atualmente, interage com três regimes, sendo eles estruturados no: i) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), operado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e destinado aos empregados trabalhadores da iniciativa privada, aos servidores de entes federativos que não instituíram regime próprio e aos empregados do segmento público; ix) Regime de Previdência do Servidor Público (RPPS), destinado aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e, iii) Regime de Previdência Complementar (RPC), privado e facultativo, podendo ser operado por entidades abertas, como também por seguradoras e por entidades fechadas de previdência complementar, denominadas de fundo de pensão. O primeiro sistema, o da seguridade social, é mantido pelo próprio Estado e se pauta na universalidade e no propósito de bem-estar social, combinando o critério de distribuição de renda. No modelo estatal a contribuição é obrigatória bastando, para isso, a formação do vínculo empregatício para que o empregado passe a ser segurado da previdência ou que se disponha a ser segurado, mediante o recolhimento de contribuições, via carnê. O custeio da seguridade social no Brasil é feito com a contribuição do segurado e da empresa, cuja base de cálculo é o salário pago ao empregado e por parte de contribuições sociais recolhidas pelo governo. A contribuição para a

seguridade social é compulsória e está estabelecida nos artigos 22 e 23 da Lei 8212/91.

Conforme o Relatório Estatístico da Previdência Social:

A atividade de cobrança consiste, principalmente, na recuperação dos créditos levantados pela Fiscalização ou confessados pelo contribuinte, relativos à contribuição devida e não recolhida, pelas empresas à Previdência Social. Durante uma auditoria fiscal efetuada em uma empresa é verificado o cumprimento das obrigações tributárias por parte do sujeito passivo relativas às contribuições arrecadadas e administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária, podendo resultar na constituição de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD, Lançamento de Débito Confessado – LDC ou Auto de Infração – AI. Não havendo pagamento, parcelamento ou impugnação do crédito constituído dentro do prazo legal, o processo passa da esfera administrativa para a esfera judicial e o débito é inscrito em Dívida Ativa. Esta seção abrange a atividade de cobrança de processos de débitos administrativos da Previdência Social. Os dados aqui divulgados abrangem a quantidade e o valor de processos de débitos administrativos classificados por tipo de instituição, unidades da federação e mês; quantidade mensal de parcelamentos de débitos cadastrados; quantidade e valor dos processos de débitos administrativos pagos pelos contribuintes, por unidades da federação; e quantidade e valor dos parcelamentos de processos de débitos administrativos pagos pelos contribuintes, por unidades da federação (BRASIL, 1991).

A tabela 10 ilustra a quantidade de processos da Previdência Social no final de 2015. Os processos relacionados correspondem a débitos levantados pela fiscalização, ou confessados espontaneamente pelos contribuintes. No final do ano de 2015 havia um total de 515 mil processos.

Tabela 10 Quantidade dos débitos Administrativos com a Previdência Social

Ano	Total	Órgãos Públicos			Empresas	Ignorado
		Federais	Estaduais	Municipais		
2010	796,377	479	1,609	32,88	759,781	1,628
2011	440,506	283	993	39,739	399,488	3
2012	290,207	147	778	32,175	257,102	5
2013	327,646	200	812	54,789	271,844	1
2014	540,115	316	823	55,77	483,204	2
2015	514,808	229	760	55,475	458,342	2

Os números representam quantidade de processos existentes no final de cada ano.

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2010 a 2015

A tabela 11 ilustra o valor de processos da Previdência Social no final de 2015, cujo débito total é de 127 bilhões de reais.

Tabela 11 Valor dos débitos Administrativos com a Previdência Social

Ano	Total R\$ 1000	Órgãos Públicos			Empresas	Ignorado
		Federais	Estaduais	Municipais	Privadas	
2010	123,287,268	196,899	10,313,851	15,262,633	97,506,685	7,2
2011	102,174,422	839,536	4,281,988	19,633,113	77,419,667	118
2012	96,674,936	44,824	2,975,738	18,430,657	75,223,523	193
2013	107,565,876	73,401	3,448,379	26,661,183	77,382,794	119
2014	119,551,220	58,792	3,321,225	27,281,144	88,889,936	123
2015	126,916,239	68,014	3,405,225	27,386,665	96,056,207	127

Os valores representam quantidade de processos existentes no final de cada ano

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 20110 a 2015

Em 2008, quando ocorreu a crise financeira internacional, o valor total dos processos das empresas privadas era de R\$ 59,0 bilhões tendo aumentado para R\$ 97,5 bilhões em 2010. Este aumento dos débitos pode confirmar que quando em estresse financeiro as empresas podem decidir postergar pagamento de débitos tributários, o que as deixa expostas a fiscalizações e provoca aumento de provisões PTTs em seus balanços.

Portella et al (2015) estudaram as 13 empresas do estado de Santa Catarina, negociadas na B3, analisando a constituição de provisões para contingências. Eles também consideraram as provisões previdenciárias em conjunto com as provisões trabalhistas. Os pesquisadores reportaram que algumas empresas apresentaram como título para esta conta apenas como trabalhistas e outras como previdenciárias, sendo assim, optando-se pela união das duas para possibilitar melhor visualização dos resultados. Todas as empresas da amostra final apresentaram provisões trabalhistas e/ou previdenciárias. O fato verificado por estes pesquisadores no Estado de Santa Catarina confirmou-se ao efetuar a coleta de dados para esta pesquisa, quando foi verificado que a maioria das empresas possuem contingências ou provisões trabalhistas e previdenciárias, sendo que algumas relacionam estas provisões de forma individualizada e outras consolidam as duas naturezas com uma denominação única. Nesta pesquisa as duas foram consideradas conjuntamente com o título de trabalhistas.

2.4.5 Características das Situações que podem gerar PTTs

Não obstante o processo de internacionalização das normas contábeis e do poder restritivo das mesmas, a gerência das empresas toma decisão sobre o reconhecimento ou não de determinadas operações. As transações que derivam diretamente das atividades das empresas são consideradas não discricionárias. As classificações dependem de análise e julgamento dos

agentes e, às vezes, até pareceres externos são considerados. Conforme Healy (1996) *accruals* discricionários são ajustes selecionados pelo gerente, feitos ao fluxo de caixa. O gerente escolhe o *accrual* de um conjunto de procedimentos que, embora atendam aos princípios geralmente aceitos, permitem fazer escolhas contábeis quando de sua aplicação. No caso das provisões PTTs, a escolha contábil pode recair sobre a decisão de constituí-las, ou não, ou, ainda, sobre o momento apropriado para sua constituição ou reversão. Neste sentido, as provisões PTTs aparecem nos relatórios financeiros como componentes discricionários, uma vez que sua constituição depende somente do julgamento e discricção dos gerentes.

O contador, embora seja o responsável pelo registro e divulgação da informação, acumula responsabilidades éticas, profissionais e legais sobre as mesmas, porém, está sujeito à influência de múltiplos agentes, os quais deve considerar ao tomar suas decisões de contabilização. Em um primeiro nível, os princípios e as convenções contábeis são estabelecidos pelas normas em prática. Com base nestes princípios, decide-se dentro da técnica profissional pelo reconhecimento, ou não, de certos valores em determinados momentos. Para contabilização das provisões, o contador deve fazer seu decidir apoiado por parecer de especialistas que, no caso das PTTs, podem ser advogados internos ou externos à empresa, e está sujeito ao interesse dos proprietários e diretores, e posicionamento dos auditores. Muitas vezes o contador recebe as decisões tomadas para se constituir, ou não, provisões, nestas situações deve aplicar o princípio da ética e independência profissional. O contador deve ter independência funcional para contabilizar ou não uma provisão.

Os advogados, enquanto responsáveis por definir a possibilidade de ganho ou perda de um processo e devendo classificar esta possibilidade em provável, possível e remota, não dispõem de uma ferramenta de precisão para efetuar esta classificação. Pelo contrário, a classificação é feita por comparação ou de acordo com sua experiência, ou conforme a jurisprudência existente. Um fato importante a ser considerado é que, no Brasil, é comum que se altere a jurisprudência. A jurisprudência é a forma estabelecida pelos tribunais e juízes para julgar determinadas ações, que se referem aos mesmos fatos jurídicos. Como no Brasil há mudança frequente de jurisprudência, pode ocorrer que um processo considerado hoje como perda provável, seja amanhã considerado como perda possível e até remota, ou o contrário, levando a contabilizar valores contingenciados ou reverter valores já provisionados.

Esta variação na probabilidade de perda de um processo aumenta as incertezas sobre a classificação dos mesmos para contabilização. Somado a isto é comum que os advogados não recomendem que se julgue a possibilidade de perder ou ganhar um processo nos primeiros anos de tramitação, chamados fase administrativa, que pode demorar até 4 quatro anos, pois neste período, normalmente, o processo está sendo julgado pelas mesmas autoridades públicas que aplicaram o auto de infração à empresa reclamante. A possibilidade de perda do processo, nesta fase, é muito grande. Quando os advogados devem dar parecer nesta fase, eles emitem o parecer considerando as possibilidades de perda ou ganho na fase judicial. Ribeiro (2012) com base em afirmações de juristas entrevistados, relatou que a tramitação de um processo na fase judicial pode demorar até doze anos que, somados aos quatro anos da fase administra, perfazem dezesseis anos, havendo casos que já demoraram mais que isso. Pazzianotto (2015) salientou que os empregados, após darem quitações a seus patrões, com assistência do sindicato, entram com ações que, do início da causa ao encerramento da execução, podem ultrapassar cinco anos, podendo uma causa demorar mais de 10 anos. Desta forma, toda a subjetividade e todas as condições para se praticar GR com processos tributários também podem ser consideradas em relação aos processos trabalhistas e previdenciários.

Um advogado ao iniciar uma demanda judicial não reconhece que a está iniciando com possibilidade de perder, assim há mais chance de considerar uma contingência como de possibilidade possível ou remota para pagamento, aumentando as contingências nas empresas. A demora na decisão final dos processos, somada às mudanças de jurisprudência, pode fazer com que um processo tenha, durante sua tramitação, várias possibilidades de perda ou ganho diferentes, permitindo, com isso, que sejam usados para GR.

3 -METODOLOGIA

3.1 Introdução

Para realização desta pesquisa, foi usado o universo das empresas participantes dos índices SMLL que são as menos capitalizadas e as do índice MLCX que são as de capitalização média ou grande, negociadas na B3.

Inicialmente usou-se os índices IBRx 100 que compreende as 100 ações mais negociadas em relação ao número de negócios efetuados e ao volume de ações e o índice de

pequenas empresas, SMLL. Verificou-se que havia um erro conceitual na escolha da amostra, uma vez que um índice correspondia a volume de negócios e o outro ao tamanho das empresas. Havia empresas pequenas que participavam dos dois índices, o que causava uma sobreposição e impedia a análise dos índices separadamente pois um influenciava no outro. Decidiu-se, então, substituir o índice IBRx 100 pelo índice MLCX que também é definido pelo tamanho das empresas e não abrange as empresas do grupo SMLL. Para inclusão na amostra, foram consideradas as empresas que tinham a série completa de dados durante todo o período da pesquisa.

Como a composição destes índices altera trimestralmente, conforme a movimentação das ações, necessitava-se de uma base fixa durante todo o período para levantamento dos dados. Optou-se por usar para análise a composição dos índices que vigorou de janeiro a março de 2014, que coincidiu com o início do levantamento dos dados para análise.

A literatura pertinente foi pesquisada pela base de dados Scopus, usando como palavras-chave as mesmas utilizadas neste trabalho, quais sejam: Provisões Previdenciárias. Provisões Trabalhistas. Provisões tributárias. Gerenciamento de Resultados. Provisões. Esta pesquisa caracterizou-se pelo viés empírico positivista, uma vez que analisa estatisticamente variáveis do mundo contábil (provisões PTTs) com a intenção de entender ou explicar um fenômeno (GR).

3.2 Tipologia da pesquisa

Esta pesquisa enquadra-se na área de contabilidade financeira. Para análise das hipóteses foram consideradas empresas pequenas médias e grandes negociadas na B3 e que pela sua representatividade pode ser considerada uma amostra relevante do universo de empresas brasileiras. A pesquisa caracteriza-se como *ex-post facto*, ou após o fato, que, para Fonseca (2002) é aquela em que os dados são coletados após a ocorrência dos eventos. Ele afirma que a pesquisa *ex post facto* é utilizada por nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito. Assim, o estudo foi realizado após a ocorrência de alterações na variável dependente no curso natural dos acontecimentos. O que o

pesquisador procura fazer neste tipo de pesquisa é identificar situações que se desenvolveram naturalmente e trabalhar sobre elas como se estivessem submetidas a controles.

A pesquisa foi quantitativa, que na definição de Richardson (1999) é caracterizada pelo emprego de quantificação, tanto na modalidade de coleta de informação, quanto no seu tratamento por meio de técnicas estatísticas.

3.3 Estratégia da pesquisa

Martins e Theóphilo (2007 p.53) ao abordarem a estratégia de pesquisa *ex post facto* dizem ser essa a mais comum das investigações sobre o “mundo” das ciências sociais aplicadas. Eles afirmam serem diversas as possibilidades de estudos que visam as relações entre variáveis cujos delineamentos são realizados após os fatos. Exemplificam os estudos sobre efeitos da informação contábil sobre o comportamento do preço de ações ou os reflexos das informações gerenciais sobre os tomadores de decisão, etc.

Neste sentido a estratégia desta pesquisa é colher informações da contabilidade e com base na fundamentação teórica e nos estudos precedentes, fazer o processamento e a interpretação das variáveis observadas.

3.4 Tese e hipóteses

3.4.1 Tese

A tese estabelecida foi que as provisões PTTs podem ser usadas pelas empresas brasileiras para prática de GR.

3.4.2 Hipóteses

Antes da introdução das normas contábeis internacionais e conforme já ressaltado por Martinez (2001) a legislação contábil brasileira se baseava em padrões bastante rígidos, que não permitiam muita flexibilidade ao gestor para a realização de escolhas contábeis. Com a introdução das normas contábeis internacionais, a partir do ano de 2010, em que vale mais o princípio sobre a forma, aumentou-se o poder discricionário dos gestores realizarem escolhas

contábeis. Considerando que os incentivos para realização de escolhas contábeis permanecem, pode-se formular as hipóteses que nortearam esta pesquisa, na sequência.

Alisamento de resultado

A hipótese é de que quando há grande variação no resultado da empresa em relação à expectativa existente, o resultado contábil pode ser suavizado reconhecendo ou revertendo provisões. Quando o lucro é maior (menor), hipotetiza-se que os resultados são gerenciados para que seja reduzido (aumentado) com o uso de provisões PTTs. Se a empresa gerencia o resultado para deixá-lo mais negativo, ela reconhecerá maiores provisões e/ou reverterá menos que o necessário, o que resulta em uma mudança negativa na sua contabilização.

Em estudos realizados por Eckel (1981) *alisamento de resultado* é segregado entre natural e intencional, sendo natural a estabilização de negócios que decorrem de transações que provocam, naturalmente, o alisamento. O alisamento é intencional quando gerado propositadamente por interferência humana. Para Eckel (1981) o resultado varia em função da variação das vendas. Uma vez que os custos fixos são constantes e os custos variáveis variam em um percentual relativo às vendas, se há crescimento de vendas o resultado tende a crescer. Se com crescimento de vendas o resultado fica percentualmente constante em relação a elas, há indicação de *alisamento de resultado*. Michelson, Wootton e Jordan-Wagner (2011) levantaram a literatura anterior e os métodos para detecção de *alisamento de resultado*, eles concluíram que cada método leva a resultado diferente e recomendam cautela aos pesquisadores deste tema. Conforme os autores, os métodos estatísticos com empresas agrupadas, determinam se no total há indício de GR, mas não são capazes de indicar uma empresa específica que tenha usado esta prática.

H1: Há uma relação positiva entre a lucratividade da empresa e a mudança em provisões PTTs.

A expectativa de se obter coeficiente positivo foi o fato de que quanto maior a lucratividade, haveria também maior tendência em aceitar aumento das despesas com provisões e diminuição do lucro, o que provocaria alisamento do lucro líquido obtido. O oposto também é válido, uma vez que se houver redução do lucro, há também menor incentivo para aumentar despesas com provisões, assim, o sinal permanece positivo.

Big Bath Accounting

Para examinar esta hipótese, incluiu-se uma variável *dummy* “*small positive earnings*” (SPE), com valor 1, se a firma mostrou pequenos resultados positivos antes do reconhecimento de provisões e zero para os demais casos. Pequenos resultados positivos foram definidos como uma faixa entre 0 e 0,05 da receita líquida.

H2: Há uma relação negativa entre pequenos resultados positivos e as provisões PTTs.

Hayn (1995) e Burgstahler e Dichev (1997) revelaram em seus estudos que uma importante motivação do GR é evitar reportar pequenas perdas. Quando os gestores enfrentam o resultado zero como referência, eles podem ter incentivo para reconhecer menos despesas ou reconhecer receitas mais elevadas para, no mínimo, fazer com que as pequenas perdas se tornem positivas, evitando reportá-las. Ao adotar tal procedimento, a gerência pode reconhecer provisões menores que o necessário ou aumentar valores de reversões de provisões. Com base nesse trabalho, estabeleceu-se a hipótese que firmas com pequenos resultados positivos reduzem o valor de suas despesas com provisões, ou aumentam o valor das reversões de despesas com provisões efetuadas.

A relação é negativa, pois neste caso aumenta-se o resultado, com a redução de despesas.

Big Bath Accounting em relação a SPE

Nieken e Sliwka (2015) e Kirschenheiter e Melumad (2002) afirmaram que, se os resultados são negativos, os gerentes preferem praticar o “bba” no período corrente, para poder reportar resultados futuros maiores. Conforme Murphy e Zimmerman (1993) se a gerência é presentemente incapaz de reportar uma boa performance, ela pode ter motivação para piorar os resultados para construir reservas para períodos futuros. A respeito de contabilização de provisões PTTs, a gerência pode superestimar despesas com provisões e piorar a performance corrente. A gerência pode evitar reverter despesas com provisões para evitar resultados melhores, deixando para fazê-lo em período futuro, mais oportuno. Formula-se, então, a seguinte hipótese:

H3: Há uma relação positiva entre prejuízos da firma e o aumento nas despesas (redução nas reversões) com provisões PTTs.

Nesta regressão, usa-se uma variável *dummy*, que assume valor 1, se a firma apresentou, antes de reconhecer provisões, resultado negativo, ou zero ao contrário. Assume-se que a gerência não pode evitar reportar perdas, envolvendo-se em *bba*.

A expectativa de se obter coeficiente positivo justifica-se pelo fato de que quando o resultado, antes de constituir provisões for negativo, haverá também maior tendência em aceitar aumento das despesas com provisões e maiores reduções do resultado, o que criaria nas contas de provisões, reservas para serem revertidas em exercícios futuros. O oposto também é válido, uma vez que se houver aumento do lucro, em relação às previsões efetuadas, há também incentivo para aumentar as despesas com provisões, para que o lucro fique dentro das previsões.

Big Bath Accounting com adições e reversões de provisões

As provisões PTTs, no Brasil, embora se derivem de processos administrativos ou judiciais, são constituídas, mais comumente, com base em processos judiciais. Se esta decisão fosse tomada com base no recurso administrativo, todos os casos deveriam ser provisionados, uma vez que é a própria administração pública quem julga e, dificilmente, decide favoravelmente ao contribuinte.

Formigoni et al (2009) demonstraram que há uma concentração de resultados das empresas brasileiras em valores positivos próximos do valor zero, o que indica uma tendência de GR. Com base nestas constatações, formulam-se as hipóteses seguintes:

H4: Há uma relação positiva entre provisões PTTs adicionadas e resultados das empresas antes da constituição de provisões.

A expectativa de se obter coeficiente positivo no caso das adições de provisões PTTs justifica-se pelo fato de que, se o lucro for muito negativo (prejuízo) haverá também maior incentivo em aceitar aumento das despesas com provisões (*bba*). O oposto também é verdadeiro, uma vez que se houver aumento na lucratividade haverá maior incentivo em aceitar mais despesas com provisões tributárias.

Como consequência direta da hipótese H4, formula-se a hipótese H5:

H5: Há uma relação negativa entre provisões PTTs revertidas e resultados das empresas antes da constituição de provisões.

Big Bath Accounting usando as contingências passivas

Uma das possíveis formas de se praticar GR com provisões PTTs é usar processos para os quais a provisão ainda não foi constituída. Ferreira, Borba e Rosa (2014) apresentaram um quadro onde relacionam vários estudos sobre contingências passivas. A existência delas faz com que haja nas empresas uma lista de processos não contabilizados. Esses processos podem facilitar a ação de GR.

H6: Há uma relação positiva entre contingências passivas correspondentes às provisões PTTs existentes na empresa, e o valor das provisões contabilizadas.

A expectativa de se obter coeficiente positivo justifica-se considerando que quanto maior o valor das contingências passivas, haveria também maior tendência em aceitar aumento das despesas com provisões. O oposto também é válido, uma vez que se houver redução do valor das contingências passivas, há também menor incentivo para aumentar despesas com provisões, assim, o sinal permanece positivo. O quadro 2 resume as hipóteses, destacando as variáveis apresentadas e os sinais esperados nas relações.

Quadro 2 Lista de hipóteses e variáveis

Hipótese	Variável Dependente	Possíveis Variáveis Explicativas
H1: Há uma relação positiva entre a lucratividade e a mudança em provisões PTTs.	PROVTOT	LULIANPROV
H2: Há uma relação negativa entre pequenos resultados positivos e as provisões PTTs.	PROVTOT	SPE
H3: Há uma relação positiva entre prejuízos da firma e o aumento nas despesas (redução nas reversões) com provisões PTTs.	PROVTOT	PREJU
H4: Há uma relação positiva entre provisões PTTs adicionadas e resultados das empresas, antes da constituição de provisões.	TOTADDD	LULIANPROV
H5: Há uma relação negativa entre provisões PTTs revertidas, e resultados das empresas, antes da constituição de provisões.	TOTREV	LULIANPROV
H6: Há uma relação positiva entre contingências passivas existentes na empresa e o valor das provisões contabilizadas.	PROVTOT	CONTINGTOT

Fonte: Autoria própria

3.4.3 Definição da Amostra e coleta de dados

A base de dados utilizada nessa pesquisa engloba dados de 128 empresas negociadas na bolsa de valores de São Paulo – B3. Elas foram agrupadas em dois grupos, a saber: SMLL, que são as menos capitalizadas e MLCX, que é composto pelas empresas consideradas médias e grandes. A divisão da base em dois grupos ajudou a testar a robustez dos resultados obtidos, bem como identificar se o nível de capitalização é fator de influência na constituição das provisões PTTs. Esta pesquisa acessou o conteúdo da movimentação das provisões contábeis, previdenciárias, tributárias e trabalhistas. Para sua realização, recorreu-se a duas bases secundárias de dados, que são o banco de dados da Economática e ao banco de dados da B3. Do primeiro banco de dados foram extraídas todas informações que pudessem ser obtidas diretamente do balanço patrimonial, demonstração de resultados e demonstração do fluxo de caixa; essas informações foram coletadas por mecanismos de busca automática.

A amostra foi composta por 55 empresas do índice MLCX e 73 empresas do índice SMLL. A tabela 11 apresenta as empresas da amostra distribuídas por índice e por setor de atividade, conforme classificação da B3 e a classificação por área de atividade econômica que foi classificada como 1 para indústria, 2 para comércio, 3 para serviços e 4 para Finanças e Seguros. Ao fazer a análise por setor, decidiu-se classificar a empresa pela atividade econômica

pois como o número de setores da B3 é muito grande, a amostra seria diluída e poucos setores poderiam ter seus dados analisados em painel.

A tabela 12 mostra a composição da amostra utilizada:

Tabela 12 Composição da Amostra

SETOR	SETOR	SETOR ECONOMICO	EMPRESAS	SMLL	MLCX
Alimentos e Beb	1	1	8	3	5
Bens industriais	2	1	4	4	0
Comércio	3	2	12	6	6
Construção	4	1	9	8	1
Consumo cíclico	5	2	3	3	0
Educação	6	3	3	1	2
Energia	7	1	17	10	7
Finanças e Seguros	8	4	14	5	9
Imobiliário	9	1	5	4	1
Logística	10	3	2	2	0
Máquinas Indust	11	1	1		1
Materiais básicos	12	1	4	2	2
Mineração	13	1	1		1
Papel e Celulose	14	1	3		3
Petróleo e Gas	15	1	3	1	2
Química	16	1	2		2
Saneamento	17	3	2	1	1
Saúde	18	3	7	7	0
Shoppings	19	2	6	4	2
Siderur & Metalur	20	1	4	1	3
Software e Dados	21	3	3	2	1
Telecomunicações	22	3	3		3
Textil	23	1	4	4	0
Transporte Serviç	24	3	3	1	2
Veiculos e peças	25	1	5	4	1
Amostra total e por índice			128	73	55
Indústria	1		70	41	29
Comércio	2		21	13	8
Serviços	3		23	14	9
Finanças e Seguros	4		14	5	9
Amostra por atividade econômica/índice			128	73	55

Fonte: B3/ Economatica A segunda coluna (SMLL e SMLCX)

As informações colhidas manualmente vieram das notas explicativas das demonstrações contábeis das empresas listadas nos índices SMLL e MLCX da B3. A coleta de dados para este estudo precedeu-se de uma revisão bibliográfica, notadamente, referente às obrigações legais correspondentes às provisões, GR contábeis e estado da arte da pesquisa sobre esta temática na

literatura mundial. Efetuou-se a análise empírica em dados colhidos nos demonstrativos financeiros das empresas que compõem a amostra.

3.4.4 Definição das variáveis

No quadro 3 estão relacionadas as variáveis possíveis de serem usadas nas análises econométricas. Dentre as variáveis relacionadas, aquelas que apresentaram maiores significâncias nas correlações com as variáveis dependentes, foram utilizadas nas estimações estatísticas.

Quadro 3 Descrição das Possíveis Variáveis

Variável	Descrição	Origem
CONTINGTOT	Contingências totais existentes referentes às PTTs	NE
FLCXOPER	Fluxo de caixa operacional	FC
LEVERAGE	Passivo/PL	BP
LULIANPROV	Lucro líquido antes das provisões PTTs	DRE
LULI	Lucro Líquido	DRE
PASSIVO	Passivo	BP
PREJU	Dummy indicadora de 1 se prejuízo	DRE
TOTADDD	Provisão total adicionada (Despesa de provisão PTTs no Período)	DRE
TOTREV	Provisão total revertida (reversão de provisão PTTs no período)	DRE
PROVTOT	Total provisões PTTs	DRE
TRABTOT	Total provisões trabalhistas e previdenciárias	DRE
TRIBTOT	Total provisões tributárias	DRE
TRABADD	Provisões trabalhistas e previdenciárias adicionadas	DRE
TRIBADD	Provisões Tributárias adicionadas	DRE
TRABREV	Reversão de provisões trabalhistas e previdenciárias	DRE
TRIBREV	Reversão de provisões Tributárias	DRE
SPE	Pequenos resultados positivos	DRE
SMLL	Dummy-1 pra SMLL e 0 para MLCX	
BP= Balanço Patrimonial; DRE = Demonstração de Resultados; FC = Fluxo de Caixa; Cal= calculado		

Fonte: Autoria própria

Convenção de sinais = Valores que representam despesas são negativos, receitas são positivos.

As estimações econométricas utilizando as variáveis relacionadas foram efetuadas em nível, ou seja, foram utilizados os valores obtidos, sendo que os mesmos não sofreram transformações. Considerando que a gerência da empresa deve julgar se a saída futura de caixa para liquidar uma provisão é provável, possível ou remota e ainda definir o valor provável da saída, percebe-se que há estimativas a serem feitas para determinar se uma provisão será contabilizada e seu valor. Estas estimativas compreendem a chance ou não de se ganhar um processo judicial, valores envolvidos, e são suportadas por opinião de advogados e em

jurisprudências estabelecidas. As variáveis consideradas para decidir sobre provisões podem estar relacionadas com o balanço patrimonial, como o passivo, fluxo de caixa operacional e com variáveis da demonstração de resultados, tais como o lucro líquido, lucro líquido antes de provisões, *SPE (small positive earnings)* e prejuízo.

As variáveis que representam resultados das empresas, tais como lucros ou prejuízos (LUANPROV, LULIANPROV, PREJU, SPE) foram consideradas antes da contabilização de provisões. Aquelas extraídas do fluxo de caixa e do endividamento (FXOPER, PASSIVO, LEVERAGE) foram propostas para definição da variável instrumental a ser usada nas regressões. Após a verificação da literatura, optou-se por usar a variável LEVERAGE como proxy para GR conforme Watts e Zimmerman (1986). Foi usada também a variável CONTINGTOT que representa o total dos processos cuja exigência é classificada como possível e, que de acordo com as normas contábeis, não é exigida a contabilização e sim o disclosure em notas explicativas. As contingências podem ser simplesmente esquecidas no caso de ganho do processo judicial com sentença transcorrida em julgado, ou no caso de a decisão ser contrária à empresa transformarem imediatamente em despesas. O fato de uma contingência ser transformada posteriormente em provisão, contraria a posição inicial de que a exigência era possível e pode ser um indicativo de prática de GR.

3.4.5 Estatísticas Descritivas

As estatísticas descritivas das variáveis da base de dados estão relacionadas nas tabelas 32, 33 e 34, nos anexos. Pode-se notar que o número de empresas pesquisadas foi de 128, no período de 6 anos, o que gera 768 informações no total. As empresas participantes do índice MLCX foram 55 que no período de 6 anos geraram 330 informações e as do índice SMLL foram 37, que geraram 438 informações em 6 anos. Pode-se ver que o painel é balanceado uma vez que o número de períodos é igual ao número de observações para todas as empresas da amostra; como o período é curto e tem um número de entidades muito maior que o de períodos, a mostra é considerada um painel curto.

Fávero (2015) ensina que a variação *Overall* é individual em relação à média própria geral. *Within* é a que mostra a variação individual ao longo do tempo, ou seja, os desvios em relação à própria média. Finalmente, *Between* corresponde às variações do indicador *within*, sendo esta o desvio de cada componente em relação à sua média geral, ou seja, considera uma única *cross-section* para o tempo médio, no caso igual a 3 anos. Para a amostra total da tabela

32, o maior desvio foi Overall. O mesmo ocorreu com os componentes do índice MLCX, e SMLL com exceção da variável CONTINGTOT do índice MLCX cuja maior flutuação foi *Between*.

Para maior compreensão dos dados, foram verificados os valores extremos, com o comando “*extremes*” do programa STATA. Após relacionar os valores extremos foi feita uma conferência do banco de dados para verificar se não houve erros de amostragem e se apesar de extremos, os valores estão corretos. Hawkins (1980) relatou que em 1778, Bernoulli se posicionou criticamente sobre a tendência de alguns astrônomos em descartar observações destoantes e analisar os casos remanescentes como se eles constituíssem a amostra original. Em um estudo sobre GR, assim como nas investigações de fraudes, o conhecimento e a interpretação dos *outliers* é importante, pois é neles que podem estar os valores de interesse. Assim as empresas que apresentaram *outliers* no índice MLCX foram Ambev, AES Tietê, OI, Pão de Açúcar e Santander e no índice SMLL, foram Aliansce, Iochpe, San Martinho, Sul América, Ser Educacional, Tegma, Totvs, Transmissão Paulista e Unicasa. Pela natureza da pesquisa, os *outliers* foram mantidos no banco de dados para as estimações. Sendo que o método GMM robusto utilizado dá o tratamento aos *outliers*.

Para entendimento dos procedimentos estatísticos, foi desenvolvido o fluxograma 1 que demonstra os testes de validação e as relações estatísticas calculadas.

Fluxograma 1 Testes Estatísticos

Fonte: Autoria própria

4 ANÁLISES ECONOMETRICAS

4.1 Análises Econométricas

Como um primeiro exercício estatístico para identificar as relações entre as variáveis da amostra, foi efetuada a correlação entre elas verificando-se as variáveis dependentes e explicativa com significância de 10%. Pode-se observar que para os índices SMLL, MLCX e amostra total, as variáveis explicativas LULI, PASSIVO e FXOPER não foram significativas em relação as variáveis dependentes, o que pode indicar que estas variáveis não são importantes para a decisão de constituir provisões PTTs. A variável LULIANPROV foi significativa para TRIBTOT e PROVTOT para a amostra total, porém não mostrou significância para o MLCX e foi significativa para todas as empresas do índice SMLL o que pode indicar que o lucro antes das provisões PTTs é um forte fator considerado ao constituí-las. A variável LEVERAGE foi significativa para as adições de provisões PTTs e seus totais, para os dois índices individualmente e para a amostra total. O nível de endividamento é um forte fator para se constituir novas provisões, pode ser por influência de *covenants* estipulados nos contratos.

Antes de iniciar as estimações estatísticas os dados foram acessados para verificar a integridade do painel. Primeiramente verificou-se a organização dos dados *cross-section* e por série temporal. Para definição do modelo a ser usado, foi feita a verificação se deveria aplicar efeitos fixos ou aleatórios. A seguir conferiu-se a forma como os dados foram medidos, se foi na mesma unidade e períodos. Sobre as entidades analisadas, verificou-se se eram as mesmas ou se sofreram modificações durante o período da análise. Foi conferido ainda se entidades têm uma observação para cada período e pela mesma norma. Uma análise importante foi verificar se na combinação de dados entre Econômica e B3 usou-se bases de dados semelhantes. Finalmente foi analisado se o painel é curto ou longo e se os dados foram classificados/agrupados de forma consistente para facilitar as análises. Após verificar os itens acima, as análises foram iniciadas pelas correlações entre as variáveis.

Tabela 13 Correlação entre as Variáveis

	Índice	TRABADD	TRABREV	TRABTOT	TRIBADD	TRIBREV	TRIBTOT	TOTADDD	TOTREV	PROVTOT
CONTINGTOT	Total	0,2389***	-0,1427***	0,1767***	0,2677***	-0,1920***	0,1771***	0,3180***	-0,2330*	0,2261***
CONTINGTOT	MLCX	0.1989***	-0.1138**	0.1205*	0.2966***	-0.1590***	0.1556***	0.3030***	-0.1890***	0.1792***
CONTINGTOT	SMLL	0.3249***	-0.3976***	0.2981***	0.3214***	-0.2526***	0.2549***	0.4020***	-0.3214***	0.3434***
LULIANPROV	Total				0.0626*		0,0738*			0,0771*
LULIANPROV	SMLL	0.4445***	-0.1758***	0.4558***	0.5305***	-0.1000**	0.5537***	0.6168***	-0.1314***	0.6451***
LEVERAGE	Total	-0,1008***		-0,1004***	-0,2332***		-0,2487***	-0,2173***		-0,2322***
LEVERAGE	SMLL	-0.1801***		-0.1944***	-0.3163***		-0.3680***	-0.3251***		-0.3717***
SPE	SMLL		-0.0885*						-0.0908*	
PREJU	Total	-0,1950***		-0,2032***	-0,1924***		-0,2024***	-0,2416***		-0,2591***
PREJU	MLCX	-0.1847***		-0.1950***	-0.2117***		-0.2154***	-0.2435***		-0.2665***
PREJU	SMLL	-0.2338***	0.1612***	-0.2326***	-0.1984***		-0.2010***	-0.2651***	0.0826***	-0.2687***

Significância: 0,01 ***; 0,05 **; 0,10 *

Fonte: Autoria própria

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões; PASSIVO= Total do Passivo; PL= Patrimônio Líquido; PTTs; LEVERAGE= Passivo/PL

Na tabela 13 sumariza as variáveis correlacionadas com até 10% de significância. Verificou-se que as maiores correlações aconteceram com a variável CONTINGTOT, na amostra total e na amostra individual por índice. A variável LULIANPROV é a que apresenta maiores correlações no índice SMLL. Os cálculos detalhados das correlações são mostrados nos anexos, nas tabelas 35,36 e 37,

A variável SPE que corresponde a pequenos resultados positivos foi significativa apenas para o índice SMLL para reversão de provisões trabalhistas e previdenciárias e para o total das reversões deste índice. Não houve significância para amostra total e MLCX. Em relação ao PREJU, houve significância para reversões das provisões PTTs na amostra total e no índice MLCX, no índice SMLL houve significância apenas para reversão de provisões tributárias.

O fato das empresas componentes do índice SMLL se mostrarem muito mais correlacionadas com variáveis que refletem seu nível de lucratividade, como LULIANPROV, SPE e PREJU pode indicar que o nível de lucratividade é importante para se definir a constituição de provisões. Para o mesmo índice aparecem como significativas as reversões de provisão trabalhista e previdenciária na presença de pequenos resultados positivos e reversão de provisões tributárias na presença de prejuízo, fato que está relacionado com a necessidade de se melhorar o resultado.

A diferença de sensibilidade às variáveis contábeis entre os dois índices, refletida pelas correlações calculadas, fortaleceu a suspeita que esses grupos de empresas se comportavam de maneira diferente ao constituir provisões PTTs. A análise em separado dos resultados com métodos estatísticos mais sofisticados foi uma boa estratégia para solução do problema da pesquisa.

4.2 Estratégia de Estimação

Uma vez que foram coletados dados de diversas empresas ao longo do tempo, gerou-se um conjunto de dados em painel – também chamados de dados longitudinais, Park (2011). Na análise econométrica de dados em painel, não se pode supor que as observações sejam independentemente distribuídas ao longo do tempo. Por exemplo, fatores não observados (como decisões de investimento a longo prazo), que poderão afetar o valor de provisões de uma empresa em 2010, também poderão alongar seu efeito para o valor de provisões em 2011. Por essa razão, modelos e métodos especiais foram desenvolvidos para analisar dados em painel.

Para comprovar a existência de correlação temporal (ou *heterogeneidade não observada*) que faz com que as observações não sejam independentemente distribuídas ao longo do tempo, realizou-se o teste de Wooldridge (2002) e constatou-se que a probabilidade de não existir auto correlação de primeira ordem é de 11,41%, portanto não se pode rejeitar a presença

de auto correlação de primeira ordem do termo de erro a 5% de significância, conforme tabela 14.

Tabela 14 Teste de Auto Correlação – Wooldridge

Wooldridge teste para auto correlação dados em painel
 H_0 : no *first-order autocorrelation*
 $F(1, 127) = 2,532$
 $\text{Prob} > F = 0,1141$

Fonte: Autoria própria

Não foi rejeitada a presença de auto correlação de primeira ordem do termo de erro. A estatística $F > 0,05$ indica presença de auto correlação entre as variáveis. Como o teste indicou presença de auto correlação, as estimativas serão efetuadas por estatísticas robusta para dar maior confiabilidade aos coeficientes calculados.

Tabela 15 - Breusch-Pagan/Cook-Weisberg – Heterocedasticidade

**Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity –
 PROVTOT**

H_0 : Constant variance
 Variables: fitted values of PROVTOT

$\chi^2(1) = 961,35$
 $\text{Prob} > \chi^2 = 0,0000$

Fonte: Autoria própria

O teste rejeita H_0 de variância constante

Assim como no teste de auto correlação é apropriado se usar estatística robusta, para dar maior confiabilidade aos coeficientes calculados, conforme Shevlyakov e Smirnov (2011):

O objetivo dos métodos robustos é garantir alta estabilidade da inferência estatística sob o desvio do modelo de distribuição assumido. Menos atenção é dedicada na literatura para estimadores [...]. No entanto, é necessário estudar esses problemas devido a sua ocorrência generalizada (estimativa das matrizes de correlação e covariância em regressão e análise multivariada, estimativa das funções de correlação de processos estocásticos, etc.). Os métodos robustos resolvem os problemas de instabilidade de métodos clássicos de estimação na presença de valores atípicos nos dados (SHEVLYAKOV e SMIRNOV, 2011 p.150).

Conforme os autores, as regressões que usam estatísticas robustas em dados lineares geram estimadores mais confiáveis que os métodos tradicionais de estimação. A opção *robust* baipassa (*circunvent*) os problemas de correlação e de *outliers*, Atkinson (1994). Esta observação corrobora a decisão de se incluir os *outliers* nas estimações efetuadas. Como veremos ainda neste trabalho, a opção *robust* controla, também a existência de heterocedasticidade.

Nas tabelas 16, 17 e 18 são mostrados os resultados das regressões OLS e as regressões com efeito fixo (FE) e efeito aleatório (RE) em nível, ou seja, com os valores originais das variáveis. Embora as regressões tenham sido feitas para todas as variáveis dependentes, os resultados de interesse são os da variável PROVTOT que acumula todas as demais variáveis. Os testes posteriores mostraram que o método mais indicado para a solução do problema e o que geraria coeficientes mais confiáveis, seria o dos momentos gerais generalizados, ou GMM, calculado com opção *robust*.

Tabela 16 Estimações em nível – TRABALHISTAS

	TRABADD - TOTAL			TRABADD - SMLL			TRABADD - MLCX		
Variable	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom
CONTINGTOT	0,02***	0,01***	0,02***	0,03***	0,01	0,03***	0,01**	0,01**	0,01***
LULIANPROV		0,01		0,17**	0,23***	0,17**			
SPE	26109.69	17043.81	26109.69	29453.97	9343.83	29453.97	16485.65	21532.8	16485.65
PREJU	-1,0e+05***	-1,7e+05***	-1,0e+05***	23810.5	-33000	23810.5	-130000	-1,9e+05*	-130000
_cons	-1,2e+04*	-37000	-1,2e+04*	-3,7e+04***	-6,4e+04***	-3,7e+04***	-4,1e+04***	-56000	-4,1e+04***
N	768	768	768	438	438	438	330	330	330
r2	0.10	0.12		0.28	0.31		0.07	0.10	
r2_o		0.04	0.10		0.13	0.28		0.06	0.07
r2_b		0.00	0.08		0.00	0.39		0.02	0.04
r2_w		0.12	0.11		0.31	0.25		0.10	0.09
	TRABREV - TOTAL			TRABAREV - SMLL			TRABREV - MLCX		
Variable	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom
CONTINGTOT	-0,00***	-0,00***	-0,00***	-0,01***	-0,00***	-0,01***	-0,00***	-0,00**	-0,00***
LULIANPROV					-0,01*		0	0	0
SPE	-6075.09	-4336.73	-6075.09	-4750,43*	-2322.55	-4482,68*	-11000	-6991.27	-11000
PREJU	3097.03	12021,41**	3097.03	4933,94*	11136,10**	5825,43**	-13000	4596.04	-13000
_cons	4424,27**	9313,80*	4424,27**	3240,76*	5837,91**	3085,35*	20857.23	16679.3	20835,08*
N	766	766	766	436	436	436	330	330	330
r2	0.03	0.02		0.18	0.26		0.02	0.01	
r2_o		0.02	0.03		0.07	0.18		0.01	0.02
r2_b		0.02	0.07		0.05	0.11		0.02	0.04
r2_w		0.02	0.02		0.26	0.20		0.01	0.01
	TRABTOT - TOTAL			TRABTOT - SMLL			TRABTOT - MLCX		
Variable	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom
CONTINGTOT	0,01**	0,01**	0,01***	0,02***	0,01	0,02***	0,01	0,01	0,01
LULIANPROV		0,01		0,16**	0,22***	0,16**			
SPE	19498.39	12025.66	19562.77	23783.49	6036.61	23783.49	5935.74	14541.53	6015.91
PREJU	-1,0e+05***	-1,6e+05***	-1,0e+05***	27772.67	-23000	27772.67	-1,4e+05*	-1,8e+05*	-1,4e+05*
_cons	-8015.13	-28000	-7775.48	-3,4e+04**	-5,8e+04***	-3,4e+04***	-21000	-39000	-21000
N	768	768	768	438	438	438	330	330	330
r2	0.07	0.10		0.27	0.30		0.05	0.07	
r2_o		0.03	0.07		0.14	0.27		0.04	0.05
r2_b		0.00	0.04		0.00	0.39		0.01	0.02
r2_w		0.10	0.09		0.30	0.25		0.07	0.07

Legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01; Valores em branco não calculados; PREJU: Dummy

Fonte: Autoria própria

N= Número de amostras, r2=poder explicativo, r2_o, r2_b, r2w= poder explicativo *Overall, between e within*, cons = constante. Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; PASSIVO= Total do Passivo; TOTADD= total das adições em provisões

Tabela 17 Estimacões em nível – TRIBUTÁRIAS

Variable	TRIBADD - TOTAL			TRIBADD - SMLL			TRIBADD - MLCX		
	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom
CONTINGTOT	0,02***	0,02***	0,02***	0,04**	0,04**	0,04***	0,02***	0,01***	0,02***
LULIANPROV				0,33**	0,31**	0,33**			
SPE	39926,40**	10751.72	39745,50**	83609,77***	42320.53	82128,67***	-9534.35	-15000	-9534.35
PREJU	-1,2e+05***	-1,8e+05***	-1,2e+05***	1,2e+05*	74399.81	1,1e+05*	-130000	-170000	-130000
_cons	-1,7e+04*	-4045.44	-1,7e+04*	-7,6e+04***	-39000	-7,5e+04***	-2,9e+04**	-33000	-2,9e+04***
N	766	766	766	436	436	436	330	330	330
r2	0.11	0.11		0.38	0.42		0.12	0.11	
r2_o		0.10	0.11		0.33	0.38		0.11	0.12
r2_b		0.07	0.14		0.20	0.35		0.15	0.22
r2_w		0.11	0.11		0.42	0.40		0.11	0.11
Variable	TRIBREV - TOTAL			TRIBREV - SMLL			TRIBREV - MLCX		
	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom
CONTINGTOT	-0,01***		-0,01***	-0,01**	-0,02**	-0,02**	-0,01**		-0,01**
LULIANPROV				-0.01		-0.01			
SPE	-2,4e+04***	-6,6e+04*	-2,9e+04***	1,9e+04***	-2,6e+04*	-2,0e+04***	-3,4e+04**	-140000	-4,6e+04**
PREJU	1579.9	-6927.94	1427.26	-1572.41	-774.78	-997.15	-2,9e+04**	-7,8e+04*	-3,5e+04**
_cons	19059,40***	46177,56***	21090,54***	15477,97***	10113.39	15316,93***	39281,92**	94616,99***	46511,90**
N	760	760	760	430	430	430	330	330	330
r2	0.04	0.03		0.07	0.08		0.04	0.08	
r2_o		0.01	0.04		0.06	0.07		0.00	0.03
r2_b		0.00	0.17		0.03	0.06		0.02	0.06
r2_w		0.03	0.01		0.08	0.07		0.08	0.02
legend: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01									
Variable	TRIBUTOT - TOTAL			TRIBUTOT - SMLL			TRIBUTOT - MLCX		
	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom
CONTINGTOT	0,01***	0,02**	0,02***	0,02**	0,02**	0,02**	0,01***	0,02*	0,01***
LULIANPROV	0.01		0.01	0,32**	0,32**	0,32**			
SPE	15920.75	-5,6e+04*	13695.9	65544,16**	14743.63	63672,97**	-4,3e+04*	-1,6e+05**	-4,3e+04*
PREJU	-1,1e+05***	-1,9e+05***	-1,2e+05***	1,2e+05*	74349.2	1,1e+05*	-1,6e+05*	-2,5e+05**	-1,6e+05*
_cons	1232.72	41382,56**	2863.44	-6,2e+04**	-32000	-6,1e+04**	10571.17	61430,33**	10571.17
N	768	768	768	438	438	438	330	330	330
r2	0.08	0.12		0.38	0.43		0.08	0.16	
r2_o		0.06	0.08		0.33	0.38		0.07	0.08
r2_b		0.00	0.01		0.18	0.32		0.00	0.00
r2_w		0.12	0.11		0.43	0.41		0.16	0.15

Legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01; Valores em branco não calculados; PREJU: Dummy

Fonte: Autoria própria

N= Número de amostras, r2=poder explicativo, r2_o, r2_b, r2w= poder explicativo Overall, between e within, cons = constante. Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; PASSIVO= Total do Passivo; TOTADD= total das adições em provisões

Tabela 18 Estimações em nível PROVOTOT

	PROVTOT - TOTAL			PROVTOT - SMLL			PROVTOT - MLCX		
Variable	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom	pols	efixed	erandom
CONTINGTOT	0,03***	0,03***	0,03***	0,05***	0,03**	0,04***	0,01***	0,02**	0,01***
LULIANPROV	0.01	0.01	0.01	0,48***	0,54***	0,49***			
SPE	35310.53	-44000	27766.18	89130,87**	20694.02	77882,30*	-37000	-1,4e+05*	-37000
PREJU	-2,2e+05***	-3,5e+05***	-2,4e+05***	1,4e+05**	50941.97	1,2e+05*	-3,0e+05**	-4,3e+05**	-3,0e+05**
_cons	-6746.84	13518.51	1428.04	-9,6e+04***	-9,0e+04***	-9,0e+04***	-10000	22324.12	-10000
N	768	768	768	438	438	438	330	330	330
r2	0.12	0.18		0.52	0.58		0.10	0.17	
r2_o		0.09	0.12		0.47	0.52		0.09	0.10
r2_b		0.01	0.02		0.26	0.40		0.00	0.00
r2_w		0.18	0.17		0.58	0.57		0.17	0.16

Legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01; Valores em branco não calculados; PREJU: Dummy

Fonte: Autoria própria

N= Número de amostras, r2=poder explicativo, r2_o, r2_b, r2w= poder explicativo *Overall, between e within*, cons= constante. Variáveis: PROVOTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; PASSIVO= Total do Passivo; TOTADD= total das adições em provisões

Para definir o método mais apropriado de regressão, se por efeito fixo ou aleatório foi efetuado o teste de Hausman.

Tabela 19 Teste de Hausman

PROVTOT
Test: Ho: difference in coefficients not systematic
$\chi^2(2) = (b-B)'[(V_b - V_B)^{-1}](b-B)$
= 23,72
Prob>chi2 = 0,0000

Fonte: Autoria própria

b = coeficientes da regressão de efeito fixo; B = coeficientes da regressão de efeitos aleatórios; V_b e V_B= Variâncias dos coeficientes b e B

Uma vez que a principal consideração na escolha entre uma abordagem aleatória e uma abordagem fixa é se uma variável está correlacionada com o termo e erro, é importante ter um método para testar essa suposição. Hausman (1978) propôs um teste baseado na diferença entre as estimativas aleatórias (RE) e as estimativas fixas (FE). Como FE é consistente quando variável e erro são correlacionados, mas RE é inconsistente, uma diferença estatisticamente significativa é interpretada como evidência contra os efeitos aleatórios. Neste caso, os resultados

para todas as variáveis dependentes, indicam forte rejeição da hipótese nula: os coeficientes são distintos e, portanto, é necessário considerar o efeito fixo (modelo RE é inconsistente) para a amostra dos dados.

A representação do uso de dados em painel separa os fatores não observados que afetam a variável dependente em dois tipos: os que são constantes e os que variam ao longo do tempo. Fazendo i representar a *unidade* de corte transversal e t o período, pode-se escrever:

$$y_{it} = \beta_0 + \beta'_k X_{it} + a_i + u_{it}, \quad t = 2010, \dots, 2015. \quad (2)$$

Na notação, i é a empresa e t o período. O intercepto da equação é representado por β_0 e β_k é o vetor de coeficientes associados a cada uma das k variáveis explicativas do modelo dentro do vetor X_{it} .

A variável a_i capta os fatores não observados, constantes no tempo, que afetam y_{it} . O erro u_{it} muitas vezes é conhecido como erro idiossincrático ou erro de variação temporal, porque ele representa fatores não observados que mudam ao longo do tempo e afetam y_{it} .

A análise de painel pode ser realizada para dois modelos básicos: i) modelo de efeitos fixos; e ii) modelo de efeitos aleatórios. Em ambos, pode-se pensar em uma especificação estática ou dinâmica. O modelo de efeitos-fixos, também conhecido por abordagem variável *dummy* de mínimos quadrados (ou LSDV *Least Square Dummy Variable*), é uma generalização de um modelo constante-intercepto-inclinação para painel, introduzindo uma variável *dummy* para os efeitos das variáveis omitidas, que permanecem constantes no tempo. Nesta especificação, os efeitos individuais podem ser livremente correlacionados com os demais regressores. Sua estimação e, na verdade, a própria estimação de um modelo de regressão múltipla com variáveis binárias para cada uma das N unidades de análise, tal que o acréscimo destas variáveis faz com que o intercepto da regressão seja diferente para cada uma destas unidades e capte as heterogeneidades existentes entre elas. O estimador de mínimos quadrados ordinários (OLS) será um estimador consistente e eficiente do modelo e é chamado de LSDV (*Least Squares Dummy-Variable Model*) (HOLLAND, XAVIER, 2005, p. 85-108).

Entretanto, existia a suspeita de endogeneidade no modelo. A endogeneidade ocorre quando um dos regressores do modelo é correlacionado com o termo de erro. No nosso caso, o lucro líquido antes das provisões (*LULIANPROV*) explica a variação nas provisões PTTs, mas essa não é a única variável explicativa. Um exemplo a se considerar seria o de uma empresa

que está operando com grau de endividamento muito elevado em relação ao patrimônio líquido, podendo ter incentivos para gerenciar seu resultado. Outro exemplo, com base na teoria da agência, seria um gerente que por ser avaliado por seu desempenho, gerenciasse o resultado para obter dados que lhe fossem favoráveis. A empresa ainda poderia ter contratos com bancos, que estabelecem certos níveis de resultados como covenants, para não quebrar os contratos, a gerência pode ter manipulado resultados. Como estas variáveis não estão explicitamente presentes na regressão, sua influência acaba fazendo parte do termo de erro, conforme Duarte, Lamounier e Takamatsu (2007)

A regressão de variáveis instrumentais consiste em um método que fornece estimadores consistentes quando o erro e uma variável regressora são correlacionados. Sabe-se que, sob esta condição, o método de mínimos quadrados ordinários produz estimadores viesados e inconsistentes. A correlação entre o erro e a variável regressora é determinada por três motivos: omissão de variáveis relevantes para o modelo, erros nas variáveis e simultaneidade. Stock e Watson (2004) explicam os vieses que surgem devido a esses motivos. O viés de omissão de variáveis surge quando uma variável que determina a variável resposta é omitida da regressão e quando pelo menos uma das variáveis explicativas é correlacionada com a variável omitida. Neste caso, o estimador de MQO é inconsistente, mesmo para amostras grandes. O viés de erro nas variáveis é originado quando uma variável explicativa é medida de forma imprecisa. Os erros de medida são determinados por vários fatores. Por exemplo, em uma pesquisa o entrevistado pode dar uma resposta equivocada, ou o entrevistador pode registrar as respostas de forma incorreta, e até mesmo digitar um dado errado no momento que estiver passando os resultados da pesquisa para o computador. Este viés resulta em MQO viesado e inconsistente. Finalmente, o viés de simultaneidade surge quando existe simultaneidade na relação causal entre a variável dependente e uma variável explicativa. Isto é, além da variável explicativa determinar a variável dependente, a variável dependente determina uma variável explicativa. (DUARTE, LAMOUNIER e TAKAMATSU, 2007. p.15)

O método econométrico que trata esse tipo de problema é o *generalized method of moment* (GMM). Conforme Neder (2011) se a heterocedasticidade está presente, o estimador GMM é mais eficiente que o estimador simples IV, enquanto que se não existe heterocedasticidade o estimador GMM não é pior assintoticamente que o estimador IV. Com base em estudo anterior decidiu-se usar o grau de endividamento, denominado de *leverage* (LEVERAGE) como variável instrumental (IV). A proxy de alavancagem financeira foi utilizada por Gu, Lee E Rosset (2005) como sendo a razão do total de dívidas sobre o patrimônio líquido. Watts E Zimmerman (1986) constataram que empresas com maior grau de alavancagem estariam mais propensas a manipularem o lucro do que as menos alavancadas. Podem ainda serem usadas como instrumentos as defasagens da própria variável endógena.

Desta forma, o conjunto de instrumentos utilizados para a variável endógena *LULIANPROV* são três: *leverage* (LEVERAGE) e defasagens de primeira e segunda ordem de *LULIANPROV*.

Além dos testes já comentados, foram também efetuados os testes de multicolinearidade pela estatística fator de inflação da variância (VIF), que ao ser efetuado com todas as variáveis não houve variável com fator maior que 10 e apresentou média de 1,35.

A Estatística VIF, fator de inflação da variância mede o quanto a variância dos coeficientes de regressão estimados está inflada em relação ao não relacionamento linear das variáveis explicativas. Em resumo essa estatística indica o grau de multicolinearidade, ou seja, correlação existente entre as variáveis explicativas em uma análise de regressão. O inverso de VIF é a estatística TOL e indica maior existência de multicolinearidade, que quanto mais próximo de zero e menores as chances quando próximo de 1, conforme Field (2009):

VIF representa o fator de inflação de variação. Como regra geral, uma variável cujos valores de VIF são superiores a 10 pode merecer investigação adicional. A tolerância, definida como $1 / VIF$, é usada por muitos pesquisadores para verificar o grau de colinearidade. Um valor de tolerância inferior a 0,1 é comparável a um VIF de 10. Isso significa que a variável pode ser considerada como uma combinação linear de outras variáveis independentes (FIELD, 2009 p 188-203).

A Tabela 20 mostra nas primeira e segunda colunas as estatísticas VIF e TOL para todas as variáveis consideradas.

Tabela 20 Teste VIF Multicolinearidade

Variable	VIF	1/VIF(TOL)
LULIANPROV	1.59	0.627
PREJU	1.11	0.901
CONTINGTOT	1.03	0.971
SPE	1.02	0.982
Mean VIF	1.35	

Fonte: Autoria própria

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE = Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; PASSIVO= Total do Passivo; TOTADD= total das adições em provisões. As variáveis PREJU, CONTINGTOT e SPE estão nos valores limite. Pela estatística VIF os dados de nossa amostra de provisões PTTs não apresentam multicolinearidade.

O teste de Shapiro Wilk indicou que os resíduos não têm distribuição normal:

Tabela 21 Normalidade dos resíduos

Shapiro-Wilk W teste de normalidade					
Variable	O bs	W	V	z	Prob>z
R	76 8	0.45759	269.06 5	13.70 4	0

Fonte: Aatoria própria

W e V são específicos do teste Shapiro-Wilk; z é a estatística z; essencialmente, é uma estimativa dividida pelo seu erro padrão. Prob> z é uma notação própria do STATA, encontrada na saída de vários comandos. Isso não significa que uma probabilidade é maior que z, mas (na linha para r) que - se a hipótese nula de normalidade é verdadeira - a probabilidade de z sendo 13.704> ou mais extremo, é <0.

Gráfico 4 - Teste Shapiro-Wilk

Fonte: Aatoria própria

O teste de Shapiro Wilk indica que a amostra de provisões PTTs a ser analisada não tem distribuição perfeitamente normal, mas graficamente eles parecem razoavelmente normais, assim, isto não influenciará nas inferências feitas a partir das regressões calculadas. Conforme Gujarati e Porter (2011) a verificação da distribuição normal é crucial para amostras pequenas, por exemplo $n = 100$. Em amostras maiores há uma grande probabilidade de os dados serem normais ou apresentarem distribuição muito próxima da normal. Os autores ainda afirmam que se o número de amostras for suficientemente grande, pode-se relaxar a hipótese de normalidade.

Quadro 4 - Resumo dos Pressupostos

Teste	Verifica	F	Prob >F	~Conclusão
Wooldridge	Auto- correlação	$(1, 127) = 2,532$	$= 0,1141$	Auto correlação
Breusch-Pagan	Heterocedasticidade	$\chi^2(1) = 961,35$	$\text{Prob} > \chi^2 = 0,0000$	<i>Variância dos resíduos não constante</i>
Hausmann	Efeito:? Fixo (EF) Aleatório (EA)	$\chi^2(2) = (b-B)'[(V_b - V_B)^{-1}](b-B)$	$\text{Prob} > \chi^2 = 0,0000$	Usar Efeito Fixo
VIF	Multicolinearidade	1,35		Não há
Shapiro-Wilk	Normalidade	$Z = 13704$	$\text{Prob} > Z = 0$	Não Normal

Fonte: Autoria própria

Uma vez definida a estratégia de estimação em dados em painéis, pelo método GMM, foram testadas as hipóteses, verificando-se a relação entre as variáveis dependentes e explicativas. Como estratégia de testar a robustez dos resultados, os cálculos foram efetuados utilizando todas as empresas da base de dados, a conclusão obtida utilizando somente dados das empresas do grupo SMLL e do grupo MLCX, bem como separando as empresas por seus setores de atividade. Os exercícios de robustez dos valores encontrados têm o intuito de averiguar se as conclusões encontradas podem se aplicar em diferentes contextos empresariais.

4.3 Resultados

A seguir, apresentam-se os resultados da estratégia de estimação descrita na seção anterior. As tabelas 22, 23 e 24 a seguir resumem os resultados da regressão pelo método GMM Robust, para TOTADD, TOTREV e PROVTOT. As estimações GMMO mostradas nas tabelas foram efetuadas com a opção “robust”, a qual conforme Shevlyakov e Smirnov (2011) dá tratamento à heterocedasticidade do modelo e também resolve o problema de variável endógena. Foram efetuadas três estimações, sendo GMM0 a estimação com a variável instrumental LEVERAGE e GMM1 e GMM2 com a LULIANPROV com defasagem 1 e 2. Os resultados utilizados para análise foram os apresentados na coluna GMMO. Nas tabelas 22, 23 e 24, PROVTOT testa as hipóteses 1, 2, 3 e 6, respectivamente com as variáveis LULIANPROV, SPE, PREJU E CONTINGTOT. TOTADD testa a hipótese 4 com a variável explicativa LUALIANPROV e TOTREV testa a hipótese 5 com a variável explicativa LUALIANPROV.

Tabela 22 – Regressão GMM - Robust

Variable Total	TOTADD			TOTREV			PROVTOT		
	gmm0	gmm1	gmm2	gmm0	gmm1	gmm2	gmm0	gmm1	gmm2
LULIANPROV	0.41	0.02	0.01	-0.01	0.00E+00	0.00E+00	0.4	0.01	0.01
CONTINGTOT	0,03*	0,03***	0,02***	-0,01***	-0,01***	-0,01***	0.02	0,02**	0,02**
SPE	3.20E+05	34457.26	23634.66	-3,4e+04**	-1,6e+04**	-8569.73	2.80E+05	9576.76	7066.18
PREJU	3.90E+05	-1,3e+05**	-1,2e+05**	-4.56E+03	20057,60*	13282,62*	3.90E+05	-1,4e+05***	-1,2e+05**
_cons	-2.50E+05	-3,1e+04**	-2.50E+04	25943,00*	12509,51***	11834,91**	-2.20E+05	-1.20E+04	-1.00E+04
N	768	640	512	768	640	512	768	640	512
r2	.	0.12	0.08	0.05	0.09	0.08	.	0.09	0.06

legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01 - N= Nr de empresas na amostra; r2 = poder explicativo do modelo

Fonte: Autoria própria

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE = Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; PASSIVO= Total do Passivo; TOTADD= total das adições em provisões; Preju = Dummy.

Para melhor entendimento do relacionamento das variáveis, foi efetuada a mesma estimação para o grupo SMLL e MLCX separadamente.

Tabela 23 – GMM Robust – SMLL

Variavel	TOTADD			TOTREV			PROVTOT		
SMLL	gmm0	gmm1	gmm2	gmm0	gmm1	gmm2	gmm0	gmm1	gmm2
LULIANPROV	1,04***	-0.74	0.64	0.03	-0.04	-0.11	1,07***	-0.77	0.52
CONTINGTOT	0,05***	0.09	0,03***	-0,02***	-0,02*	-0,01***	0,03***	0.07	0,02**
SPE	1,1e+05**	68003.55	56655.88	-2,4e+04***	-2,5e+04***	-2,0e+04**	80920,84*	43896.06	26671.78
PREJU	5,2e+05***	-6.80E+05	3.10E+05	36189.03	-6900.79	-6.60E+04	5,5e+05***	-6.70E+05	2.50E+05
_cons	-2,4e+05***	1.60E+05	-1.40E+05	7071.89	20479.19	37843.14	-2,3e+05***	1.80E+05	-1.10E+05
N	438	365	292	438	365	292	438	365	292
r2	0.21	.	.	0.09	0.16	.	0.07	.	.

legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01 - N= Nr de empresas na amostra; r2 = poder explicativo do modelo

Fonte: Autoria própria

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE = pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; PASSIVO= Total do Passivo; TOTADD= total das adições em provisões; PREJU = Dummy.

Tabela 24 – GMM Robust – MLCX

Variable	TOTADD			TOTREV			PROVTOT		
MLCX	gmm0	gmm1	gmm2	gmm0	gmm1	gmm2	gmm0	gmm1	gmm2
LULIANPROV	-0.01	0	0.01	-0.03	-0.01	0	-0.04	0.01	0.01
CONTINGTOT	0,03***	0,03***	0,02**	-0,01***	-0,01***	-0,01***	0,01**	0,01*	0.01
PASSIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SPE	-1.30E+04	2591.66	8440.8	-9,4e+04**	-2.20E+04	-3380.46	-1.10E+05	8765.25	6893.4
PREJU	-3,1e+05*	-1.60E+05	-1.70E+05	-1.70E+05	-3.10E+04	12626.55	-4,7e+05**	-1.20E+05	-1.50E+05
ACCRUALIQ	0	0	0	0	0	0	0	0	0
_cons	-4.80E+04	-6,2e+04**	-7,2e+04**	1,2e+05**	39433,20**	20379,92**	69885.96	-5.80E+04	-5.90E+04
N	330	275	220	330	275	220	330	275	220
r2	0.12	0.11	0.09	.	0.01	0.09	.	0.01	0.02

legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01 - N= Nr de empresas na amostra; r2 = poder explicativo do modelo

Fonte: Feito pelos autores

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE = pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; PASSIVO= Total do Passivo; TOTADD= total das adições em provisões; PREJU = Dummy

Referente aos pontos comuns entre os dois grupos há o relacionamento com as contingências totais (CONTINGTOT) pois as provisões PTTs já constituídas não deveriam se relacionar com as contingências existentes. O fato de haver esta relação pode significar que as provisões PTTs e as contingências ainda não provisionadas direcionam a discricionariedade dos gerentes na hora de constituir novas provisões. A tabela 25 mostra os resultados encontrados nos testes de hipóteses.

Tabela 25 - Resultados das tabelas 22, 23 e 24

Hipóteses	Variáveis envolvidas	Sinal Esperado	Sinal Encontrado		
			TOTAL	SMLL	MLCX
H1	LULIANPROV	+	+ NR	+(***) NR	+(***) NR
H2	SPE	-	+ R	+(*) R	+ (**) R
H3	PREJU	+	+ NR	+(***) NR	+(***) NR
H4	LULIANPROV	+	+ NR	+(***) NR	+(***) NR
H5	LULIANPROV	-	+ R	+ R	+ R
H6	CONTINGTOT	+	+ NR	+(***) NR	+(***)NR

Legenda: * $p < .1$; ** $p < .05$; *** $p < .01$; NR= não rejeitada; R = Rejeitada.

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs.

Fonte: Autoria própria

Interpretação Estatística;

Para a amostra composta dos dois índices, não foram rejeitadas H1, H3, H4 e H6, sendo rejeitadas as hipóteses H2 e H5. Os coeficientes não apresentaram significância até 10%.

Para o índice SMLL não foram rejeitadas as hipóteses H1, H3, H5 e H6, todas com 1% de significância, sendo rejeitadas as hipóteses H2 com 10% de significância e H5, que não apresentou significância até 10%.

Para o índice MLCX não foram rejeitadas as hipóteses H1, H3, H4 e H6, todas com 1% de significância, a hipótese H2 foi rejeitada com 5% de significância, H5 foi rejeitada sem que apresentasse significância até 10%. Total, SMLL e MLCX. Os resultados confirmam a

expectativa que, as empresas aumentam ou diminuem provisões, em função do lucro apurado antes de sua constituição e das contingências. Exceto para variável SPE no índice MLCX cuja significância foi de 10%, todas as demais variáveis não rejeitadas nos dois índices apresentaram significância de 1%, que é sinal robusto de prática de GR. O índice SMLL teve as hipóteses H2 rejeitada com 10% de significância. A hipótese H5 foi rejeitada nos dois índices sem significância de até 10%.

Interpretação Contábil (Hipóteses não rejeitadas) Índice nos índices SMLL e MLCX;

A não rejeição da hipótese H1, nos dois índices, com significância de 1% é indicação de possível prática de alisamento de resultado. Neste caso, as empresas contabilizariam mais provisões, para alisar seu resultado, ou seja, torna-lo mais estável no decorrer do tempo. Com isto as provisões poderiam ser revertidas no futuro, se necessário para estabilizar resultados futuros.

Interpretação Contábil (Hipóteses não rejeitadas) Índice SMLL:

No índice SMLL, não foram rejeitadas as hipóteses H3 e H6, com significância de 1%, ambas relacionadas com o valor total das provisões (PROVTOT) e que indicam possível prática de GR com bba. A hipótese H4 que relaciona o lucro líquido antes das provisões (LULIANPROV) com as provisões adicionadas no período não foi também rejeitada com significância de 1% e indica possível prática de bba.

Interpretação contábil (Hipóteses rejeitadas) índice SMLL:

Foi rejeitada a hipótese H2, com 10% de significância, indicando que as empresas menos capitalizadas não praticam GR ao apurar pequenos resultados positivos (SPE). Foi também rejeitada a hipótese H5 com 10% de significância, o que nega a prática de GR com reversões de provisões em relação ao lucro líquido apurado antes das provisões (LULIANPROV), embora não houvesse significância de até 10%.

Interpretação Contábil (Hipóteses não rejeitadas) Índice MLCX:

No índice MLCX, H3 e H6 não foram rejeitadas, ambas com significância de 1% e relacionadas com o valor total das provisões (PROVTOT). A hipótese H4 que relaciona o lucro líquido antes das provisões (LULIANPROV) com o total de provisões adicionadas no período também não foi rejeitada, com significância de 1%. E indica possível prática de bba

Interpretação Contábil (Hipóteses rejeitadas) Índice MLCX:

Neste índice foram rejeitadas as hipóteses H2 com significância de 5%, e hipótese a H5, que não mostrou significância de até 10%. Assim como no índice SMLL, há indicação de que as médias e grandes empresas não praticam GR com reversões de provisões (TOTREV) e nem na presença de pequenos resultados positivos (SPE).

Verificou-se possibilidade de prática de GR pelas empresas dos dois índices. Apurou-se que nos dois grupos da amostra, as mesmas hipóteses foram rejeitadas ou não. As hipóteses rejeitadas mostraram que não há indicação de possível prática de GR, quando ocorrem pequenos resultados positivos ou com reversões de provisões.

A não rejeição da hipótese H6 indica que o valor das provisões contabilizadas está diretamente relacionado com o total de contingências na empresa. A existência de contingências significa que num primeiro momento elas não foram definidas como de exigência provável e por isso não foram transformadas em provisões. A conversão de contingências em provisões pode ser em consequência de uma mudança estrutural, que mude a classificação de uma provisão de exigência possível ou remota para provável, isto obrigaria a empresa a constituir a devida provisão, no entanto, o alto grau de significância dos coeficientes apurados indica possibilidade de prática de GR.

Como teste de robustez dos resultados encontrados, realizou-se a estimação entre setores para averiguar se existe heterogeneidade de comportamento entre os diversos ramos de atividade.

Tabela 26 Regressão GMM por setor - TOTADD

Variável Explicativa	AMOSTRA TOTAL				SMLL				MLCX		
	setor 1	setor 2	setor 3	setor 4	setor 1	setor 2	setor 3	setor 4	setor 1	setor 2	setor 3
	Industria	Comércio	Serviços	Financeiro	Industria	Comércio	Serviços	Financeiro	Industria	Comércio	Serviços
CONTINGTOT	-0.01	-0.14	-0.02		-0.43	1.22	-0.14		-0.06	0.67	-0.01
LULIANPROV		0.01				-0.01	0.01			-0.01	
SPE	-4.10E+04	-110000	-7,2e+04*	-2494.25	-3.00E+04	-2681.57	-6.50E+04	-2494.25	-1.60E+05	210000	-9,9e+04*
PREJU	-5225.87	-120000	-47000	1881.28	-280000	160000	-91000	1881.28	-350000	680000	-130000
_cons	33335.08	71048.24	29635,91*	-1056.43	120000	-210000	52308.93	-1056.43	210000	-340000	33133,97*
N	414	132	198	24	240	66	108	24	174	66	90
r2	0.06	.	.	0.18	.	.	.	0.18	.	.	.

legenda : * p<.1; ** p<.05; *** p<.01 ; células vazias não calculadas

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo;

CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs

Fonte: Autoria própria

Tabela 27 - Regressão GMM por setor - TOTREV

Variável Explicativa	AMOSTRA TOTAL				SMLL				MLCX		
	setor 1	setor 2	setor 3	setor 4	setor 1	setor 2	setor 3	setor 4	setor 1	setor 2	setor 3
	Industria	Comércio	Serviços	Financeiro	Industria	Comércio	Serviços	Financeiro	Industria	Comércio	Serviços
CONTINGTOT	-0.09	1,28***	-0.01	-0.08	1.6	1.35	2.1	-0.08	-0.03	0.11	0.03
LULIANPROV		-0,04*			-0.01		-0.11			-0.01	
SPE	-1.30E+04	3,3e+05**	5.36E+04	-8679	3.80E+04	73488,62**	7.40E+05	-8679	-2.20E+04	-580.09	1.80E+05
PREJU	-260000	6,0e+05***	-360000	-19000	970000	250000	1300000	-19000	-200000	-310000	-390000
_cons	19297.4	-2,7e+05***	-18000	13330.17	-350000	-180000	-730000	13330.17	-24000	29996.56	-1,5e+05**
N	414	132	198	24	240	66	108	24	174	66	90
r2	.	0.29	0.16	.	.	0.98	.	.	.	0.48	0.03

legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01 ; O setor 4 - Financeiro não teve dados suficientes para as estimações índice MLCX; células vazias não calculadas

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo;

CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs.

Fonte: Autoria própria

Tabela 28 - Regressão GMM por setor - PROVTOT

Variável Explicativa	AMOSTRA TOTAL				SMLL				MLCX		
	setor 1	setor 2	setor 3	setor 4	setor 1	setor 2	setor 3	setor 4	setor 1	setor 2	setor 3
	Industria	Comércio	Serviços	Financeiro	Industria	Comércio	Serviços	Financeiro	Industria	Comércio	Serviços
CONTINGTOT	-0.1	1,13***	-0.03	-0.08	1.17	2.37	1.96	-0.08	-0.09	0.78	0.01
LULIANPROV		-0,03**			-0.01	-0.01	-0.1			-0.02	
SPE	-5.30E+04	2,2e+05**	-1.80E+04	-11000	7.93E+03	60556.87	6.70E+05	-11000	-1.80E+05	210000	7.77E+04
PREJU	-2,7e+05*	4,7e+05***	-4,1e+05*	-17000	690000	380000	1300000	-17000	-540000	370000	-520000
_cons	52632.48	-2,0e+05***	11341.43	12273.73	-240000	-350000	-680000	12273.73	190000	-310000	-1,1e+05**
N	414	132	198	24	240	66	108	24	174	66	90
r2	.	0.61	0.08	.	.	0.88	.	.	.	0.22	0.16

legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01 ; O setor 4 - Financeiro não teve dados suficientes para as estimações índice MLCX; células vazias não calculadas.

Variáveis: PROVTOT= provisão total LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; PASSIVO= Total do Passivo.

Fonte: Autoria própria

A tabela 29 sumariza os resultados das tabelas 26 a 28:

Tabela 29 Regressão GMM por setor - PROVTOT

HIP	VARIÁVEIS			MEDE	SINAL	TOTAL				SMLL				MLCX			
	DEPENDENTES	EXPLICATIVAS	TAB			I	C	S	F	I	C	S	F	I	C	S	F
H1	PROVTOT	LULIANPROV	27	SMOOTHING	+		-**R			-	-	-			-		
H2	PROVTOT	SPE	27	BBA	-	-	+**R	-	-	+	+	+	-	-	+	+	
H3	PROVTOT	PREJU	27	BBA	+	-*	+***NR	-*R	-	+	+	+	-	-	+	+	
H4	TOTADD	LULIANPROV	25	BBA	+		-**R			-	-				-		
H5	TOTREV	LULIANPROV	26	BBA	-		-					-			-		
H6	PROVTOT	CONTINGTOT	27	BBA	+	-	+***NR	-	-	+	+	+	-	-	+	+	

Legenda: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01; células vazias não calculadas; I= Indústria, C= Comércio, S= Serviços, F = Financeiro; NR= hipótese não rejeitada; R = hipótese rejeitada. Variáveis: LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; SPE = Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs.

Na tabela 29, pode-se notar que apenas o setor comercial, na amostra agregada teve duas hipóteses, a H3 e H6 não rejeitadas, com significância de 1%. As hipóteses H1, H2, e H4 foram rejeitadas com significância de 5%. A hipótese H5 mostrou sinal igual ao previsto, mas não teve significância. Apesar destes resultados, não se pode tirar conclusões sobre gerenciamento setorial de resultados, uma vez que nas amostras parciais por índice os resultados não foram significativos tanto para hipóteses cujos sinais foram confirmados, quanto para as que não confirmaram os sinais previstos. Os testes efetuados nas tabelas 26, 27 e 28 apresentam limitações, uma vez que ao desdobrar as amostras de cada índice por setor, a amostra setorial fica reduzida, o que interfere nos cálculos efetuados. Como só a amostra composta mostrou resultados significantes, e apenas no setor comercial, não se pode tirar conclusões estatísticas ou contábeis confiáveis.

5. CONCLUSÕES

As constatações desta pesquisa mostram a importância e o impacto que têm as provisões previdenciárias, trabalhistas e tributárias na vida empresarial. Ao contrário de quase todas as outras contas dos demonstrativos financeiros, que acontecem por operações desejadas pelas empresas, estas provisões chegam às empresas como processos trabalhistas ou autuações fiscais sendo, portanto, ocorrências totalmente indesejadas. Em consequência há uma predisposição em não querer contabilizá-las, uma vez que prejudicam os resultados contábeis.

Contabilmente as estimações sugerem que no caso de bba, em consequência de resultados apurados antes de se constituir as provisões PTTs, as empresas estariam decidindo o valor da provisão a ser contabilizada, levando mais despesas aos seus resultados. Isto pode acontecer quando não há expectativa de melhora de desempenho (teoria da agência), então decide-se piorar um resultado que já não é bom, para no futuro, se for o caso reverter estas provisões PTTs, melhorando os resultados. A presença de contingências passivas também foi forte influenciador na prática de bba.

Os resultados apurados para os dois índices analisados indicam que as empresas, independentemente do tamanho, podem praticar GR via bba ou *alisamento de resultado*. As variáveis explicativas são o lucro líquido, antes das provisões, e as contingências. Houve também significância com a variável *dummy*, prejuízo, mas não se pode tirar conclusões confiáveis sobre GR com esta variável, por ser uma variável dicotômica.

GR pode ser praticado, seja para melhorar o resultado via reversão de provisões ou reduzi-lo por aumento de despesas com provisões. A prática de GR com reversão de provisões pode sinalizar que provisões contabilizadas a maior em anos anteriores, seja por prática de GR ou não, estão sendo revertidas no exercício em análise, seja porque a empresa ganhou um processo judicial ou está praticando GR para melhorar seu resultado corrente. A rejeição das hipóteses H2 e H5 indicou que pequenos resultados positivos não influenciam no cálculo de provisões, assim como o lucro líquido antes das provisões não influenciam nas reversões das mesmas.

A sinalização de que as empresas dos dois índices possam estar praticando GR vai de encontro às discussões teóricas, quando foi discutido que devido a altos custos financeiros vigentes no Brasil, e às expectativas de possível perdão fiscal ou parcelamento de débito, as empresas decidam correr o risco de serem autuadas e discutirem os débitos judicialmente.

Conforme Jensen e Meckling (1976) há um jogo de interesses entre propriedade e controle e, os administradores tomam suas decisões seletivamente, privilegiando àquelas que lhes sejam mais favoráveis e, colocar despesas nos demonstrativos, certamente não é uma delas.

Healy e Wahlen (1999) sugeriram que a contribuição para a literatura de GR deve vir dos estudos de *accruals* específicos. Esta tese encontrou motivação nesta afirmação, e veio a reforçá-la. Ao estudar *accruals* específicos, o pesquisador deve aprofundar em seu conhecimento. Estudar *accruals* agregados corresponde a analisar uma floresta, sem conhecer as características particulares das árvores que a compõem e, as conclusões obtidas encontrarão muito mais fundamentação no ambiente estatístico do que na contabilidade. Para McNichols (2000) a evolução nos estudos de GR deve vir do estudo de *accruals* específicos. Para entender as provisões estudadas, foi necessário um levantamento minucioso de seus fatos geradores e de situações institucionais que provocaram sua evolução. O histórico da evolução das legislações previdenciárias, trabalhistas e tributárias demonstrou a complexidade legal e exigências acessórias que, quando não atendidas completamente, geram multas em investigações fiscais e trabalhistas e, com isso, eleva-se o saldo das provisões PTTs.

Ao se analisar os resultados financeiros, existem vários interesses envolvidos. A escolha do tipo da análise além de estar relacionada com o objetivo a que se propõe, depende também do porte do empreendimento a ser estudado. As empresas têm metas e são julgadas por critérios diferentes, assim uma pequena pode estar interessada em captar recursos e, com isto, apresentar uma maior possibilidade de geração de caixa e lucro enquanto uma grande pode estar interessada em aumentar o valor de suas ações e para isto, tem que apresentar melhores resultados. Por esta razão a pesquisa separou as empresas em dois grupos: pequenas (índice SMLL) e médias e grandes (índice MLCX), considerando o pressuposto de que, dependendo dos interesses são tomadas ações distintas. O julgamento sobre a possibilidade de constituir ou não uma provisão, leva em conta além da norma objetiva, também os interesses particulares (JENSEN E MECKLING, 1976).

Esta pesquisa investigou *accruals* específicos o que permitiu estudar com profundidade seus comportamentos. As provisões trabalhistas são geradas por autuações do ministério do trabalho, ou processos legais de empregados contra empresas. Embora haja empresas que buscam minimizar seus custos e, com isto, em alguns casos infringem os direitos trabalhistas, os processos podem ser também motivados pelo estabelecimento de gratuidade da justiça do trabalho, que não impõe ônus ao trabalhador demitido que move ação reclamatória contra seu empregador.

As provisões previdenciárias e tributárias se acumulam por diversos fatores, entre eles, complexa legislação, enormes exigências principais e acessórias, morosidade de julgamento e acúmulo de processos no judiciário, causadas pelo grande número de recursos que podem ser movidos contra as decisões judiciais. O elevado custo financeiro vigente no Brasil que, somado ao hábito dos governos de emitir planos de perdão fiscal e financiamento de débitos a longo prazo, tipo Refis, incentivam as empresas a se autofinanciarem deixando de recolher os tributos que geram estas provisões. Com isto num segundo momento ao serem acessadas pela fiscalização as empresas podem ser autuadas, gerando as provisões PTTs.

Assim, o trabalho teve uma importante contribuição que foi conciliar as teorias sobre gerenciamento de resultados com a prática contábil, e fiscal, numa economia emergente como a brasileira. A pesquisa mostrou ainda a complexidade do sistema tributário e o acúmulo de processos judiciais, que são fontes de incertezas e convertem-se em custo Brasil, tornando mais difícil as decisões e a administração de empreendimentos no país. Estes resultados não poderiam ser atingidos nas pesquisas tradicionais sobre GR, uma vez que estudam *accruals* agregados, independentemente das características individuais de cada *accrual* e da forma com que cada um é usado para a prática de GR.

O objetivo foi analisar se há indícios de que os resultados das empresas, apurados antes da constituição das provisões PTTs, interferiram nas decisões de constituí-las ou não, configurando possível prática de GR. Para isto, foram efetuados cálculos econométricos, baseados na literatura contábil. As análises foram por séries temporais, consistentes com o proposto por Eckel (1981) que afirma não fazer sentido analisar alisamento de resultado em um só período, pois está implícito um padrão de comportamento no decorrer do tempo, por isso os

testes empíricos para examinar o comportamento de alisamento de resultado devem ser feitos por este método econométrico.

Como objetivos específicos pretendeu-se verificar prática de alisamento de resultados, com as variáveis representativas do lucro antes das provisões, e bba com as variáveis pequenos resultados positivos, prejuízo e com lucro antes das provisões. Pretendia-se também investigar se a existência de passivos contingentes gerava mais contabilização de provisões PTTs. Pelas análises estatísticas reportadas na tabela 24, pode-se observar que as provisões PTTs estão relacionadas com o lucro líquido antes de sua constituição. Este foi um dos importantes achados desta pesquisa, pois sinaliza que há outros fatores que influenciam na decisão dos gestores ao constituí-las, diferentes das diretrizes impostas pelo CPC 25. As normas do CPC estabelecem que se deve constituir provisão se, for mais provável que sim do que não, que haverá uma saída de caixa futura e, que o valor possa ser razoavelmente estipulado. Não é apenas o fato de uma exigência ser provável que é levado em conta no momento de se constituir provisões PTTs. A pesquisa mostrou que é considerado o lucro antes das provisões e, também a existência de contingências influenciam na decisão de se constituir estas provisões. Estas conclusões reafirmam a presunção de que as provisões PTTs são totalmente discricionárias e, o fato destes resultados serem observados para empresas participantes dos dois índices da B3, positiva a hipótese de que provisões PTTs podem ser usadas no Brasil para prática de GR.

No que concerne aos objetivos específicos, foi verificado que há sinais de prática de alisamento de resultado e de bba com as provisões PTTs nos dois índices, embora não tenha sido confirmado o uso de todas as variáveis explicativas para esta prática. Para convalidar os resultados para o total das empresas de cada índice foi efetuada análise por setor econômico, reportada na tabela 28, que se mostrou inconclusiva, pois não houve significância para os coeficientes calculados.

As variáveis consideradas como explicativas no estabelecimento das hipóteses podem ou não estar presentes nas demonstrações financeiras de uma empresa. Devido a este fato foram usadas diversas variáveis e testadas várias proposições. A pesquisa atingiu com detalhes seus objetivos pois, concluiu-se com fundamentos estatísticos e por procedimentos variados que resultados apurados antes da constituição de provisões PTTs, interferem nas decisões de constituí-las ou não, o que configura prática de GR. As investigações relacionadas aos objetivos

específicos demonstraram que algumas empresas podem praticar alisamento de resultados, mas que a prática de bba é muito utilizada, indiferente do tamanho da empresa da amostra

A significância do passivo contingente para a constituição de provisões foi outra descoberta importante. Ao receber um processo trabalhista ou uma autuação, a gestão deve decidir em última instância se, pelas suas características fará a classificação como provisão ou contingência. As contingências não deveriam ter relação com provisões já levadas a resultados, pois tratam-se de eventos independentes. A pesquisa, no entanto, mostrou com alto percentual de significância que há dependência entre provisões e contingências. A não rejeição da hipótese H6 da pesquisa indicou que em relação à possibilidade de GR, as empresas que possuem grande quantidade de contingências passivas, mostraram-se mais propensas a contabilizar provisões PTTs, isto pode indicar que as empresas preferem decidir o momento mais oportuno para constituir suas provisões. Nesta situação, as empresas podem, por exemplo, aguardar que seja proferida sentença judicial e com base nela, constituir as provisões.

Outra atitude seria manter o contencioso relativo a PTTs como contingência, até que um resultado contábil mais conveniente possa suportar a sua contabilização. A informação contábil é importante pois, revela aos usuários fatos importantes da atividade econômica e financeira das empresas. Como resultado das análises estatísticas, apurou-se que empresas usam contingências para gerenciar resultados. Ao analisar os demonstrativos financeiros, recomenda-se especial atenção ao volume das contingências contábeis pois, podem indicar GR, por postergação da contabilização de provisões PTTs e às reversões efetuadas que podem indicar reversão de provisões constituídas em exercícios passados, para prática de bba. Movimentações anormais ocorridas nas contingências podem ser um sinal de GR.

A discussão de uma reforma tributária no Brasil é pauta recorrente nos últimos governos. Há consenso que o país necessita de reforma tributária. Esta reforma, no entanto, deveria ser feita no sentido da simplificação. O processo tributário necessita ser desburocratizado e as obrigações acessórias que causam altos custos à economia deveriam ser minimizadas. Os altos volumes de PTTs refletem um sistema caótico e as incertezas que permeiam o cotidiano das empresas. Por outro lado, a reforma trabalhista já introduzida pelo governo está alinhada com estas sugestões e poderá ser um fator de redução no volume de processos trabalhistas.

Esta pesquisa embora tenha estudado detalhadamente as possibilidades e práticas de GR, uma vez que analisou cada uma das provisões PTTs e os fatos históricos que levaram ao seu crescimento no Brasil, apresenta uma característica comum de outras pesquisas sobre GR, identifica-se com base na teoria que empresas praticam GR, mas não se pode individualizar esta prática para determinada empresa. Outra limitação foi que como não estava no escopo deste trabalho, não foi possível efetuar estudo comparativo com as mesmas provisões em relação a outros países, principalmente aqueles de economias emergentes, sugere-se que este tema seja estudado em futuras pesquisas. Recomenda-se em futuras pesquisas, incluir outras provisões, como aquelas para processos cíveis, e os processos ambientais. Outro tema importante a ser estudado futuramente seria verificar a influência dos processos judiciais e de autuações fiscais em todos os níveis da federação, seja federal, estadual ou municipal no chamado custo Brasil e, analisar se isto é uma fonte de desincentivo a novos investimentos no país. Sugere-se ainda, que seja estudado elevado número e valor de débitos do setor público com a previdência social e as causas e motivos desta acumulação.

A conclusão geral do trabalho, que aceitou quatro hipóteses e teve duas rejeitadas, é que para as empresas analisadas foram verificados sinais de prática de *alisamento de resultado e de bba*. Assim, parece que as empresas preferem apresentar resultados mais estáveis no decorrer do tempo, ou elevar o valor das despesas contabilizadas, isto pode até ser justificado pelo conservadorismo contábil, e com isto criar reservas para melhorar o resultado no futuro, ou até para deixar de constituir futuras provisões.

6 - REFERÊNCIAS

AHMED, A.; ABDU. Y. M.; ABDULMAROOPH O. A. *Loan Loss Provision and Earnings Management in Nigerian Deposit Money Banks. Mediterrranean Journal of Social Sciences. MCSER Publishing. Rome. Italy.* v. 5 nº 17. DOI 10.5901/mjss. 2014.

ALLEN, E. J.; LARSON, C. R.; SLOAN, R. G. *Accrual reversals, earnings and stock returns. Journal of Accounting and Economics*, v. 56, nº 1, p. 113-129, 2013.

ALMEIDA, J.E.F. **Earnings Management no Brasil: Estudo Empírico em Indústrias e Grupos Estratégicos.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCEPE, Vitória. 2006, p.74.

ATKINSON, A. C. *Fast very robust methods for the detection of multiple outliers. Journal of the American Statistical Association*, v. 89, nº 428, p. 1329 - 1339, 1994.

AWIDAT, M.; VLADAN, P. *An Overview of Earnings Management Measurement Approaches: Development and Evaluation. Facta Universitatis Series: Economics and Organization* v. 11, nº 1, p. 21 - 36. 2014.

BASU, S. *The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. Journal of accounting and economics.* v. 24, p. 3-37. 1997.

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. *The Role of Accruals in Asymmetrically Timely Gain and Loss recognition. JAR*, 2006.

BRASIL. LEI 6404 de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades Anônimas Brasília, DF. Disponível:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm Acesso em: 28.01.2018.

_____. CNJ – Justiça em números 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-justica-em-numeros>. Acessado em 15/11/2016.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Código Penal Brasileiro. Lei 9.983, de 14.07.2000

_____. Lei n. 8212/91. Dispõe sobre os Planos de Custeio da Previdência Social e Brasília, Senado, 2014.

_____. SRF - Plano Anual da Fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil para o ano-calendário de 2016: quantidade, principais operações fiscais e valores esperados de recuperação de crédito tributário. Disponível:<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/resultados/fiscalizacao/arquivos-e-imagens/plano-anual-fiscalizacao-2016-e-resultados-2015.pdf>> Acessado 28.01.2018

_____. Presidência da República. Portaria 400. Brasil, DOU de 20/07/2017 (nº 138, Seção 1, pág. 13)

BABER, R. W.; KANG, S.; LI. *Modeling Discretionary Accrual Reversal and the Balance Sheet as an Earnings Management Constraint. The Accounting Review -American Accounting Association*. v. 86, nº 4. DOI: 10.2308/accr-10037. 2011.

BUCKMASTER, D. *Development of Income Smoothing Literature 1893-1998: A focus on the United States. Studies in the Development of Accounting*. 2001.

BUCKMASTER, D.; DICHEV, I. *Earnings management to avoid earnings decrease e losses. Journal of Accounting and Economics*. New York: v. 24, nº 1, p.99-126, dec. 1997.

B3. Índices SMLL e LMCX – Composição:

<http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-segmento/indice-small-cap-smll.htm e [índice MLCX.html](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-segmento/indice-mlcx.htm)> acessado 28.01.2018

CHALAYER, S.; DUMONTIER, P. *Performances économiques et manipulations comptables: une approche empirique. Actes du congrès de l'AFC*, p. 803-818, 1996.

CHAN, L. H.; CHEN, K. C.; CHEN, T. Y.; YU, Y. *Substitution between real and accruals-based earnings management after voluntary adoption of compensation claw back provisions. The Accounting Review*, v. 90(1), p. 147-174. 2014.

CHANG, R.D.; SHEN, W.H; FANG, C. J. *Discretionary loan loss provisions and earnings management for the banking industry. International Business & Economics Research Journal (IBER)*, v. 7, n. 3, 2011.

COELHO, A. C. D.; LOPES, A. B. Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. SPE2, p. 122-144, 2007.

COSTA, M. S. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.20, n.59, p. 111-131. ISSN 1806-9053.2005.

DANI, A. C.; PANUCCI FILHO L.; SANTOS, C. A.; KLANN, R. C. Utilização de Provisões para a Prática de Gerenciamento de Resultados em Empresas Brasileiras. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(3), 37- 56 (2017).

DEANGELO, L. E. *Accounting numbers as market valuation substitutes: A study of management buyouts of public stockholders. Accounting Review*, p. 400-420, 1986.

DECHOW, P.; DICHEV, I. D. *The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. The accounting review*, v. 77, nº s-1, p. 35-59, 2002.

DECHOW, P.; SLOAN, R.; SWEENEY, A. *Detecting earnings management. The Accounting Review*. Sarasota: v. 70, nº.2, p.193-225, April 1995.

_____. *Detecting Earnings Management: A New Approach. Journal of Accounting Research*. vol. 50 nº. 2. 2012.

DEGEORGE, F.; PATEL, J.; ZECKHAUSER, R. *Earnings management to exceed thresholds. The Journal of Business*, v. 72, nº 1, p. 1-33, 1999.

DUARTE, P.C.; LAMOUNIER, W.M.; TAKAMATSU, R.T. Modelos econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 4., 2007, São Paulo. *Anais*. São Paulo: FEA-USP, 2007.

BRAD, L., DOBRE, F., CIOBANU, R., *Evidence of no difference between the value of discretionary accruals computed using the Romanian Accounting Standards and the International Financial Reporting Standards. Proceedings of the 9th International Conference Accounting and Management Information Systems AMIS 2014*. Bucharest. June 11-12. 2014. p. 556-567.

ECKEL, N. *The Income Smoothing Hypothesis Revisited*, **Abacus**. v. 17, nº 1, p. 28-40, 1981.

FAJARDO, B. A.G.; MARTINS, J.; LEVY, J. Autuações Bilionárias da Receita Federal podem reverter queda da arrecadação? Entrevista [setembro, 2015] concedida ao jornal Brasil Econômico. Trecho reproduzido por Maira Teixeira no site IG, acessado 28.01.2018.

FÁVERO, L. P. **Análise de Dados**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2015.

FAVORETTO, A. B.; CORRÊA, F. P.; SILVA, F. L. da, e GRECCO, M. C. P. O Gerenciamento de Resultados Contábeis e o Controle de Provisões. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, 4(2), 115-127. 2017.

FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A.; ROSA, C. A. VICENTE, E. F. R. Relevância das contingências ambientais: uma investigação nas empresas brasileiras. **Contabilidade y Negocios**, v. 9 nº 18, p. 58-74, 2014

FIELD A. Descobrimos a estatística usando SPSS. 2a ed. Porto Alegre: Artmed; 2009.

FORMIGONI, H.; ANTUNES, M. T. POMPA; PAULO, E. Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras. **BBR Brazilian Business Review**, v. 6, n. 1, p. 44-61, 2009.

_____. ANTUNES, M. T. P.; PAULO, E.; PEREIRA, C. A. Estudo sobre os incentivos tributários para O gerenciamento de resultados contábeis as companhias abertas brasileiras. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. v. 9, nº 1, p. 41-52, janeiro/março 2012.

GRIFFITHS, I. *Creative accounting – How to make your profits what you want them to be, 2 + 2 = 5*. Unwin Hyman Limited. London. 1987.

GU, Z.; LEE, C. J.; ROSSETT, J. G. What determines the variability of accounting accruals? **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 24, p. 313-334. 2005.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica-5**. AMGH Editora, 2011. p. 120.

HAYN, C. *The information content of losses*. **Journal of accounting and economics**, v. 20, nº 2, p. 125-153, 1995.

HAUSMAN, J. A. *Specification tests in econometrics*. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 1251-1271, 1978.

HAWKINS, D. M.: **Identification of Outliers**. Chapman and Hall, London – New York 1980, p. 1-174.

HEALY, P. *Discussion of a market-based evaluation of discretionary accrual models*. **Journal of Accounting Research**, p. 107-115, 1996.

_____. WAHLEN, J. M. *A review of the earnings management literature and its implications for standard setting*. **Accounting horizons**, v. 13, nº 4, p. 365-383, 1999.

KELLER, H. **The history of my life**. Double day, Page & Co. NY, 1903.

HOLLAND, M.; XAVIER, C. L. Dinâmica e competitividade setorial das exportações brasileiras: uma análise de painel para o período recente. **Economia e Sociedade**, v. 14, nº 1, p. 85-108, 2005.

HUANG, S.; ROYCHOWDHURY, S.; SLETTEN, E. **Does Litigation Encourage or Deter Real Earnings Management?** 2017.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS FOUNDATION). *Training Material for the IFRS for SMEs* London. 2013.

_____. *Summary of tentative decision on the conceptual framework for financial reports*. London. 2017 s.n.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JONES, J. J. *Earnings management during import relief investigations*. **Journal of Accounting Research**. Oxford: v. 29, nº 2, p.193-228, autumn 1991.

JENSEN, M. L C.; MECKLING, W. H. *Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. *Prospect theory: An analysis of decision under risk*. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 263-291, 1979.

KANG, S.-H.; SIVARAMAKRISHNAN, K. *Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach*. **Journal of accounting Research**, p. 353-367, 1995.

KELLER, A. E. *Optimism an Essay*. T. Y. Crowell and Company. New York.1903

KEUNG, E.; SHIH, M. S. H. *Measuring discretionary accruals: are ROA-matched models better than the original Jones-type models?* **Review of Accounting Studies**, v. 19, nº 2, p. 736-768, 2014.

KIRSCHENHEITER, M.L; MELUMAD, N. D. *Can “Big Bath” and Earnings Smoothing Co-exist as Equilibrium Financial Reporting Strategies?* **Journal of Accounting Research**, v. 40, nº 3, p. 761-796, 2002.

LEUZ, C.; NANDA, D.; WYSOCKI, P. D. *Earnings management and investor protection: an international comparison.* **Journal of financial economics**, v. 69, nº 3, p. 505-527, 2003.

MARD, Y. *Les sociétés françaises cotées gèrent-elles leurs chiffres comptables afin d'éviter les pertes et les baisses de résultats?* **Comptabilité - Contrôle-Audit**, nº. 2, p. 73-98, 2004.

MARQUARDT, C. A.; WIEDMAN, C. I. *How are earnings managed? an examination of specific accruals**. **Contemporary Accounting Research**, v. 21, nº 2, p. 461-491, 2004.

MARTINS G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. Atlas, 2007.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Detectando Earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista Contabilidade e Finanças**. 2008.

MCNICHOLS, M. *Research design issues in earnings management studies.* **Journal of Accounting and Public Policy**. v.19, p.313 -345. 2000.

_____. WILSON, P.G. *Evidence of earnings management from the provision for bad debts.* **Journal of accounting research**, p. 1-31, 1988.

MICHELSON, S.; WOOTTON, C. W.; JORDAN-WAGNER, J. *An Analysis of Income Smoothing.* **International Business & Economics Research Journal (IBER)**, v. 2, n. 1, 2011.

MOEHRLE, S. R. *Do firms use restructuring charge reversals to meet earnings targets?* **The Accounting Review**, v. 77, nº 2, p. 397-413, 2002.

MULFORD, C.; COMISKEY, E. *The financial numbers game. Detecting creative accounting practices.* **John Wiley & Sons Inc**. 2002.

MURPHY, K. J.; ZIMMERMAN, J. L. *Financial performance surrounding CEO turnover.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 16, n. 1, p. 273-315, 1993.

NEDER, H.D. **Variáveis instrumentais e estimação GMM**. Uberlândia. 21/11/2008. 97 slides. Apresentação em *Power Point*.

NIEKEN, P.; SLIWKA, D. *Management Changes, Reputation, and “Big Bath”—Earnings Management*. *Journal of Economics & Management Strategy*, v. 24, nº 3, p. 501-522, 2015.

NORDEN, L.; STOIAN, A. *Bank earnings management through loan loss provisions: a double-edged sword?* *Working Paper*. 2013.

PAE, J. *A Synthesis of Accrual Quality and Abnormal Accrual Models: An Empirical Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals*. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, v. 24, nº 1, p. 5-22, 2005.

PALEPU, K. G.; HEALY, P. M.; BERNARD, V. L. *Business analysis e valuation: using financial statements*. 3 rd ed. Ohio: *Thomson Learning*, 2004.

PAOLETTI, M. R. **Crterios para formao de provises para riscos tributrios, cveis e trabalhistas**. 2009. Dissertao (Mestrado em Cincias Contbeis) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, So Paulo.

PARK H. M. *Practical guides to panel data modeling: a step-by-step analysis using stata*, *Working Paper*. Graduate School of International Relations, International University of Japan, 2011.

PAULO, E. **Manipulao das informaes contbeis: uma anlise terica e emprica sobre os modelos operacionais de deteco de gerenciamento de resultados**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de So Paulo.

PASTORE, J.; EDUARDO, G. **O acmulo de aes trabalhistas**. 28/02/2014. Disponvel em: <http://www.sincovaga.com.br/CT/Noticias/Noticia.aspx?noticia=23731>. Acesso em 16 de dez 2016.

PAZZIANOTTO, A. P. **Relatrio anual do TST – II. O Estado de So Paulo**. 2015.

PEEK, E. *The use of discretionary provisions in earnings management: Evidence from the Netherlands*. *Journal of International Accounting Research*, v. 3, nº 2, p. 27-43, 2004.

PETRONI, K. *Ruby. Optimistic reporting in the property-casualty insurance industry*. *Journal of Accounting and Economics*, v. 15, nº 4, p. 485-508, 1992.

PINCHES, G. E. *Essentials of Financial Management*. 2. ed. New York: Harper & Row Publishers, 1987.

PORTELLA, A. R.; OLIVEIRA, M. C.; ELIAS, T. M.; LORANDIE, J. A. **Passivos contingentes: um estudo nas maiores companhias abertas do estado de Santa Catarina, Brasil**. *RIGC* - Vol. XIII, nº 25, 2015.

RESENDE, A. J.: **Avaliao Do Impacto Dos Incentivos Fiscais Sobre Os Retornos E As Polticas De Investimento E Financiamento Das Empresas**. Tese (Livre-docncia) – Faculdade de Economia, Administrao e Contabilidade de Ribeiro Preto, Universidade de So Paulo, Ribeiro Preto. 2015, 180 p.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: mtodos e tcnicas*. So Paulo: **Atlas**, 1999.

RIBEIRO, A. C. **Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2012, 89 p.

RODRIGUES, A.; MARTINS, E. Gerenciamento da informação contábil através das provisões técnicas constituídas por sociedades seguradoras. **Revista Universo Contábil**, v. 6, nº 1, p. 46-66, 2009.

SCHEFFLER, A. P. **Cipoal Legislativo – Produção de leis sem aplicar as existentes**. 2010. Disponível em http://blogdainseguranca.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html. Acessado em 19/08/2015.

SCHIPPER, K.E. *Commentary on earnings management*. **Accounting horizons**, v. 3, nº 4, p. 91-102, 1989.

SELLAMI, M. *Incentives and constraints of real earnings management: The literature review*. **International Journal of Finance and Accounting**, 4(4), 206-213.2015.

SHEVLYAKOV, G.; PAVEL S. P. *Robust Estimation of the Correlation Coefficient: An Attempt of Survey*. **AUSTRIAN JOURNAL OF STATISTICS** v. 40 nº 1 & 2, p. 147–156, 2011.

SILVA, G. C. P.; MACEDO PINTO, S. K.; PAULO, E. Gerenciamento de Resultados: Uma Comparação Entre As Companhias Abertas Brasileiras Que Divulgam e Não Divulgam O *Guidance*. **Revista De Administração E Contabilidade-Rac (Iesa)**, v.15 p.30. 2017.

SILVA, M. F. R. **A judicialização do Contrato Previdenciário e o impacto do custo administrativo das demandas judiciais para as atividades que são desenvolvidas pelas entidades de Previdência Complementar**. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012, 88 p.

STOLOWY, H.; BRETON, G. *Accounts manipulation: A literature review and proposed conceptual framework*. **Review of Accounting and Finance**, v. 3, n. 1, p. 5-92, 2004.

SUN, L.; RATH, S. *Earnings management research: a review of contemporary research methods*. **Global Review of accounting and Finance**, v. 1, n. 1, p. 121-135, 2010.

VAN TENDELOO, B.; VANSTRAELEN, A. *Earnings management under German GAAP versus IFRS*. **European Accounting Review**, v. 14, nº 1, p. 155-180, 2005.

VARSANO, R. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. **IPEA - Pesquisa e Planejamento Econômico**. Brasília. v. 27 nº 1 p. 1-40, 1997.

VLADU, A. B.; CUZDRIOREAN, D. D. *Detecting Earnings Management: Insights from the Last Decade Leading*. **Journals Published Research. Procedia Economics and Finance**, v. 15, p. 695-703, 2014.

YU, F. F. *Analyst coverage and earnings management*. ***Journal of Financial Economics***, v. 88, nº 2, p. 245-271, 2008.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. ***The Accounting Review***. v. 53, nº 1 p. 112-134, 1978.

_____. *Positive accounting theory*. Englewood Cliffs, NJ: **Prentice-Hall**. 1986

WOOLDRIDGE, J. M. *Introductory econometrics: a modern approach*. 2nd ed. **Ohio: South-Western College Pub**, 2002.

ZENDERSKY, H. C. **Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: 2000 a 2004**. Brasília, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ZICKE, J., CZERMIN, SVEN. ***The discretionary use of provisions – Evidence from Germany***. SSRN, Disponível: < <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2517375>. 2014> acessado 28.01.2018

7 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Tabela 30 - Composição do índice SMLL - março/2014

	Código	Ação	Qtde. Teórica	Part. (%)
1	ABEV3	AMBEV S/A	4.342.975.742	7,333
2	AZUL4	AZUL	305.757.770	0,693
3	BBAS3	BRASIL	1.226.268.476	3,395
4	BBDC3	BRADESCO	796.825.129	2,102
5	BBDC4	BRADESCO	2.932.656.271	8,126
6	BBSE3	BBSEGURIDADE	671.580.824	1,536
7	BRFS3	BRF SA	799.005.245	2,921
8	BRKM5	BRASKEM	264.585.722	0,894
9	BRML3	BR MALLS PAR	838.218.545	0,934
10	BVMF3	BMFBOVESPA	2.035.474.854	3,824
11	CCRO3	CCR SA	1.115.695.556	1,557
12	CIEL3	CIELO	1.117.071.941	1,925
13	CMIG4	CEMIG	832.479.513	0,537
14	CPFE3	CPFL ENERGIA	461.726.179	1,006
15	CSAN3	COSAN	153.658.655	0,444
16	CSNA3	SID NACIONAL	601.219.554	0,438
17	EGIE3	ENGIE BRASIL	203.865.231	0,594
18	ELET3	ELETRONBRAS	269.694.241	0,422
19	ELET6	ELETRONBRAS	225.964.766	0,41
20	EMBR3	EMBRAER	733.530.687	1,06
21	ENBR3	ENERGIAS BR	295.233.783	0,355
22	ENGI11	ENERGISA	240.443.589	0,486
23	EQTL3	EQUATORIAL	198.078.980	0,972
24	FIBR3	FIBRIA	229.520.397	0,794
25	FLRY3	FLEURY	306.474.828	0,718
26	GGBR4	GERDAU	995.089.468	0,866
27	HYPE3	HYPERMARCAS	397.066.972	1,014
28	ITSA4	ITAUSA	3.860.753.592	3,35
29	ITUB3	ITAUNIBANCO	317.859.006	0,97
30	ITUB4	ITAUNIBANCO	3.119.093.161	10,748
31	JBSS3	JBS	1.530.902.471	1,013
32	KLBN11	KLABIN S/A	513.709.337	0,754
33	KROT3	KROTON	1.459.253.798	2,235
34	LAME3	LOJAS AMERIC	193.242.999	0,242
35	LAME4	LOJAS AMERIC	669.275.886	1,005
36	LREN3	LOJAS RENNER	703.493.232	1,975
37	MDIA3	M.DIASBRANCO	85.095.091	0,334
38	MGLU3	MAGAZ LUIZA	43.540.936	0,247
39	MULT3	MULTIPLAN	89.361.034	0,517
40	NATU3	NATURA	172.202.209	0,427
41	PCAR4	P.ACUCAR-CBD	155.296.870	0,932
42	PETR3	PETROBRAS	2.708.734.721	3,455
43	PETR4	PETROBRAS	4.124.795.738	5,073
44	PSSA3	PORTO SEGURO	93.605.191	0,278

Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
Continuação tabela 30				
45 QUAL3	QUALICORP	ON NM	239.871.495	0,705
46 RADL3	RAIADROGASIL	ON EJ NM	211.231.473	1,243
47 RAIL3	RUMO S.A.	ON NM	851.388.595	0,799
48 RENT3	LOCALIZA	ON EJ NM	164.613.085	0,765
49 SANB11	SANTANDER BR	UNT	382.239.645	0,837
50 SBSP3	SABESP	ON NM	339.985.584	0,889
51 SUZB5	SUZANO PAPEL	PNA N1	465.209.171	0,7
52 TIMP3	TIM PART S/A	ON NM	808.311.315	0,758
53 TRPL4	TRAN PAULIST	PN N1	98.764.861	0,536
54 UGPA3	ULTRAPAR	ON NM	540.419.605	3,271
55 USIM5	USIMINAS	PNA N1	510.965.930	0,311
56 VALE3	VALE	ON N1	3.001.189.620	7,64
57 VIVT4	TELEF BRASIL	PN	415.110.664	1,672
58 WEGE3	WEG	ON NM	569.478.874	0,963
Quantidade Teórica Total			51.029.158.107	100
Redutor			893.696.630,99	

Fonte: B3

Tabela 31 - Composição índice MLCX - março/2014

NR	AÇÃO	CODIGO	Quantidade	Preço	Valor Econômico	%
1	AMBEV S/A	ABEV3	4.420.196.564	16,30	72.049.203.993,20	11.462
2	ANHANGUERA	AEDU3	433.509.828	13,80	5.982.435.626,40	0,952
3	ARTERIS	ARTR3	105.881.135	18,42	1.950.330.506,70	0,31
4	BRASIL	BBAS3	869.869.347	23,41	20.363.641.413,27	3.239
5	BRADESCO	BBDC3	553.151.474	34,25	18.945.437.984,50	3.014
6	BBSEGURIDADE	BBSE3	675.000.000	26,13	17.637.750.000,00	2.806
7	BRADESPAR	BRAP4	222.485.404	19,30	4.293.968.297,20	0,683
8	BRF SA	BRFS3	812.132.209	50,50	41.012.676.554,50	6.524
9	BRASKEM	BRKM5	264.588.096	15,22	4.027.030.821,12	0,641
10	BR MALLS PAR	BRML3	431.247.384	19,19	8.275.637.298,96	1.316
11	BMFBOVESPA	BVMF3	1.853.567.260	11,40	21.130.666.764,00	3.361
12	CCR SA	CCRO3	861.282.756	17,45	15.029.384.092,20	2.391
13	CESP	CESP6	181.698.918	26,43	4.802.302.402,74	0,764
14	COMGAS	CGAS5	22.643.386	49,05	1.110.658.083,30	0,177
15	CIELO	CIEL3	668.273.790	39,50	26.396.814.705,00	4.199
16	CEMIG	CMIG3	206.290.633	17,13	3.533.758.543,29	0,562
17	CPFL ENERGIA	CPFE3	293.368.788	18,91	5.547.603.781,08	0,883
18	COPEL	CPLE6	100.946.948	31,95	3.225.254.988,60	0,513
19	SOUZA CRUZ	CRUZ3	378.068.610	20,35	7.693.696.213,50	1.224
20	COSAN	CSAN3	104.967.998	38,24	4.013.976.243,52	0,639
21	SID NACIONAL	CSNA3	702.056.615	8,56	6.009.604.624,40	0,956
22	CETIP	CTIP3	249.452.913	28,41	7.086.957.258,33	1.127
23	CYRELA REALT	CYRE3	181.249.160	13,52	2.450.488.643,20	0,390
24	DURATEX	DTEX3	238.259.894	9,65	2.299.207.977,10	0,366
25	ECORODOVIAS	ECOR3	200.547.177	13,33	2.673.293.869,41	0,425
26	ELETROBRAS	ELET3	221.661.979	7,78	1.724.530.196,62	0,274
27	EMBRAER	EMBR3	730.421.645	19,28	14.082.529.315,60	2.240
28	ESTACIO PART	ESTC3	290.030.059	23,88	6.925.917.808,92	1.102
28	ESTACIO PART	ESTC3	290.030.059	23,88	6.925.917.808,92	1.102
29	FIBRIA	FIBR3	222.308.001	22,20	4.935.237.622,20	0,785
30	AES TIETE	GETI3	56.427.768	14,60	823.845.412,80	0,131
31	GERDAU	GGBR3	100.264.457	10,81	1.083.858.780,17	0,172
32	GERDAU MET	GOAU4	268.526.346	16,16	4.339.385.751,36	0,690
33	HYPERMARCAS	HYPE3	334.151.314	16,43	5.490.106.089,02	0,873
34	ITAUSA	ITSA4	2.830.093.979	9,80	27.734.920.994,20	4.412
35	ITAUNIBANCO	ITUB3	237.181.352	34,35	8.147.179.441,20	1.296

Tabela 31 - continuação

36 JBS	JBSS3	1.600.689.365	7,70	12.325.308.110,50	1.961
37 KLABIN S/A	KLBN4	1.131.569.900	2,30	2.602.610.770,00	0,414
38 KROTON	KROT3	205.580.210	47,76	9.818.510.829,60	1.562
39 LOJAS AMERIC	LAME3	129.117.541	14,25	1.839.924.959,25	0,293
40 LOJAS RENNER	LREN3	123.731.547	65,60	8.116.789.483,20	1.291
41 M.DIASBRANCO	MDIA3	28.931.996	96,38	2.788.465.774,48	0,444
42 MULTIPLAN	MULT3	78.912.965	49,28	3.888.830.915,20	0,619
43 NATURA	NATU3	168.289.648	38,19	6.426.981.657,12	1.022
44 OI	OIBR3	162.715.179	2,25	366.109.152,75	0,058
45 P.ACUCAR-CBD	PCAR4	159.510.159	105,50	16.828.321.774,50	2.677
46 PETROBRAS	PETR3	2.708.517.105	15,63	42.334.122.351,15	6.735
47 PORTO SEGURO	PSSA3	93.917.748	32,50	3.052.326.810,00	0,486
48 LOCALIZA	RENT3	142.537.507	33,30	4.746.498.983,10	0,755
49 SANTANDER BR	SANB11	924.867.316	14,90	13.780.523.008,40	2.192
50 SABESP	SBSP3	339.985.611	21,12	7.180.496.104,32	1.142
51 SUZANO PAPEL	SUZB5	461.276.773	7,27	3.353.482.139,71	0,533
52 TAESA	TAEE11	93.446.544	19,95	1.864.258.552,80	0,297
53 TRACTEBEL	TBLE3	203.983.327	33,16	6.764.087.123,32	1.076
54 TIM PART S/A	TIMP3	804.866.739	12,10	9.738.887.541,90	1.549
55 ULTRAPAR	UGPA3	530.378.636	55,98	29.690.596.043,28	4.723
56 USIMINAS	USIM3	173.356.454	8,01	1.388.585.196,54	0,221
57 VALE	VALE3	1.262.807.243	29,40	37.126.532.944,20	5.906
58 TELEF BRASIL	VIVT4	261.308.985	46,84	12.239.712.857,40	1.947
59 WEG	WEGE3	279.367.623	26,91	7.517.782.734,93	1.196

Fonte:B3

As variações para cada índice e para a amostra agregada dos dois índices é exposta nas tabelas de Nr 32 a 34, onde pode-se ver as estatísticas descritivas de cada variável. As tabelas foram devidamente conferidas, por exemplo: despesas de provisões não pode ter valores positivos, reversões de provisões não pode ter valores negativo. As tabelas referidas sintetizam os dados de todas as variáveis usadas para as estimações estatísticas efetuadas.

Tabela 32 - Estatísticas Descritivas - Amostra Total

Variable		Mean	Std. Dev.	Min	Max	Observations
trabadd	overall	-56978.24	215331.3	-2434330	0	N = 768
	between		86467.35	-419029.5	0.00E+00	n = 128
	within		197331.5	-2.07E+06	3.62E+05	T = 6
trabrev	overall	13902.69	101600.9	0.00E+00	2.58E+06	N = 766
	between		41601.4	0.00E+00	432857	n = 128
	within		92732.39	-418954.3	2165119	T-bar = 5.98438
trabtot	overall	-43111.76	208892.5	-2340000	1.81E+06	N = 768
	between		84092.83	-418221.5	292038.3	n = 128
	within		191338.9	-1964890	1.48E+06	T = 6
tribadd	overall	-62608.07	267638.5	-3999418	0	N = 766
	between		113365	-6.83E+05	0.00E+00	n = 128
	within		242547.5	-3.38E+06	620608.6	T-bar = 5.98438
tribrev	overall	27846.51	139378.3	0.00E+00	1762161	N = 760
	between		73473.38	0	6.26E+05	n = 128
	within		118727	-532373.3	1469255	T-bar = 5.9375
tribtot	overall	-35135.51	253164.9	-3.60E+06	1.66E+06	N = 768
	between		100992.9	-609884	252421.7	n = 128
	within		232291.6	-3.02E+06	1.37E+06	T = 6
totadd	overall	-119408.4	3.87E+05	-4.52E+06	0	N = 768
	between		1.74E+05	-9.99E+05	-7.27E+01	n = 128
	within		3.46E+05	-3.86E+06	8.79E+05	T = 6
totrev	overall	41167.08	1.77E+05	-5.56E+04	2.58E+06	N = 768
	between		9.13E+04	-5.12E+01	7.35E+05	n = 128
	within		1.52E+05	-5.94E+05	2.16E+06	T = 6
provtot	overall	-7.84E+04	3.62E+05	-4.52E+06	1.81E+06	N = 768
	between		1.55E+05	-9.07E+05	3.08E+05	n = 128
	within		3.27E+05	-3.87E+06	1.43E+06	T = 6
contingtot	overall	-998073.6	2829895	-3.33E+07	0	N = 768
	between		1416921	-1.15E+07	-2273	n = 128
	within		2452290	-2.87E+07	8836769	T = 6
luli	overall	1110830	3965454	-2.16E+07	3.78E+07	N = 768
	between		3234120	-1328040	2.11E+07	n = 128
	within		2309432	-4.16E+07	2.08E+07	T = 6
passivo	overall	3.86E+07	1.58E+08	-9980031	1.36E+09	N = 768
	between		1.55E+08	-7137958	1.11E+09	n = 128
	within		3.47E+07	-3.15E+08	3.24E+08	T = 6
lulianprov	overall	1032445	3.98E+06	-2.16E+07	3.77E+07	N = 768
	between		3.23E+06	-1.42E+06	2.11E+07	n = 128
	within		2.33E+06	-4.17E+07	2.07E+07	T = 6
leverage	overall	2.205151	4.865674	-35.37186	81.80167	N = 768
	between		2.997217	-5.010506	18.88898	n = 128
	within		3.840578	-28.1562	65.11784	T = 6
spe	overall	0.2252604	0.4180259	0	1	N = 768
	between		0.3099331	0	1	n = 128
	within		0.2816262	-0.6080729	1.058594	T = 6
preju	overall	0.2057292	0.4044969	0	1	N = 768
	between		0.2591158	0	1	n = 128
	within		0.3113108	-0.6276042	1.039063	T = 6
smll	overall	0.5703125	0.4953541	0	1	N = 768
	between		0.4969766	0	1	n = 128
	within		0	0.5703125	0.5703125	T = 6
fxoper	overall	3031918	8068620	-1761129	6.81E+07	N = 768
	between		7946363	-304269.3	6.56E+07	n = 128
	within		1539346	-9557599	2.19E+07	T = 6

Fonte: Autoria Própria

Tabela 33 - Estatísticas descritivas - MLCX

Variable		Mean	Std. Dev.	Min	Max	Observations
trabadd	overall	-69401.24	225477.1	-2434330	0	N = 330
trabadd	between		84816.41	-419029.5	-6.166667	n = 55
trabadd	within		209178	-2084702	349628.3	T = 6
trabrev	overall	23198.17	151805.4	0	2584073	N = 330
trabrev	between		61307.38	0	432857	n = 55
trabrev	within		139080.6	-409658.8	2174414	T = 6
trabtot	overall	-46203.07	228990.7	-2275900	1812716	N = 330
trabtot	between		88890.78	-390789.3	292038.3	n = 55
trabtot	within		211317.9	-1931314	1474475	T = 6
tribadd	overall	-69335.01	209327.6	-2168275	0	N = 330
tribadd	between		86998.6	-374195.3	-714.5	n = 55
tribadd	within		190694.3	-1863415	304860.3	T = 6
tribrev	overall	37975.67	165537.8	0	1752263	N = 330
tribrev	between		94668.59	13.83333	625709.8	n = 55
tribrev	within		136296.9	-522244.2	1285096	T = 6
tribtot	overall	-31359.34	229900.7	-2152965	1658222	N = 330
tribtot	between		87073.96	-369695	252421.7	n = 55
tribtot	within		213043.8	-1814629	1374441	T = 6
totadd	overall	-138736.2	352969.7	-2789506	0	N = 330
totadd	between		136893	-558847.3	-720.6667	n = 55
totadd	within		325780.2	-2445730	342345.6	T = 6
totrev	overall	61173.84	230602	0	2584073	N = 330
totrev	between		123076.9	277.6667	734993	n = 55
totrev	within		195600.6	-574028.2	2183475	T = 6
provtot	overall	-77562.41	353449.2	-2774196	1812716	N = 330
provtot	between		128659.7	-477676.5	307768.7	n = 55
provtot	within		329582.4	-2374082	1427385	T = 6
contingtot	overall	-1457845	3734312	-3.33E+07	0	N = 330
contingtot	between		1817513	-1.15E+07	-2693.667	n = 55
contingtot	within		3269852	-2.92E+07	8376997	T = 6
huli	overall	2457396	5765403	-2.16E+07	3.78E+07	N = 330
huli	between		4609119	-1328040	2.11E+07	n = 55
huli	within		3509807	-4.03E+07	2.21E+07	T = 6
passivo	overall	8.60E+07	2.33E+08	-9980031	1.36E+09	N = 330
passivo	between		2.29E+08	-7137958	1.11E+09	n = 55
passivo	within		5.30E+07	-2.68E+08	3.71E+08	T = 6
hulianprov	overall	2379837	5769358	-2.16E+07	3.77E+07	N = 330
hulianprov	between		4607212	-1419285	2.11E+07	n = 55
hulianprov	within		3518761	-4.03E+07	2.21E+07	T = 6
leverage	overall	2.449849	3.763046	0	43.8238	N = 330
leverage	between		2.978712	0.2309647	14.42786	n = 55
leverage	within		2.328655	-7.218037	35.60577	T = 6
spe	overall	0.2242424	0.4177158	0	1	N = 330
spe	between		0.3321246	0	1	n = 55
spe	within		0.2566245	-0.6090909	1.057576	T = 6
preju	overall	0.1060606	0.3083828	0	1	N = 330
preju	between		0.1646909	0	0.5	n = 55
preju	within		0.261513	-0.3939394	0.9393939	T = 6
fxoper	overall	6335220	1.14E+07	-1145949	6.81E+07	N = 330
fxoper	between		1.13E+07	286643.7	6.56E+07	n = 55
fxoper	within		2248245	-6254297	2.52E+07	T = 6

Fonte: Autoria própria

Tabela 34 - Estatísticas descritivas - SMLL

Variable		Mean	Std. Dev.	Min	Max	Observations
trabrev	overall	-47618.46	207128.7	-2340000	0	N = 438
	between		87096.58	-418221.5	0	n = 73
	within		188157.6	-1969397	369362	T = 6
trabt	overall	6867.124	24683.58	0	335620	N = 436
	between		10825.73	0	61152.17	n = 73
	within		22204.8	-54285.04	281335	T-bar = 5.9726
trabt	overall	-40782.69	192607.5	-2340000	87000	N = 438
	between		80836.54	-418221.5	3386	n = 73
	within		175036.8	-1962561	376197.8	T = 6
tribadd	overall	-57516.57	304581.3	-3999418	0	N = 436
	between		130120.1	-683216.7	0	n = 73
	within		275599.9	-3373718	625700.1	T-bar = 5.9726
tribrev	overall	20072.98	114956.2	0	1762161	N = 430
	between		51669.85	0	320752.5	n = 73
	within		103405.5	-300679.5	1461481	T-bar = 5.89041
tribtot	overall	-37980.56	269594.2	-3596457	908659	N = 438
	between		110839.6	-609884	98664.17	n = 73
	within		246041	-3024554	772014.3	T = 6
totadd	overall	-104846.3	410556.2	-4516600	0	N = 438
	between		197853.3	-998802	-72.66667	n = 73
	within		360358.6	-3846498	893955.7	T = 6
totrev	overall	26093.49	120406.3	-55623	1762161	N = 438
	between		53084.33	-51.16667	327221.3	n = 73
	within		108221.9	-300710.8	1461033	T = 6
provtot	overall	-79008.3	367976.8	-4516600	546831	N = 438
	between		172482.8	-907268.7	69623.17	n = 73
	within		325571.8	-3871579	841040.7	T = 6
contingtot	overall	-651670.3	1810293	-1.30E+07	0	N = 438
	between		883540.2	-3394333	-2273	n = 73
	within		1582861	-1.13E+07	2742058	T = 6
luli	overall	96294.44	416556	-2237870	1572105	N = 438
	between		296275.6	-824064.8	781408.8	n = 73
	within		294523.4	-1965179	1016325	T = 6
passivo	overall	2884460	6701614	-6430698	6.07E+07	N = 438
	between		6463583	-3400465	4.43E+07	n = 73
	within		1900458	-1.31E+07	1.93E+07	T = 6
lulianprov	overall	17286.13	544207	-4398214	1569477	N = 438
	between		320138	-827800.8	777775.8	n = 73
	within		441413.1	-3872304	961717.8	T = 6
leverage	overall	2.020789	5.550909	-35.37186	81.80167	N = 438
	between		3.018413	-5.010506	18.88898	n = 73
	within		4.669692	-28.34056	64.93348	T = 6
spe	overall	0.2260274	0.4187354	0	1	N = 438
	between		0.2944574	0	1	n = 73
	within		0.2993764	-0.6073059	1.059361	T = 6
preju	overall	0.2808219	0.4499146	0	1	N = 438
	between		0.2911725	0	1	n = 73
	within		0.3444006	-0.5525114	1.114155	T = 6
fxoper	overall	543128.7	1372831	-1761129	1.37E+07	N = 438
	between		1244516	-304269.3	1.03E+07	n = 73
	within		594613.1	-9788083	3870679	T = 6
	between		1210610	-1.01E+07	-8114	n = 73
	within		662866.1	-4295330	8823952	T = 6

Fonte: Elaboração própria

Tabela 35- Correlações - TOTAL

TOTAL	TRABADD	TRABREV	TRABTOT	TRIBADD	TRIBREV	TRIBTOT	TOTADD	TOTREV	PROVTOT	CONTINGTOT	LULI	PASSIVO	LULIANPROV	LEVERAGE	SPE	PREJU	FXOPER
TRABADD	1																
TRABREV	-0,2981*	1															
TRABTOT	0,8858*	0,1786*	1														
TRIBADD	0,2773*	-0,0468	0,2632*	1													
TRIBREV	-0,1370*	0,0645	-0,1097*	-0,3583*	1												
TRIBTOT	0,2174*	-0,0139	0,2175*	0,8594*	0,1695*	1											
TOTADD	0,7480*	-0,1982*	0,6747*	0,8451*	-0,3237*	0,7145*	1										
TOTREV	-0,2788*	0,6238*	0,0158	-0,3077*	0,8198*	0,1245*	-0,3678*	1									
PROVTOT	0,6640*	0,0934*	0,7300*	0,7538*	0,0553	0,8258*	0,8901*	0,0963*	1								
CONTINGTOT	0,2389*	-0,1427*	0,1767*	0,2677*	-0,1920*	0,1771*	0,3180*	-0,2330*	0,2261*	1							
LULI	-0,0331	0,0239	-0,0223	-0,0059	0,0084	-0,0013	-0,0226	0,0209	-0,0138	-0,0171	1						
PASSIVO	0,0233	-0,0035	0,0225	-0,0129	-0,0089	-0,0181	0,0040	-0,0082	0,0003	-0,0012	0,5661*	1					
LULIANPROV	0,0274	0,0323	0,0441	0,0626	0,0134	0,0738*	0,0584	0,0296	0,0771*	0,0035	0,9959*	0,5645*	1				
LEVERAGE	-0,1008*	0,0069	-0,1004*	-0,2332*	-0,0028	-0,2487*	-0,2173*	0,0007	-0,2322*	-0,0165	0,1403*	0,3287*	0,1188*	1			
SPE	0,0297	-0,0250	0,0174	0,0398	-0,0700	0,0040	0,0436	-0,0680	0,0127	-0,0121	-0,1064*	-0,0574	-0,1050*	0,0243	1		
PREJU	-0,1950*	-0,0021	-0,2032*	-0,1924*	0,0005	-0,2024*	-0,2416*	0,0003	-0,2591*	-0,0549	-0,2066*	-0,0913*	-0,2296*	0,0042	0,0803*	1	
FXOPER	-0,0166	0,0188	-0,0077	-0,0038	0,0146	0,0044	-0,0120	0,0231	-0,0014	-0,0249	0,7642*	0,6818*	0,7619*	0,1652*	-0,0460	-0,1209*	1

Fonte: Autoria Própria

Variáveis:

TRABADD=Provisões trabalhistas adicionadas; TRABREV= Provisões trabalhistas revertidas; TRABTOT= Total das provisões trabalhistas; TRIBADD = Provisões tributárias adicionadas; TRIBREV= Provisões tributárias revertidas; TRIBTOT= Total das provisões tributárias; TOTADD = Total das provisões adicionadas; TOTREV= Total das provisões revertidas; PROVTOT= TOTADD – TOTREV; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; LULI= Lucro líquido; PASSIVO= Total do Passivo; LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; *LEVERAGE* = Ativo/PL; SPE= Pequenos resultados positivos; PREJU = Prejuízo; FXOPER = Fluxo de caixa operacional.

Tabela 36 – Correlações - MLCX

MLCX	TRABADD	TRABREV	TRABTOT	TRIBADD	TRIBREV	TRIBTOT	TOTADD	TOTREV	PROVTOT	CONTING	LULI	PASSIVO	LULIANPRO	LEVERAGE	SPE	PREJU	FXOPER
TRABADD	1.0000																
TRABREV	-0.3133*	1.0000															
TRABTOT	0.7770*	0.3544*	1.0000														
TRIBADD	0.3171*	-0.0510	0.2784*	1.0000													
TRIBREV	-0.1310*	0.0543	-0.0930*	-0.2650*	1.0000												
TRIBTOT	0.1944*	-0.0074	0.1865*	0.7197*	0.4787*	1.0000											
TOTADD	0.8268*	-0.2304*	0.6614*	0.7956*	-0.2409*	0.5510*	1.0000										
TOTREV	-0.3003*	0.6973*	0.1666*	-0.2238*	0.7536*	0.3388*	-0.3246*	1.0000									
PROVTOT	0.6298*	0.2248*	0.7692*	0.6485*	0.2511*	0.7713*	0.7869*	0.3283*	1.0000								
CONTINGTOT	0.1989*	-0.1138*	0.1205*	0.2966*	-0.1590*	0.1556*	0.3030*	-0.1890*	0.1792*	1.0000							
LULI	-0.0251	-0.0007	-0.0252	0.0057	-0.0139	-0.0048	-0.0127	-0.0104	-0.0194	0.0343	1.0000						
PASSIVO	0.0559	-0.0257	0.0380	-0.0150	-0.0333	-0.0376	0.0268	-0.0408	0.0002	0.0442	0.5321*	1.0000					
LULIANPROV	0.0135	0.0131	0.0220	0.0454	0.0015	0.0424	0.0355	0.0097	0.0418	0.0452	0.9981*	0.5317*	1.0000				
LEVERAGE	0.0401	0.0094	0.0458	0.0058	0.0181	0.0183	0.0291	0.0192	0.0416	-0.0136	0.2615*	0.6387*	0.2639*	1.0000			
SPE	0.0270	-0.0194	0.0137	-0.0305	-0.0654	-0.0749	-0.0009	-0.0597	-0.0398	-0.0824	-0.1512*	-0.0878	-0.1536*	0.0463	1.0000		
PREJU	-0.1847*	-0.0199	-0.1950*	-0.2117*	-0.0315	-0.2154*	-0.2435*	-0.0357	-0.2665*	-0.0910*	-0.2255*	-0.0736	-0.2416*	-0.0829	-0.0436	1.0000	
FXOPER	-0.0004	-0.0101	-0.0070	0.0067	-0.0111	-0.0020	0.0037	-0.0146	-0.0058	0.0318	0.7451*	0.6580*	0.7442*	0.3073*	-	-0.0633	1.0000

Fonte: Autoria Própria

Variáveis:

TRABADD=Provisões trabalhistas adicionadas; TRABREV= Provisões trabalhistas revertidas; TRABTOT= Total das provisões trabalhistas; TRIBADD = Provisões tributárias adicionadas; TRIBREV= Provisões tributárias revertidas; TRIBTOT= Total das provisões tributárias; TOTADD = Total das provisões adicionadas; TOTREV= Total das provisões revertidas; PROVTOT= TOTADD – TOTREV; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; LULI= Lucro líquido; PASSIVO= Total do Passivo; LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; *LEVERAGE* = Ativo/PL; *SPE*= Pequenos resultados positivos; *PREJU* = Prejuízo; *FXOPER* = Fluxo de caixa operacional.

Tabela 37 – Correlações - SMLL

SMLL	TRABADD	TRABR	TRABTO	TRIBADD	TRIBRE	TRIBT	TOTADD	TOTREV	PROVTOT	CONTING	LULI	PASSIVO	LULIANPRO	LEVERAGE	SPE	PREJU	FXOPER
TRABADD	1.0000																
TRABREV	-0.6282*	1.0000															
TRABTOT	0.9947*	-0.5475*	1.0000														
TRIBADD	0.2643*	-0.1235*	0.2685*	1.0000													
TRIBREV	-0.1413*	0.1574*	-0.1317*	-0.4712*	1.0000												
TRIBTOT	0.2377*	-0.0723	0.2467*	0.9280*	-0.1085*	1.0000											
TOTADD	0.7002*	-0.4086*	0.7007*	0.8736*	-0.4199*	0.8068*	1.0000										
TOTREV	-0.2631*	0.3542*	-0.2373*	-0.4718*	0.9794*	-0.1180*	-0.4818*	1.0000									
PROVTOT	0.6952*	-0.3400*	0.7041*	0.8205*	-0.1482*	0.8615*	0.9581*	-0.2106*	1.0000								
CONTINGTOT	0.3249*	-0.3976*	0.2981*	0.3214*	-0.2526*	0.2549*	0.4020*	-0.3214*	0.3434*	1.0000							
LULI	-0.0331	0.0704	-0.0266	-0.0332	0.0006	-0.0379	-0.0404	0.0144	-0.0404	-0.0965*	1.0000						
PASSIVO	-0.0285	0.0172	-0.0285	0.0079	-0.0112	0.0051	-0.0085	-0.0047	-0.011	-0.0868*	0.1688*	1.0000					
LULIANPROV	0.4445*	-0.1758*	0.4558*	0.5305*	-0.1000*	0.5537*	0.6168*	-0.1314*	0.6451*	0.1580*	0.7373*	0.1216*	1.0000				
LEVERAGE	-0.1801*	-0.0075	-0.1944*	-0.3163*	-0.0258	-0.3680*	-0.3251*	-0.0276	-0.3717*	-0.0106	0.0196	0.1883*	-0.2362*	1.0000			
SPE	0.0318	-0.0885*	0.0208	0.0770	-0.0776	0.0546	0.0727	-0.0908*	0.0514	0.0937*	-0.1927*	-0.0583	-0.1133*	0.0139	1.0000		
PREJU	-0.2338*	0.1612*	-0.2326*	-0.1984*	0.0514	-0.2010*	-0.2651*	0.0826*	-0.2687*	-0.1130*	-0.5452*	-0.0077	-0.5992*	0.0477	0.1492*	1.0000	
FXOPER	0.0158	-0.0160	0.0150	0.0075	0.0006	0.0084	0.0137	-0.003	0.0143	-0.0019	0.2435*	0.3509*	0.1958*	0.0506	0.1436*	0.1439*	1.0000

Fonte: Autoria Própria

Variáveis:

TRABADD=Provisões trabalhistas adicionadas; TRABREV= Provisões trabalhistas revertidas; TRABTOT= Total das provisões trabalhistas; TRIBADD = Provisões tributárias adicionadas; TRIBREV= Provisões tributárias revertidas; TRIBTOT= Total das provisões tributárias; TOTADD = Total das provisões adicionadas; TOTREV= Total das provisões revertidas; PROVTOT= TOTADD – TOTREV; CONTINGTOT= Total de contingências referentes às provisões PTTs; LULI= Lucro líquido; PASSIVO= Total do Passivo; LULIANPROV= Lucro Líquido antes das Provisões; *LEVERAGE* = Ativo/PL; *SPE*= Pequenos resultados positivos; *PREJU* = Prejuízo; *FXOPER* = Fluxo de caixa operacional.